

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

FERNANDA VALLI NUMMER

**“SER BRIGADIANO” OU “TRABALHAR NA BRIGADA”: ESTILOS DE
VIDA ENTRE SOLDADOS DA BRIGADA MILITAR**

Porto Alegre

2010

FERNANDA VALLI NUMMER

**“SER BRIGADIANO” OU “TRABALHAR NA BRIGADA”: ESTILOS DE
VIDA ENTRE SOLDADOS DA BRIGADA MILITAR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, para obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Eunice Maciel

Porto Alegre

2010

FERNANDA VALLI NUMMER

**“SER BRIGADIANO” OU “TRABALHAR NA BRIGADA”: ESTILOS DE
VIDA ENTRE SOLDADOS DA BRIGADA MILITAR**

Tese de Doutorado aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Kant de Lima

Prof. Dra. Fernanda Bittencourt Ribeiro

Prof. Dr. Sérgio Baptista da Silva

Prof. Dra. Maria Eunice Maciel (Presidente)

Porto Alegre, 05 de novembro de 2010

Para três de meus afilhados,
Matteus, Lavinya e Beatriz, as mais ternas
alegrias do trabalho de campo.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria nascido se não fosse o apoio incondicional de minha orientadora desde a seleção para o Doutorado. Como dizem na Brigada, ela “abraçou as ocorrências”. Obrigada pela incansável dedicação.

Aos professores do PPGAS-UFRGS, que me ensinaram não só Antropologia, mas também a ser professora, gostaria de dedicar este trabalho, em especial a Daisy Barcellos e à memória de Oscar Agüero, meus primeiros professores de Antropologia.

À banca de qualificação, professoras Denise Jardim e Fernanda Bittencourt Ribeiro, pelas sugestões.

À Rose, Lena e Alexandre, por toda a atenção e carinho nesses anos.

Aos amigos e colegas de profissão: Maria Cristina França, Dani Rudnick e Acácia Hagen, pelos incentivos.

Aos meus colegas da UNIVATES, que sempre estiveram dispostos a colaborar para superar as dificuldades de fazer Doutorado e concomitantemente trabalhar no ensino superior: Maribel Girelli, Magali Grave, Eduardo Ethur, Arlete da Costa, Shirlei Mendes da Silva, Temis Bohrer, Ana Lúcia Bender Pereira, Luís César de Castro e Marlene Spohr.

Aos meus ex-alunos e amigos Lydia Koetz, Karen Daniela Pires, João Alberto Fioravante Tassinari, Clovis Schmitt Souza e Ederson Hélio Antunes da Rosa, muito obrigada por me proporcionarem as alegrias da docência e por poder ver nossos alunos tornarem-se bons profissionais.

A Tânia Mara Varone e Kleber Eckert, pelas leituras atentas.

Ten Cel Scussel, Maj Medeiros e Maj Álvaro, este último um incentivador de longa data para meus estudos na polícia, foram fundamentais para que a negativa

inicial do Comando Geral em 2006 se tornasse mais uma dificuldade passageira, superada pela autorização oficial em 2007.

Ao Ten Dilmar, pelas poesias que abrem os capítulos da tese e a Sd Daniela, pelas fotos da capa.

Agradeço a todos os “oficiais” e “praças” da Brigada Militar, que têm acompanhado meu trabalho com informações e sugestões que demonstram reconhecimento e respeito.

A todos os “oficiais” e “praças” do 22º BPM de Lajeado, especialmente ao Cap Schauren e ao Ten Cunha, pela atenção e dedicação nas observações do policiamento ostensivo, e aos meus interlocutores e suas famílias, que me permitiram partilhar de suas vidas.

Como o trabalho de campo cria vínculos às vezes duráveis, agradeço às minhas comadres, Sd Nunes, Sd Fernanda e Sd Daniela, pela alegria que esse vínculo me proporciona e por estarem sempre “em QAP”.

Ao Sd Wagner, “nosso terceiro irmão”, por ter incitado a curiosidade pelo grupo de soldados da Brigada Militar.

À minha mãe, por tornar tudo sempre mais fácil e por aceitar minhas decisões.

“Para saber ouvir e saber o que dizer, o cientista social deve buscar ser uma pessoa flexível, deixar suas hipóteses e ideias serem rejeitadas, mudar seus caminhos teóricos e metodológicos quando a realidade mostra que não é possível continuar, não impor suas ideias aos pesquisados, não deixar seus preconceitos contaminarem a pesquisa, não se espantar com as coisas que podem parecer impossíveis e até repugnantes. O antropólogo é, ou deveria ser, o profissional menos etnocêntrico de todos, que nunca deixa seus preconceitos ou valores interferirem na compreensão de determinada realidade social”.

(Goldenberg, 2008, p. 58).

RESUMO

A Brigada Militar (BM), Polícia Militar do Rio Grande do Sul, atualmente conta com mais de 60% de seu efetivo composto por soldados. O objetivo de estudo da tese é verificar como os estilos de vida e a *agency* que eles admitem nos permitem compreender os significados de pertencimento à profissão dos soldados da Brigada Militar. O trabalho de campo foi realizado entre 2007 e 2009 no cotidiano profissional e pessoal dos interlocutores, policiais militares do 22º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Lajeado. No trabalho de campo para a tese, também foi utilizado um formulário preenchido pela pesquisadora durante os encontros etnográficos. Os resultados apontaram diferenças entre formas de adesão à identidade profissional prescrita e estilos de vida entre aqueles que se consideram “ser brigadianos” e os que “trabalham na Brigada”, distinções essas associadas às origens sociais, capitais simbólicos e capitais culturais adquiridos e visões de mundo limitadas à estrutura social e às regras da profissão. O estudo conclui sobre a diversidade de estilos de vida associados à profissão.

Palavras-chave: Estilo de vida. Profissão. Polícia Militar.

ABSTRACT

"Being a Brigadier" or "Working for the Brigade": lifestyles among Military Brigade's soldiers

Currently in the Military Brigade (BM) - Military Police of Rio Grande do Sul - 60% of its unit is composed by soldiers. The aim of the present thesis study is to understand how lifestyles and agency are acquainted with the comprehension of the meaning of belonging to the profession of Military Brigade's soldiers. Data collecting was carried out from 2007 to 2009 in the professional and personal routine of interlocutors, military police of the 22nd Battalion of Military Police of the state of Rio Grande do Sul - headquarters in Lajeado. In order to collect data for the thesis, the researcher filled in a form during ethnographic meetings. The results showed diversity concerning to forms of adhesion and lifestyles to the professional identity prescribed among those soldiers who consider themselves "being a brigadier" and "working in the Brigade" associated to social background, symbolical and cultural capital acquired, and world vision limited to social structure and rules of profession. The study concludes the diversity of lifestyles associated to profession.

Key-words: Lifestyle. Profession. Military Police.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Lançamento do livro <i>Ser polícia, ser militar</i> , no galpão do 22º BPM, em 11 de setembro de 2005.....	49
Figura 2: Lançamento do livro <i>Ser polícia, ser militar</i> , no galpão do 22º BPM, em 11 de setembro de 2005.....	50
Figura 3: Lançamento do livro <i>Ser polícia, ser militar</i> , no galpão do 22º BPM, em 11 de setembro de 2005.....	51
Figura 4: Variáveis de Policiamento Ostensivo	93
Figura 5: Prédio da sede da 3ª Cia do 5º BPM em Lajeado, em 1968	104
Figura 6: Prédio da sede da 3ª Cia do 5º BPM em Lajeado, em 1968.....	105
Figura 7: Prédio da sede da 3ª Cia do 5º BPM em Lajeado, em 1968.....	106
Figura 8: Mapa dos municípios de abrangência da 3ª Cia do 5º BPM, em 1968	107
Figura 9: Organograma da estrutura administrativa e operacional do 22º BPM.....	110
Figura 10: Mapa dos municípios de abrangência das Cias e Pels do 22º BPM em 2009	111
Figura 11: Prédio da sede da 22º BPM em Lajeado, em 2008.....	113
Figura 12: Prédio da sede da 22º BPM em Lajeado, em 2008.....	114
Figura 13: Prédio da sede da 22º BPM em Lajeado, em 2008.....	115
Figura 14: Brasão do 22º BPM.....	119
Figura 15: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	136
Figura 16: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	137
Figura 17: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	138
Figura 18: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	139
Figura 19: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	140
Figura 20: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	141
Figura 21: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	142

Figura 22: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	143
Figura 23: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM	144
Figura 24: Charge no Correio Brigadiano.....	148
Figura 25: Charge no Correio Brigadiano.....	149
Figura 26: Charge no Correio Brigadiano.....	150
Figura 27: Charge no Correio Brigadiano.....	151
Figura 28: Charge no Correio Brigadiano.....	152
Figura 29: Charge no Correio Brigadiano.....	153
Figura 30: Charge no Correio Brigadiano.....	154
Figura 31: Charge no Correio Brigadiano.....	155
Figura 32: Charge no Correio Brigadiano.....	156
Figura 33: Charge no Correio Brigadiano.....	157
Figura 34: Charge no Correio Brigadiano.....	158
Figura 35: Charge no Correio Brigadiano.....	159
Figura 36: Esboço do campo da Segurança Pública.....	173
Figura 37: Esboço do modelo analítico construído em relação ao período de formação e sexo	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Operações executadas pela Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul em 2009	73
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: <i>Ranking</i> das ocorrências mais frequentes atendidas pela BM em 2009: comparações entre Porto Alegre e Lajeado	25
Tabela 2: Distribuição do efetivo na ativa segundo postos e graduações em janeiro de 2009.....	61
Tabela 3: Diferenças entre profissão e ofício, segundo Freidson.....	182
Tabela 4: Comportamento policial-militar e determinantes legais	187
Tabela 5: Efetivo ativo da BM, militares e civis, em janeiro de 2009, por cútis	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM: Brigada Militar

BPM: Batalhão de Polícia Militar

Btl: Batalhão de Polícia Militar

CBFPM: Curso Básico de Formação Policial Militar

Cia: Companhia de Polícia Militar

CRPO VT: Comando Regional de Policiamento Ostensivo do Vale do Taquari

Detran: Departamento Estadual de Trânsito

GPM: Grupo de Polícia Militar

Gu: Guarnição

MBPO: Manual Básico de Policiamento Ostensivo

Pel: Pelotão de Polícia Militar

ME: Militar Estadual

PM: Policial Militar

QAP: Código utilizado para conversar via rádio, cujo significado formal é: “*Está na escuta?*”; “*Permaneça na escuta, estou na escuta*”.

QRB: Código utilizado para conversar via rádio, cujo significado formal é: “*A qual distância aproximada você está da minha estação?*”; “*A distância aproximada entre nossas estações é (número de quilômetros)*”.

QRV: Código utilizado para conversar via rádio, cujo significado formal é: “*Está preparado?*”; “*Estou preparado*”.

QSO: Código utilizado para conversar via rádio, cujo significado formal é: “*Pode comunicar-se diretamente ou por ou por retransmissão) com (nome ou função da pessoa)?*”; “*Posso comunicar-me diretamente (ou por retransmissão) com (nome ou função da pessoa)?*”.

QTC: Código utilizado para conversar via rádio, cujo significado formal é: “*Quantos recados para transmitir?*”; “*Tenho (número) de recados para transmitir*”.

RDBM: Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul

RI: Regimento Interno

Sd: Soldado

Sgt: Sargento

SOP: Sala de Operações

Ten: Tenente

SUMÁRIO

1 “QRV?”: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO	17
2 “QRB?”: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO ANALÍTICO E EMPÍRICO DA PESQUISA.....	58
2.1 Práticas sociais e estilo de vida: a <i>agency</i> inserida em um campo de possibilidades	62
2.2 Aspectos formais da profissão de soldado da Brigada Militar	70
2.3 A profissão de policial militar na graduação de soldado	74
2.4 O trabalho policial	78
2.5 Formação, treinamento e atividades profissionais de “praças” da Polícia Militar no Rio Grande do Sul	86
2.6 A Brigada Militar em Lajeado: aspectos históricos regionais.....	100
2.7 Organização administrativa na Brigada Militar de Lajeado	116
3 “QSO?”: A AGENCY NAS INTERAÇÕES ENTRE SI E COM OS OUTROS	123
3.1 Resistências: a busca da <i>agency</i> controlada	125
3.2 “Contatos” e boatos: a <i>agency</i> nas táticas das relações pessoais.....	161
4 “QAP?”: SER OU ESTAR SOLDADO DA BRIGADA MILITAR.....	172
4.1 “Para ser brigadiano tem que gostar”: a influência do modelo de comportamento prescrito nos estilos de vida entre aqueles que “são brigadianos”	197
4.2 “Tudo que tu acha que nunca aconteceu, aconteceu pelo menos umas três vezes na brigada”: profissão e estilo de vida entre aqueles que “trabalham na Brigada”	212
4.3 “Amigo ou colega”: relações de trabalho e de amizade.....	225
4.4 Circularidade de afetos.....	227
5 “QSL?” : CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO	232
REFERÊNCIAS.....	239
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista.....	251

ANEXO A – Ofício do Comando Geral da Brigada Militar indeferindo o pedido início do trabalho de campo em quartel	254
ANEXO B – Ofício de autorização para a realização do início do trabalho de campo em quartel	255
ANEXO C – Boletim de Ocorrência (Frente).....	256
ANEXO D – Boletim de Ocorrência (Verso).....	257
ANEXO E – Boletim de Atendimento (Frente).....	258
ANEXO F – Boletim de Atendimento (Verso)	259
ANEXO G – Assentamentos	260

1 “QRV?”¹: APRESENTAÇÃO DO ESTUDO

Brigadiano de ontem e de hoje

Ah! O tempo das “casa velha”
Do rigor da disciplina
que não se dobrava esquina
A farda empunha respeito

Os crimes eram escassos
Andando no quarteirão
o PM era esperado
com uma cuia de chimarrão

Mas os direitos eram escassos
A carga horária excedia
Não tinha ampla defesa
Tinha poucas garantias

Hoje sabemos nossos direitos
Temos mais compensação
Horas-extras para o excesso
e temos vale-refeição

O policial do presente
supera as dificuldades
se prepara para o futuro
nos bancos da faculdade

(Ten Dilmar – 22º BPM)

¹ No código Q, em forma de pergunta – “*Está preparado?*” –, entre os interlocutores tem o significado de “*Está na escuta?*”.

Objeto de estudo e aportes metodológicos

O código Q é utilizado internacionalmente em transmissões via rádio e pode ser utilizado em forma de pergunta, quando terá um significado, ou em forma de resposta, com outro significado. Na Brigada, ele é utilizado tanto para as transmissões via rádio quanto na linguagem cotidiana, às vezes com seus significados sutilmente modificados. É o caso, por exemplo, de QAP, que em forma de pergunta significa: “*Está na escuta?*”; porém, no cotidiano, serve para perguntar se está tudo pronto ou completo para alguma atividade. Esta explicação inicial serve para que o leitor compreenda os títulos adotados.

Este estudo segue alguns preceitos de minha dissertação de Mestrado – *Em QAP: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar* –, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2001, nos quais podemos considerar ambos os trabalhos dentro do que Castro e Leiner (2009) convencionaram chamar de “antropologia dos militares”. Assim como nos pioneiros *O espírito militar*, de Castro (1990), e *Meia volta, volver*, de Leiner (1997), o foco dessas pesquisas foi a análise da vida militar cotidiana a partir de observação participante e, assim como os autores citados, também se busca “obter uma visão ‘interna’ de seu mundo social [dos militares], para, desse modo, compreender como se constrói a identidade militar e como se estrutura sua visão de mundo” (CASTRO; LEINER, 2009, p. 8).

Agora, o enfoque da tese são os estilos de vida, que envolvem maneiras de agir e pensar e de classificar o mundo, buscam distinção social pelo consumo, fazem do sujeito estruturado um agente estruturante, manifestam sistemas de dominação e mostram maneiras criativas de resistir a esses sistemas. Nessa perspectiva, é possível compreender como a profissão colabora nesse processo. Mesmo que o objeto de estudo da tese seja a compreensão dos estilos de vida associados à profissão dos soldados da Brigada Militar, não se pretende discutir aqui as teorias clássicas da identidade; porém, parte-se do princípio de que esta é relacional. Busca-se inovar ao tratar dessa temática relacionada à profissão, aos estilos de vida e à *agency*² que este encerra.

Fundamental analisar as práticas dos agentes quando se adota esse referencial teórico, que envolve tanto as pessoas reais quando os sistemas mais amplos e que também sustenta a ideia de que é possível entender a produção e a reprodução da estrutura social. O enfoque prático explicitado por Ortner pode ser definido como uma corrente nas ciências sociais que se desenvolveu nos anos 70, especialmente nos EUA, como crítica às visões essencialistas de sobredeterminação do ator social. Nesse enfoque, os agentes são ativos da história, e as análises buscam explicações para as relações entre o agente e a estrutura ou “o impacto do sistema na prática e o impacto da prática no sistema” (1994, p. 154).

Na perspectiva da prática, alguns aspectos são fundamentais: 1) o enfoque nas pessoas reais; 2) a desigualdade do sistema, que produz dominação e seus efeitos nas ações dos agentes; 3) a análise do sistema como construção cultural e o questionamento das dicotomias tradicionais da antropologia entre feminino e masculino, determinante e determinado, sociedade e cultura, etc.; 4) a posição

² Optamos pela utilização do termo em inglês, pois em português o significado de agência, que seria a tradução literal, não é comparável ao adotado em inglês na teoria antropológica.

política dos estudos antropológicos, tanto no que diz respeito à escrita etnográfica quanto à escolha de conceitos, definindo a visão do autor sobre a cultura estudada.

Neste pressuposto, os estilos de vida, ao manifestarem a visão do mundo social, contribuem fundamentalmente para o conhecimento dos significados que os grupos atribuem às suas ações e à imagem que constroem de si mesmos e dos outros. O conceito de estilo de vida adotado neste estudo compreende as práticas adotadas pelos sujeitos sociais, determinadas e determinantes da estrutura social, acionadas de forma que não apenas satisfaçam necessidades (físicas ou sociais), mas que também elaborem suas identidades.

Sendo os estilos de vida conjuntos de preferências distintivas que exprimem a mesma intenção expressiva nos diferentes subespaços simbólicos, é possível propor a análise dos processos de adesão às identidades profissionais, que são construções sociais que envolvem a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação (DUBAR, 1997). As profissões são mais do que funções sociais especializadas que as pessoas desempenham de acordo com as necessidades de outras; são uma das múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos, sendo capazes de gerar esquemas de percepção e ação no mundo social. No caso da profissão de policial, Monjardet (2002, p. 194) considera que exista, além das questões próprias da profissionalização – saber técnico, organização burocrática, tipo de trabalho, relações hierárquicas, entre outras –, uma condição policial, ou seja, “um destino social imposto, que seu detentor não escolheu, e que a ele se impõe do exterior”, devido às especificidades do trabalho policial.

Este estudo é resultado de etnografias realizadas entre policiais militares durante os anos de 1999 e 2000, no curso de formação de soldados da Academia de Polícia Militar de Porto Alegre, e de 2007 a 2009, no 22º Batalhão de Polícia

Militar em Lajeado. Além disso, dados coletados em quase 12 anos de contatos com outras pesquisas e em relações de amizade que se construíram através dos estudos compõem os dados apresentados aqui. Os resultados das etnografias realizadas entre 1999 e 2000 resultaram na dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul *Em QAP: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar* e no livro *Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar*. O trabalho de campo entre 2007 e 2009 foi realizado em atividades de policiamento ostensivo, no trabalho administrativo dentro do quartel, acompanhando um interlocutor em uma cidade praiana durante a Operação Golfinho de 2009, em visitas às residências e em eventos familiares dos interlocutores, nas festas de integração realizadas pela Corporação, em festas e bailes frequentados por policiais militares na cidade de Lajeado, além de atividades de lazer e compras de alguns dos participantes do estudo.

No trabalho de campo para a tese, também foi utilizado um formulário (APÊNDICE A) adaptado do roteiro de entrevista utilizado para a pesquisa *A formação e a inserção profissional dos professores de ciências sociais no Rio Grande do Sul*, realizada pelo professor Odaci Luiz Coradini, cujos resultados estão publicados em Canedo et al. (2004). Esse modelo, que segue a proposta de análise teórica formulada por Bourdieu (2007) em *A distinção*, para a compreensão das relações entre trajetórias sociais e gostos de classe, foi adaptado para outras três pesquisas orientadas pela pesquisadora sobre esses temas (RODRIGUES, 2003; AQUINO, 2004; ROSA, 2004), servindo como ferramenta importante para a compreensão das formas de aquisição e utilização dos diferentes capitais no jogo identitário, dos sistemas de comportamentos e escolhas associados a valores

morais e estéticos relacionados às origens sociais e também para conhecimento dos projetos individuais e das circunstâncias expressas por um campo de possibilidades. Importante destacar que não foram realizadas entrevistas diretas e gravadas com os interlocutores. O roteiro serviu de complemento metodológico na busca de informações que pudessem colaborar na compreensão do objeto de estudo. As respostas às questões foram sendo registradas de acordo com as situações de interação vividas em campo, quando foi possível conversar sobre esses assuntos com próprio interlocutor ou com seus colegas e familiares. Dessa forma, foi possível “preencher” completamente formulários de 20 (vinte) interlocutores.

Para garantir o sigilo da identidade dos informantes³, optou-se por utilizar nomes fictícios. Os nomes criados foram conferidos no Sistema de Informações Gerenciais da Brigada Militar, o SIGBM⁴, por um policial devidamente autorizado a utilizá-lo, para garantir que não havia policiais militares no Estado do Rio Grande do Sul com os mesmos nomes criados. Assim, os interlocutores são identificados por tais nomes, seguidos da designação de homens ou mulheres e do período de formação: início dos anos 80 são aqueles que se formaram no curso de soldados até 1985; final dos anos 80, aqueles que se formaram de 1986 a 1990, e assim por diante para as décadas de 90 e anos 2000.

³ Importante destacar que essa designação utilizada pelos antropólogos, no grupo estudado, possui o significado de delator. Os informantes são vistos pelo grupo como aqueles que denunciam, acusam em segredo irregularidades ou crimes cometidos por civis. Além de informante, outro termo nativo utilizado com o mesmo significado é *P2*, só que este está associado à vigilância e controle da corporação sobre os próprios policiais militares. A *P2* é a seção de Inteligência de um Órgão de Polícia Militar. Sobre as seções que compõem os Órgãos de Polícia Militar de Polícia Ostensiva, ver capítulo 1. A partir daqui, não utilizaremos mais o termo informantes para tratar dos sujeitos que participaram do estudo; a designação recorrente será interlocutores, adotada com o significado de pessoa que fala com outra.

⁴ O SIGBM é dividido em módulos: administração, comunicações, ensino, operacional, material, recursos humanos e saúde. Esses dados tanto administrativos, de recursos humanos disponíveis, quanto operacionais, como atendimentos feitos pela Brigada e relatórios de produtividade, servem como subsídios aos comandantes para as atividades de policiamento.

Em termos *êmicos*, os policiais são identificados por *nomes de guerra*. O *nome de guerra* foi analisado em texto anterior (NUMMER, 2005) como uma técnica de mortificação, conforme definição de Goffman (1999), utilizada pela instituição Polícia Militar para reduzir, com certa margem de manobra, a esfera da vida privada do sujeito. Destacou-se que esse nome pode ser escolhido pelo ingressante entre seu nome ou sobrenomes, e que as mulheres geralmente escolhem o primeiro nome e os homens um dos sobrenomes. Porém, a escolha e a troca posterior do *nome de guerra*⁵ parecem envolver outras questões, como a facilidade de pronúncia, no caso de sobrenomes de origem alemã, as relações com outros parentes que fizeram ou fazem parte da Brigada, para evitar *nomes de guerras* repetidos caso escolham o mesmo sobrenome, e as relações familiares, como homenagem ao pai ou à mãe. É mais frequente a utilização do sobrenome da mãe, tendo em vista que muitos afirmam não terem conhecido ou não terem vínculos afetivos com o pai, o que nem sempre se confirma na etnografia.

Os principais interlocutores

A Brigada Militar (BM), Polícia Militar do Rio Grande do Sul, atualmente conta com mais de 60% de seu efetivo composto por soldados que representam o primeiro nível, numa escala ascendente e com uma hierarquia dividida em graduações e postos. Postos são graus hierárquicos recebidos pelos “oficiais”: Tenente, Capitão,

⁵ Para trocar o *nome de guerra*, o policial precisa fazer um requerimento solicitando a troca ao comandante do CRPO e este encaminha para o Departamento Administrativo da Brigada Militar.

Major, Tenente-Coronel e Coronel. Graduações são graus hierárquicos recebidos pelos “praças”: Soldado, 3º Sargento, 2º Sargento e 1º Sargento. Desde 2002, com a Lei Complementar nº 11.831/02, os graus hierárquicos são sancionados pelo Governador do Estado.

Pela Lei Estadual nº 10.992/97, os “oficiais” pertencem ao Quadro de “oficiais” do Estado Maior e exercem atividades de comando, chefia ou direção dos órgãos administrativos, de média ou alta complexidade, e de médias ou grandes frações de tropa de atuação, em atividades operacionais, enquanto os “praças” são servidores militares estaduais de nível médio e atuam na execução das atividades administrativas e operacionais, podendo exercer atividades de chefia e comando em unidades administrativas de menor complexidade ou em pequenas tropas.

A Brigada Militar é vinculada administrativa e operacionalmente à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul e estrutura-se em Órgãos de Direção Geral, Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução. Assim, um Órgão de Polícia Militar (OPM) é um órgão de execução, responsável pelas atividades administrativo-operacionais. Entre estes estão: de Polícia Ostensiva, de Bombeiros, de Ensino, de Logística, de Saúde e Especiais. A pesquisa está sendo realizada em uma OPM de Polícia Ostensiva, o 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM), que é subordinado a um Comando Regional (CRPO), no caso o CRPO do Vale do Taquari. O grupo de soldados estudados faz parte do 22º BPM, o qual tem sua sede na cidade de Lajeado e apresenta cerca de 220 soldados atuantes em Lajeado e em outros 23 municípios do Vale do Taquari.

Comparados dados de número de ocorrências atendidas na cidade de Lajeado com Porto Alegre, em 2009, teremos um *ranking* com os seis tipos de crimes mais frequentes⁶:

Tabela 1

Ranking das ocorrências mais frequentes atendidas pela BM em 2009: comparações entre Porto Alegre e Lajeado

Porto Alegre	Lajeado
1º) Roubo ⁷ a pedestre	1º) Furto em residência
2º) Furto em residência	2º) Roubo a estabelecimento comercial
3º) Furto de veículo	3º) Roubo a pedestre
4º) Roubo de veículo	4º) Furto de veículo
5º) Roubo a estabelecimento comercial	5º) Roubo de veículo
6º) Roubo a residência	6º) Roubo a residência

Fonte: Elaborada com base em: Amorin, 2010; Medeiros, 2010.

Esses dados nos mostram que apesar das diferenças em termos de frequência de cada tipo de crime, em ambas as cidades os crimes mais violentos são frequentes. Os policiais de Lajeado lidam, no seu cotidiano, com ocorrências semelhantes àquelas dos policiais da capital. Além disso, o 22º BPM mantém um Pelotão de Operações Especiais dedicado a ocorrências de grande vulto, como perseguições e abordagens em locais de maior risco. É inegável que há certas especificidades em termos de tamanho de Batalhão, maior conhecimento da rotas de fugas e dos criminosos que atuam nesses locais pelo fato de a região ser menor

⁶ Os dados foram elaborados a partir de Amorin (2010) e Medeiros (2010).

⁷ Pela legislação brasileira, furto é subtrair fraudulentamente coisa alheia e roubo é subtrair coisa alheia móvel mediante grave ameaça ou violência à pessoa.

e de haver certa proximidade com a comunidade do município, o que faz com que sejam conhecidos pela profissão que exercem. No entanto, essas questões precisam ser analisadas não como uma impossibilidade de comparação com os demais policiais da Corporação, tendo em vista que cada Unidade da Corporação terá especificidades próprias ao trabalho executado, mas a formação, a origem social e os significados atribuídos à profissão são semelhantes independentemente do local onde o policial atua. Talvez pudéssemos questionar algumas características do estilo de vida, se compararmos policiais de diferentes regiões do Estado; porém, minha experiência em pesquisas com grupos de diferentes Unidades e dados que apontam uma identidade de classe sociais entre os soldados nos permite ampliar os resultados aqui obtidos. Essa identidade de classe pode ser considerada popular, baixa, operária ou o que está mais de acordo com o ponto de vista adotado neste estudo: classes de condições de existência.

Nesse sentido, retoma-se a noção de pertencimento a uma classe social, o que significa que a incorporação de certo *habitus* de classe indicaria que disposições sociais mais gerais tendem a ser compartilhadas pelos membros da classe (BOURDIEU, 2007). Não se trata de considerar a profissão como pressuposto da condição de classe social:

[...] de fato, os indivíduos reunidos em uma classe construída a partir de uma relação particular, apesar de ser particularmente determinante, trazem sempre com eles, além das propriedades pertinentes que se encontram na origem de sua classificação, algumas propriedades secundárias que, deste modo, são introduzidas clandestinamente no modelo explicativo [...] (BOURDIEU, 2007, p. 97).

Assim, para o autor, características secundárias, ou também denominadas de auxiliares, podem ser princípios de seleção e/ou exclusão dos sujeitos no grupo, sem nunca terem sido explícita ou formalmente enunciadas.

Atualmente, a pessoa que quiser ingressar na BM como soldado, tanto para exercer as atividades de policiamento como as de bombeiro, deve fazer concurso público⁸. Os requisitos para o ingresso são:

- a) ser brasileiro;
- b) possuir ilibada conduta pública e privada;
- c) estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
- d) não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função de Policial Militar;
- e) ter obtido aprovação nos exames intelectual, físico, psicológico e de saúde, exigidos para a inclusão e matrícula no Curso Básico de Formação Policial Militar;
- f) não ter sido isentado do Serviço Militar por incapacidade física definitiva;
- g) ter, na data da inscrição para ingresso na Brigada Militar, até 25 anos de idade;
- h) se Reservista das Forças Armadas, deverá o candidato ter sido licenciado, no mínimo, no comportamento BOM;
- i) possuir a altura mínima de 1,65 m para candidatos do sexo masculino e 1,60 m para candidatas do sexo feminino;
- j) possuir Ensino Médio (2º Grau) completo ou equivalente;
- k) ser portador de Carteira Nacional de Habilitação, que lhe permita conduzir veículo automotor, classificada no mínimo na Categoria "B", no momento da Inclusão (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL).

A primeira fase do concurso envolve a realização de uma prova que apresenta 50 questões que envolvem conhecimentos de Língua Portuguesa,

⁸ A corporação passou por diferentes modelos de recrutamento. Inicialmente, com a criação da Brigada Militar, a partir da sanção da Lei nº 7, de 1837, a inclusão de pessoal no Corpo Policial dava-se através do engajamento de brasileiros ou estrangeiros, com idade entre 18 e 40 anos, que possuíam boa conduta moral e civil atestada pelo Juiz de Paz. Pessoas que tivessem integrado as Milícias ou Ordenanças – que constituíam os serviços de primeira e segunda linha do exército – tinham preferência em participar do Corpo Policial. A lógica do engajamento passou também por recomendação de pelo menos dois “oficiais” da Brigada e, posteriormente, por um processo seletivo entre voluntários que se inscreviam diretamente nos quartéis, com moldes de avaliação semelhantes aos da atualidade. Os concursos públicos para soldado são recentes, datam da década de 90.

Matemática, Direitos Humanos e Cidadania, Legislação Aplicada – abrangendo a Constituição Federal, a do Rio grande do Sul, leis complementares sobre a BM e o Regulamento Disciplinar –, conhecimentos gerais sobre História, Geografia, Política, Economia e Cultura do Brasil e do Rio Grande do Sul e Informática.

A segunda fase é o exame de saúde em que o candidato será avaliado por uma junta médica, além de apresentar os seguintes exames médicos atualizados: raio X de tórax com laudo, hemograma, glicose sérico, fator RH e grupo sanguíneo, exame comum de urina, creatinina, audiometria normal, avaliação oftalmológica com laudo, eletrocardiograma em repouso e laudo de exame ginecológico e HCG por RIE para mulheres.

A terceira etapa trata-se do exame físico, ou seja, um conjunto de exercícios que devem ser realizados em um determinado período de tempo: para os homens são 3 flexões de barra, 35 abdominais em 60 segundos e percorrer 2.600 metros em 12 minutos; para as mulheres são 10 apoios tipo feminino (joelho encostado no chão), 30 abdominais em 60 segundos e percorrer 2.200 metros em 12 minutos.

A quarta fase é o exame psicológico, que envolve a aplicação de testes projetivos e psicométricos e a realização de entrevistas. Os candidatos são avaliados em relação aos seguintes critérios: rendimento intelectual, raciocínio lógico, condições de relacionamento interpessoal, manejo de situações de tensão e pressão, manifestação e controle da ansiedade e agressividade, condições para portar armas de fogo, motivações, interesses, juízo crítico, senso de responsabilidade, maturidade, iniciativa, condições de adaptação, estabilidade pessoal e profissional, condições de comunicação e expressão e capacidade para tolerar frustrações.

Por fim, a última fase é a sindicância da vida pregressa, em que o candidato deve apresentar vários documentos que comprovem sua conduta ilibada: certidão de nascimento ou casamento, certificado de conclusão do ensino médio e respectivo histórico, CIC/CPF, PIS/PASEP, título de eleitor, prova de quitação das obrigações eleitorais, declaração de comportamento militar para reservistas das forças armadas, certificado militar, carteira nacional de habilitação categoria B, atestado de bons antecedentes, alvará de folha corrida do poder judiciário, certidão negativa da justiça do Estado, certidão negativa da justiça federal, certidão negativa da justiça militar estadual, certidão negativa da justiça militar federal e laudo de exame toxicológico para maconha, cocaína e anfetaminas.

Após o concurso, as vagas são preenchidas por ordem de classificação e o candidato é chamado para realizar o curso de formação, que dura em média nove meses. Em seguida, de acordo com a escolha da região em que desejam fazer o curso e a ordem de classificação, os candidatos são encaminhados para o Curso Básico de Formação Policial Militar (CBFPM)⁹, o qual passou por várias configurações desde que foi instituído na Corporação¹⁰.

Os interlocutores são soldados que fizeram seus cursos de formação entre o início dos anos 80 até o final dos anos 2000, homens e mulheres com idades que variam entre vinte e quarenta e cinco anos, com tempo de serviço na Brigada entre

⁹ Entre aqueles que optaram por ser bombeiros, o pequeno número de vagas por concurso é preenchido de acordo com a classificação no concurso, e estes fazem algumas disciplinas específicas de bombeiros depois de fazerem disciplinas básicas do CBFPM.

¹⁰ Os padrões dos cursos de formação são fortemente influenciados por questões políticas, ideológicas e de recursos físicos e financeiros. Como exemplos, podemos citar: a) o Curso de Formação Integrada, desenvolvido no governo de Olívio Dutra pelo secretário José Paulo Bisol, em 2001, em que uma parte da grade curricular era realizada em turmas mistas com soldados da Brigada, escrivães da Polícia Civil e agentes penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários; b) o curso em que realizei a pesquisa de Mestrado, em 1999, que teve duração de cinco meses e tratava-se de uma turma com maioria de reprovados em curso anterior. Poderemos perceber essas distinções nas trajetórias dos informantes, as quais são analisadas nos capítulos seguintes.

um e vinte e quatro anos, casados e solteiros, oriundos em sua maioria da região do Vale do Taquari e das regiões da campanha, central e fronteira oeste do Estado. Atuam tanto no setor administrativo quanto no policiamento ostensivo. Importante destacar que, nas *operações*, todos os policiais são escalados para atuar na rua.

Todos fizeram concurso para ingressar na Brigada e realizaram seus cursos de formação na cidade mais próxima de onde residiam na época. Aqueles que têm filhos, as idades variam de dois anos até vinte anos. Alguns estão no segundo ou terceiro casamentos e são poucos aqueles cujos cônjuges também são policiais militares; porém, quase todos os parceiros exercem algum tipo de atividade remunerada. Uma pequena parcela está fazendo curso superior; destes, todos fazem o curso de Direito. Entre as profissões dos cônjuges, destacam-se aquelas de baixa remuneração, como manicure, atendente de loja, vendedora de produtos de catálogos, professor de escola municipal ou estadual, operários de fábricas. Alguns exercem alguma atividade remunerada em casa.

Geralmente, os casados moram em bairros afastados do centro da cidade, mas nenhum em bairros de periferia¹¹ ou em cidades do interior da região, e os solteiros moram em escolas, dividem casas cedidas pela prefeitura exclusivamente para moradia de policiais militares ou vivem com os pais. Diferentemente de uma situação bastante comum dos policiais que atuam na região metropolitana, que moram em uma cidade distante da cidade onde trabalham. Aquela concentração de policiais militares que podemos ver todos os dias na Rodoviária de Porto Alegre¹² quase não acontece em Lajeado.

¹¹ Uma realidade diferente da maioria dos policiais que atuam na região metropolitana.

¹² Existe uma charada que ouvi algumas vezes dos policiais que atuam na capital: “Qual o lugar mais bem policiado de Porto Alegre? A rodoviária. Por que além dos que estão tirando serviço lá, têm todos aqueles que estão chegando para o serviço ou indo para a casa”.

Todos possuem algum meio de locomoção para o trabalho, sendo que a maioria utiliza moto para se deslocar de casa para o quartel e vice-versa. São poucos os que além da moto possuem automóveis. A aquisição de um carro ou a troca por um modelo mais novo é um desejo de todos.

Modelo analítico construído

As noções de “ser brigadiano¹³” e “trabalhar na Brigada” foram construídas como modelos analíticos para a interpretação de diferentes formas de adesão ao comportamento prescrito e origens sociais diferenciadas. A denominação das categorias faz parte da autoidentificação nativa utilizada no contato com “os de fora”. Importante destacar que ainda existe a autoidentificação “ser policial militar”, também incorporada no discurso da mídia, que se refere aos soldados como policiais militares, enquanto às demais graduações ou postos refere-se ao nível hierárquico. “Ser policial militar” não pode ser considerada uma terceira categoria analítica, pois nela se encontram tanto aqueles que vamos classificar aqui como “brigadianos” como aqueles que “trabalham na brigada”. Desse modo, ela seria uma categoria mista que incluiria tanto um grupo quanto o outro.

¹³ Importante destacar que a profissão recebe a designação de policial militar ou servidor público estadual militar. O termo brigadiano ou brigadiana é específico do Rio Grande do Sul e pode ter diferentes significados de acordo com o contexto e com quem o pronuncia. Por exemplo, pode unificar quando relacionado à Brigada Militar enquanto corporação, pois não distingue os membros do grupo por seus níveis hierárquicos, ou pode ser pejorativo quando pronunciado por um civil e associado a estereótipos da profissão, como truculência ou baixa escolaridade.

Há, sem dúvida, um corte geracional, com um número maior de “brigadianos” entre os “veteranos” com mais de 10 anos de Corporação. Isso não significa que entre os “novatos” não existam aqueles que “são brigadianos”, pois, como veremos no Capítulo 5, esses sentidos de pertencimento à profissão não são determinados exclusivamente ao “tempo de serviço”. Estes geralmente apresentam uma adesão, no sentido de valorização e incorporação do comportamento prescrito, que não representa um modelo hegemônico, e sim um tipo idealizado.

Nessa categoria, teremos um número maior de policiais com mais de 30 anos de idade, que tiveram uma formação mais voltada ao militarismo¹⁴, uma representação de que são policiais “24 horas por dia”. Percebe-se que sua *hexis* corporal¹⁵ é muito semelhante com ou sem a farda; seus projetos estão mais vinculados à família – um valor importante para a Corporação –, suas origens sociais estão mais próximas das camadas rurais ou urbanas de regiões Centrais e de Fronteira do Estado, da de baixa renda e com concentrações de capitais mais associadas à profissão.

Concomitantemente, há outros roteiros públicos *êmicos*, que atribuem diferentes significados ao roteiro hegemônico, com papéis significativos na elaboração das identidades desses sujeitos. Nenhum dos roteiros é exclusivamente determinante dos estilos de vida. Existem possibilidades heterogêneas de viver sendo brigadiano, especialmente se outros sentidos de pertencimento estão compondo as identidades.

Na categoria “trabalhar na Brigada”, teremos um grupo maior de profissionais mais jovens, com escolaridade mais alta, mais questionadores da estrutura e dos

¹⁴ Sobre essa questão, ver o capítulo 2.

¹⁵ Aqui, *hexis* corporal tem o sentido adotado por Bourdieu (1999b) de *habitus* incorporado, ou seja, de uma concepção de mundo social incorporada que cria um estilo particular de cada grupo de se relacionar com o corpo.

valores da profissão, cuja possibilidade de “seguir carreira” raramente é vista como uma opção entre seus projetos de vida. Sua *hexis* corporal foi adestrada no curso de formação e a farda é um índice simbólico sem o qual muitos não conseguem mantê-la. Suas origens sociais são mais próximas a camadas médias urbanas de baixa e média renda oriundas do próprio Vale do Taquari, do Vale do Rio Pardo e das regiões Centrais e de Fronteira do Rio Grande do Sul.

Ao buscar reconstruir os mundos dos agentes sociais, o contexto de suas definições de si e dos outros e identificar como suas trajetórias sociais elaboram estilos de vida, pode-se compreender os diferentes significados de pertencimento a uma profissão. A compreensão dos significados das práticas deve estar contextualizada dentro da lógica relacional com outros sistemas sociais que atravessam outros tipos de identidade social: marido, esposa, solteiro, solteira, filho, filha, estudante, entre outros.

Diferenças entre os *ethos* e visões de mundo, moralidades e práticas de estilos de vida entre grupos e também entre representantes de um mesmo grupo social devem ser levadas em consideração quando o objetivo é o desafio de compreender a sociedade contemporânea com suas unidades e fragmentações.

Assim, o modelo analítico construído aqui, longe ser determinista, procura didaticamente demonstrar, a partir de dados coletados em campo, que esses grupos, mesmo tendo no corte geracional um elemento importante, ao se distinguirem em diferentes formas de adesão à identidade profissional, também se distinguem em seus estilos de vida, no que se refere desde a origem e estrutura familiar, projetos de vida, opções de consumo, valores morais e estéticos e alternativas de lazer. Essas distinções serão analisadas também em termos de

gênero, pois as mulheres ingressaram na Corporação como soldados apenas a partir de 1987¹⁶.

Reflexões sobre os percursos etnográficos

Quando a polícia se tornou teu objeto de estudo? Por que a polícia? Por que militares? Convivo com essas perguntas há pelo menos 12 anos. A primeira vez em que desenvolvi uma pesquisa com policiais militares, fui incentivada por um professor do curso de graduação em Psicologia. Na época, estudos sobre estresse eram bastante desenvolvidos na área, e os psicólogos mais adeptos aos testes de avaliação procuravam formas validadas para¹⁷ medi-lo. Foi esse o enfoque do trabalho final de uma disciplina, que se tornou um artigo¹⁸ e foi apresentado em um Congresso Internacional. Não posso negar que a facilidade com que consegui a autorização do comandante da unidade de minha cidade – Lajeado – fez com que eu pensasse que seria interessante continuar a estudar o grupo. Diante da primeira dificuldade na aplicação do teste, pensei em recuar e aplicá-lo em outro grupo. Havíamos marcado uma data para a aplicação e o comandante se responsabilizou em reunir a tropa na data agendada, numa sala de aula de uma escola próxima à sede da BM em Lajeado, para que pudéssemos aplicar no maior número possível de policiais, tendo em vista que partíamos de Porto Alegre para tal atividade. Quando

¹⁶ No 22^o BPM, até o momento não há mulheres que tenham se formado no CBFPM nas décadas de 80 e 90.

¹⁷ Nummer; Escouto; Alchieri (1999).

¹⁸ Alchieri; Nummer (1999).

chegamos ao quartel, eles haviam esquecido o combinado e não tinham convocado os policiais; assim, teríamos que voltar em outra data. Lembro que disse ao meu pai, funcionário público do Estado: "*Não tem nada de militar, são mesmo funcionários públicos*". O imaginário de que militares são organizados se desconstruiu nesse contato com a polícia, e o retrato, do senso comum, do típico funcionário público se confirmou.

Sem dúvida que os resultados do estudo foram significativos, mas as queixas que ouvimos depois da realização do teste estão na minha memória. Na época, não imaginava que elas apareceriam durante esses 12 anos quase como uma constante e que marcariam minha trajetória de pesquisa. Tratavam-se de queixas sobre a relação entre “oficiais” e “praças”, sobre abuso de autoridade, desrespeito, humilhação, desconsideração em relação a assuntos pessoais, entre outros. Saí daquela sala de aula, em 1997, com um objetivo de vida militante e não de pesquisa. Queria estudar soldados; jamais trabalharia com “oficiais”, afinal, estava me formando em Ciências Sociais e ainda tinha a idealização da profissão de que nosso trabalho poderia mudar o mundo se soubéssemos falar em nome dos oprimidos. Tinha achado meus oprimidos! Tinha, enfim, uma causa.

Quando decidi estudar o curso de formação de soldados no mestrado, já em 1999, confesso que ainda tinha esses ideais. Hoje, tenho certeza de que, de alguma forma, eles foram reforçados pelo acidente de um amigo de família, soldado da BM, em uma ocorrência. Acompanhamos desde sua internação no hospital, baleado com três tiros, até sua recuperação. O que me afetou não foi a violência nem a situação de adoecimento e cura, mas, sim, o seu desejo de voltar a trabalhar. Por que ele não pensava em trocar de profissão? Além da violência, sua família passou por muitas dificuldades financeiras durante sua recuperação. O salário-base de um soldado era,

em 2009, R\$ 247,43, acrescido de 222% desse valor como risco de vida; somadas algumas vantagens, fica entre mil e mil e quinhentos reais. Existem outras vantagens que são acrescentadas nesse salário¹⁹; porém, quando o profissional está de licença para tratamento de saúde, algumas delas não são pagas e seus vencimentos reduzem significativamente.

Pensei em várias respostas para o fato: militarismo e *status* social, emprego e escolaridade, estabilidade profissional e família. Ele provinha de uma família em que outros membros eram militares, na época não tinha completado o ensino médio e seria difícil conseguir outro emprego em que ganhasse o mesmo salário e tivesse certa estabilidade. Como estava constituindo família, a sustentabilidade deveria ser garantida; além disso, na sua região de origem, a profissão garantia certo *status* social. Quando lhe fiz a pergunta – e acreditava já possuir as respostas –, ele me disse: "*eu sou brigadiano*".

Confesso que até então eu mesma nunca tinha respondido desse modo a ninguém quando me perguntavam por que me formei em Ciências Sociais: eu sou cientista social. Apenas em 2003, na V RAM, em Florianópolis, quando apresentei um texto comparando o ritual de iniciação da profissão de policial militar com a de antropólogo²⁰, é que pensei mais no assunto. Porém, somente em 2006, na entrevista de seleção para o Doutorado, quando fui questionada sobre por que não tentei seleção na Sociologia, já que meu projeto estava mais próximo das linhas de pesquisa dessa Pós-Graduação, é que disse: "*eu sou antropóloga*". Esse sentido de

¹⁹ As outras vantagens que podem ser acrescentadas na folha de pagamento são *abono família*, cerca de R\$ 28,00 reais por filho, *hora-extra*, que varia de acordo com cada profissional, *triênio*, que representa 5% do salário-base para cada 3 anos completados de serviço, *diferença*, cedida àqueles que estão cumprindo função de um superior hierárquico, *etapa* e *vale-refeição*, os auxílios refeição pagos na metade do mês.

²⁰ Nummer; Souza (2003).

pertencimento me foi reforçado pela resenha do meu livro, escrita pela professora Delma Pessanha Neves:

Enquanto texto também elaborado para demonstrar a capacidade de inculcação de outros *ethos* profissional – o do antropólogo –, apresenta-se como cuidadosa etnografia. [...].

Assim sendo, a etnografia trata duplamente de processos de construção de identidades, de inculcação de saber e de sujeição ou acatamento de obrigações morais. Tanto a antropóloga como os “praças” ou os aprendizes de soldado estão relativamente desnudos para se prepararem ritualmente para o “enfardamento” (2005, p. 212).

O trabalho de campo em antropologia é considerado por muitos profissionais um rito de passagem imprescindível no ofício da profissão²¹. Vários autores têm defendido essa posição, pois é no campo que o antropólogo lida “com pessoas de carne e osso”, com as vicissitudes imprevistas e com o sentimento de marginalidade e exclusão. Da Matta, em 1978, publicou um texto sobre o ofício do antropólogo, no qual o trabalho de campo foi considerado a fase pessoal ou existencial, pois, nessa etapa, o antropólogo extrai lições do seu próprio caso e, por isso, o autor “a considera como essencialmente globalizadora e integradora: ela deve sintetizar a biografia com a teoria, e a prática do mundo com a do ofício” (1978, p. 24). Nesse texto, o enfoque está nos aspectos interpretativos do ofício de etnólogo, mais especificamente na defesa de incorporar como parte do ensino do *métier* aspectos extraordinários que aparecem nas relações sociais que se estabelecem entre pesquisador e grupo pesquisado.

Para Woortmann (1995), nas discussões sobre o ensino de Antropologia, a experiência de campo é considerada o primeiro ponto na formação de antropólogos,

²¹ Para uma crítica dessa postura do trabalho de campo como essencial à antropologia como ciência, ver, por exemplo, Giumbelli (2002).

para que esses saibam lidar com subjetividades individuais e ao mesmo tempo com totalidades culturais. Cardoso de Oliveira, em artigo que apresenta o ofício do antropólogo dentro e fora das universidades, também destaca o trabalho de campo como fundamental para que o profissional consiga dar sentido à cultura do outro, e destaca essa dimensão dialógica do encontro etnográfico vivido pelo antropólogo como um “problema existencial, em vista das contingências do trabalho de campo, o qual impõe uma experiência de convivência cotidiana com as comunidades” (2007, p. 8).

Geralmente, essas posições são complementadas com a informação de que o campo é apenas uma das etapas do método etnográfico, geralmente intermediária entre a formação teórica e a análise dos dados que nos permite a produção etnográfica, embora nas palavras de Silva (2000, p. 27) “essa concepção linear do processo de produção etnográfica (ensinada nos cursos de metodologia e presente nos manuais e formulários padronizados de solicitação de fomento à pesquisa elaborados pelas instituições de apoio) em geral não condiz totalmente com a realidade de seu desenvolvimento”.

Assim, sendo o trabalho de campo fundamental no ofício do antropólogo, as formas de negociação que se estabelecem nas relações do pesquisador com os sujeitos pesquisados devem fazer parte da análise antropológica, seja por que precisamos descrever a entrada em campo e as nossas formas de implicação com o grupo estudado, seja por que elas nos informam sobre aspectos da cultura estudada.

No meu caso, os percalços da autorização formal para a realização do trabalho de campo no mestrado tornaram-se objetos de estudo que informaram muito sobre a cultura policial militar. Não vou retomá-los aqui, pois estão no capítulo

1 do livro *Ser polícia, ser militar: o curso de formação da socialização do policial militar*, baseado da dissertação de mestrado. Destaco que, para a tese, procurei seguir os mesmos caminhos formais, mas desta vez eles não funcionaram (ANEXO A). Foram os canais informais que me garantiram uma autorização formal para o início da realização do trabalho de campo (ANEXO B) e, com isso, o retorno ao quartel, onde comecei meus estudos sobre a polícia.

Diante das dificuldades de obtenção de autorização para o trabalho de campo no mestrado, alguns me perguntam por que não desisti. Em alguns momentos, fui acusada de estar impondo minha presença no grupo e não praticando um dos preceitos básicos da ética do trabalho antropológico: o relativismo cultural. Recorri a outros autores que também estudaram grupos – se assim pudermos chamar – resistentes ao contato com o “outro”. Os estudos sobre criminalidade e violência policial foram fundamentais para a compreensão dessas relações entre pesquisador e pesquisado. Os “oficiais” da Brigada que fizeram graduação ou pós-graduação nas universidades e tiveram contato com alguns desses textos comentam que são escritos produzidos para terem impacto no círculo acadêmico e na sociedade. Para eles, ambos os públicos podem ser considerados praticamente leigos em assuntos que envolvam a Corporação e que, como a imprensa, procuram sempre criticar as atividades da polícia. Interessante observar a associação que fazem entre esses textos acadêmicos e as notícias divulgadas na mídia. A relação dos “oficiais” com a mídia seria um estudo interessante, pois prevalece uma intensa ambiguidade: a mídia é aliada e inimiga. Quando chamada, é para divulgar os grandes feitos; quando aparece, é para registrar as falhas.

Não busquei informações sobre exatamente a quais textos se referem, mas descobri que os autores deles passam a adquirir popularidade inclusive entre

aqueles que não os leram. Fala-se do Professor Fulano, ou do Doutor Sicrano, mas poucas são as menções ao conteúdo dos textos; quando elas aparecem, geralmente são descontextualizadas ou mal compreendidas. Darei o exemplo da minha dissertação. A última frase do texto é a seguinte:

[...]. Discorremos sobre o fato de que o curso é o *locus* privilegiado para, além do ensino técnico, a inculcação do saber ser soldado da Brigada, que orienta a crença de reprodução da Corporação, independentemente de questionamentos pontuais do curso de formação (NUMMER, 2001, p. 97-98).

Quando da solicitação de autorização para o trabalho de campo do doutorado, um oficial me contou que seu superior hierárquico havia se referido a mim como "*aquela que escreveu que o curso não forma o soldado para as atividades de rua*". Essa visão pessoalizada e descontextualizada do estudo anterior pode ter sido um empecilho à autorização formal.

Podemos afirmar que as possibilidades de um civil desenvolver sua pesquisa dentro da Corporação com autorização formal, o que significa encaminhar o projeto de pesquisa ao Instituto de Pesquisa da Brigada Militar (IPBM), ainda envolvem questões pessoais e canais informais. De pesquisa que envolva etnografia realizada por um civil dentro de um quartel da BM, tem-se conhecimento apenas da minha. Na época do mestrado, os "oficiais" do IPBM acreditavam que meu estudo traria o que eles chamavam de "*mudança de paradigma*" dentro da Corporação. A contar com a negativa do Comando Geral para a pesquisa do doutorado, acredito que a Corporação precisa unificar os pensamentos daqueles "oficiais" que têm o poder de conceder essas autorizações, de forma que o IPBM cumpra seu efetivo papel na Brigada.

Sem dúvida que tanto tempo realizando pesquisa na Corporação me possibilitou ser conhecida entre alguns, o que facilitou a autorização formal do Comando Regional do Vale do Taquari (CRPO VT) para desenvolver o estudo no 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM), com sede em Lajeado, cidade onde resido e trabalho e onde iniciei meus estudos com a Corporação.

As dificuldades de realização de observação participante junto às instituições militares têm ocupado importante papel na análise desses grupos sociais (CASTRO, 1990; LEINER, 1997a e 1997b; SÁ, 2003; NUMMER, 2005). Assim, foi fundamental iniciar o trabalho de campo na Polícia Militar através de vínculos formais, como autorização por escrito do Comandante do CRPO VT, e informais, a partir das redes sociais construídas com alguns “oficiais” e “praças”²² com os quais trabalhei na pesquisa anterior.

Aprendi muito sobre negociações para o trabalho de campo e ética profissional nesses percalços, mas também aprendi um pouco sobre a vida desses sujeitos, seu cotidiano, seus valores, suas visões do “eu” e do “outro”. Neste estudo, o conhecimento situado (ABU-LUGHOD, 1991) da pesquisadora enquanto mulher, solteira, pesquisadora, professora universitária, considerada jovem por alguns e velha por outros, torna-se importante de ser incorporado nas possibilidades de realização das etnografias e nas análises posteriores.

A observação das atividades dos policiais no “serviço de rua” e em algumas de suas atividades de lazer, consideradas não adequadas para minha presença,

²² *Oficiais* são todos os policiais militares que fazem parte do círculo hierárquico dos “oficiais” e podem ter os postos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel. “Praças” são todos os policiais militares que fazem parte do círculo hierárquico dos “praças”: sargentos e soldados. Além das designações formais das funções dos “oficiais” e dos “praças” na BM, os primeiros com ênfase na gestão e os segundos com ênfase na execução das atividades de Polícia Militar, essa divisão hierárquica carrega um conjunto de significados associados que serão tratados no Capítulo 4.

seja pelo comportamento dos “*outros*”, seja pelo risco físico que possa envolver, foram significativas para a compreensão do lugar da pesquisadora.

Quando um policial militar é “rendido” por um colega que vai ocupar seu “posto”, aquele que “sai de serviço” cumprimenta o que “entra em serviço” com a expressão “bom serviço”. Esses termos *êmicos* carregam os significados de uma profissão de risco. No trabalho de campo antropológico, acompanhar policiais militares a lugares onde o perigo à nossa integridade é iminente requer que o pesquisador reconheça sua inferioridade diante de seus informantes, representada pela ideia de que “estás com a gente, estás segura”. Esse fato nos permite refletir sobre os significados de diferentes formas de proteção que podemos receber em campo de nossos informantes e questionar se nos tornarem frágeis e responsabilizarem-se pela nossa proteção não seria uma estratégia para lidar com a violência simbólica que se estabelece entre pesquisador e pesquisados.

Geertz (2001), ao tratar das dimensões éticas do trabalho de campo nos países novos, destaca que o antropólogo é essencialmente irrelevante para o destino dos informantes e é movido por interesses bem diferentes dos deles, tendo em vista que as pessoas com as quais lidamos nesses casos são necessitadas de melhorias concretas em suas vidas. Nesse texto, o autor nos faz refletir sobre o que temos a oferecer aos nossos informantes e o que faz com eles nos aceitem e nos ajudem. Para o autor, a resposta está no conjunto de ficções parciais, mais ou menos percebidas, que se estabelecem na relação do antropólogo com seus informantes. Enquanto o antropólogo se apoia no valor científico dos dados, o informante mantém-se sob ganhos secundários, como a sensação de ser um colaborador, o orgulho de sua cultura ou do seu conhecimento sobre ela, a chance de expressar opiniões pessoais ou algum benefício material.

Essas ficções parciais mantêm a relação de ambos enquanto se comunga de um acordo implícito de que os dois fazem parte de uma mesma comunidade moral. Assim, o trabalho de campo antropológico envolve “reconhecer a tensão moral e a ambiguidade ética implícitas no encontro antropólogo/informante, e ainda assim ser capaz de dissipá-la através das próprias ações e atitudes é o que tal encontro exige de ambas as partes para ser autêntico e efetivamente ocorrer” (GEERTZ, 2001, p. 43). Dessa forma, o autor defende que é na combinação entre a atitude engajada e a analítica que se constrói o que chamamos de distanciamento.

Para Bourdieu (1999a), esse distanciamento não está relacionado a uma amplitude de redução da intervenção do pesquisador na situação de pesquisa, mas no controle da violência simbólica própria desse encontro. De acordo com o autor, na mesma obra, “só uma reflexividade reflexa baseada num ‘olho’ sociológico permite perceber e controlar no campo os efeitos da estrutura social” (p. 294). O que o autor nos ensina é que para uma interação não violenta é preciso conhecer os efeitos dessa aceitação da presença arbitrária de um estranho na vida dos pesquisados. Conhecer esses efeitos inclui compreender o significado que os nativos constroem sobre o pesquisador e a pesquisa e explicar o que os motiva a participar de tal troca, sem deixar de reconhecer a dissimetria presente numa relação de pesquisa, muitas vezes reforçada pela dissimetria social entre os agentes participantes do encontro etnográfico. Seguindo essa argumentação do autor, duas são as condições principais de uma comunicação não violenta: a escuta ativa e metódica, que pode gerar uma espécie de mimetismo controlado, e a escolha dos informantes pela proximidade social e familiaridade; assim, nessa segunda condição, o pesquisado estará agindo na estrutura da relação.

Reduzir a violência simbólica na relação entre antropólogo e informantes requer reconhecer que a tensão moral e a ambiguidade ética implícitas nesse encontro, como afirma Geertz (2001), deve ser dissipada pelas ações e atitudes dos envolvidos. Tanto Geertz como Bourdieu referem-se às posturas em campo como importantes para que o encontro seja autêntico ou mesmo que possa ocorrer e para que a participação intelectual e afetiva do pesquisador apareça nos sinais de *feedback*, colocados no momento certo. No caso do encontro etnográfico com policiais militares em situação de risco físico, o *feedback* envolve a aceitação e, muitas vezes, atitudes de prestígio da autoridade de proteção à pesquisadora.

O risco é tema de estudo em diferentes disciplinas como, por exemplo, a epidemiologia, a geografia e a sociologia, com diferentes enfoques, alguns mais objetivistas, outros mais subjetivistas, além de outras tendências que procuram uma combinação entre aqueles modelos probabilísticos e esses que o analisam a partir de interações sociais. Marandola Júnior e Hogan (2004) reconhecem que a natureza multidimensional dos riscos necessita de um olhar além de fronteiras disciplinares. Para os autores, os estudos antropológicos têm contribuído na relativização das concepções de risco, especialmente as análises de Mary Douglas²³.

As percepções de risco variam de acordo com sexo, idade, valores, estilos de vida, profissão, entre outras questões socioculturais. Assim, o ofício de antropólogo envolve diferentes formas de riscos, de acordo com o grupo estudado e com as próprias representações de risco da cultura do pesquisador. É importante reconhecermos que a imagem do trabalho de campo como uma aventura ainda é presente na nossa profissão:

²³ Os autores citam os seguintes textos de Mary Douglas: *Purity and danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*; *Risk, acceptability according to the social sciences*; *Lês études de perception du risque: un état de l'art*; *Risk and blame: essays in cultural theory*; e *Risk and culture: na essay on the selection of technological na environmental dangers*.

[...] O deslocamento do antropólogo para os locais onde vivem aqueles que ele deseja observar e sua permanência ali durante o maior tempo possível continuam sendo um rito de passagem, valorizado por seus praticantes, e que confere à antropologia um certo "carisma" por sua aura de aventura a céu aberto (SILVA, 2000, p. 26).

A lógica do risco-aventura não é exclusiva da nossa profissão, mas característica dessa socialização do risco, que sociólogos como Giddens (1991)²⁴, por exemplo, associam ao fenômeno da modernidade tardia em que os usos metafóricos do risco estão mais associados à ideia de imprevisibilidade.

O risco físico é analisado no encontro etnográfico com policiais militares como mais um dos imponderáveis da vida real ou como um *anthropological blues* e as formas de negociá-lo para a realização da pesquisa etnográfica, pois, sem dúvida, que a observação em atividades de policiamento ostensivo, que envolvem o atendimento de ocorrências e, conseqüentemente, a imprevisibilidade de riscos físicos, requer cuidados específicos por parte do antropólogo e dos informantes.

Acredita-se que, nesse momento do campo, em que o antropólogo "vai para a rua" com seus informantes, se estabelece uma relação de inversão entre a intrusão arbitrária do pesquisador, que se coloca na vida dos pesquisados numa condição de dissimetria analítica e social, e a posição dos pesquisados. Nesse momento, não é o pesquisador que estabelece as regras do jogo, pois está sob proteção de seus informantes, agora dominantes de uma técnica de enfrentamento em combates físicos com ou sem o uso de equipamentos que o pesquisador não detém.

Pode-se pensar na proteção ao risco físico que recebemos dos informantes como uma estratégia de redução da violência simbólica que está presente na interação entre pesquisadores e pesquisados, que ocorre sob pressão das

²⁴ Sobre essa temática, ver também Beck; Giddens e Lash (1997).

estruturas sociais (BOURDIEU, 1999). Com isso, pode-se concluir que expor-se ao risco mediante proteção dos informantes é um subterfúgio para reduzir a violência simbólica e demonstrar aos informantes que o antropólogo também aceita participar da troca quando as regras do jogo são redefinidas. Aceitar a proteção dos informantes pode ser fundamental para que se estabeleça uma relação de confiança e reconhecimento de valores éticos nativos. Aceitar a proteção, no caso dos policiais militares, tanto homens como mulheres, significa compartilhar da crença incorporada de que eles são os paladinos da segurança, ou seja, de que eles são defensores dedicados e publicamente reconhecidos. Como aprendemos nos manuais de metodologia da pesquisa etnográfica, *“el investigador no puede escapar a las implicaciones que devienen del género: no es posible alcanzar una posición de neutralidad de género”* (HAMMERSLEY; ATKINSON, 1994, p. 100). O fato de o antropólogo ser mulher amplia o significado dessa proteção, tendo em vista a dominação de gênero que está presente nas dominações simbólicas, tal como nos apresenta Bourdieu (1999b). A dominação masculina, para o autor, conduz a representações sociais quase consensuais de que a mulher é frágil e que precisa de um protetor, enquanto a força física, a virilidade e a proteção são atributos considerados masculinos e, por isso, “naturalmente” superiores. Nessa lógica, tanto dominados quanto dominadores sofrem diferentes efeitos nessa relação, pois ambos estão enredados nessa teia de dominação.

Aceitar essa condição e tomar a posição de fragilidade em que a antropóloga está sendo colocada por “estar na rua” e ser mulher permite não apenas criar uma identificação com os valores éticos do grupo, mas também reconhecer que esse recurso pode tornar as interações do encontro etnográfico menos violentas em termos da dissimetria social. Embora Bourdieu (1999a, p. 699), reconheça “que

todos os subterfúgios que se possa imaginar para reduzir a distância têm seus limites”, acredita-se que os momentos do campo com policiais militares, tanto homens como mulheres, são apropriados para reduzir a distância de engajamentos na pesquisa. Percebe-se que ao valorizar o papel dos nativos para a garantia da integridade da antropóloga e, por consequência, da continuidade da pesquisa, garante-se a adesão daqueles que até então estavam à margem do processo de interação, pois passam a se considerar mais envolvidos como integrantes do processo de pesquisa. Quando há possibilidade de risco físico nas interações, eles percebem-se ajudando no meu trabalho, mesmo que isso não signifique a compreensão exata do que é o trabalho antropológico. Mesmo assim, são construídas relações de afetividade, companheirismo e solidariedade entre o pesquisador e seus informantes, relações essas que garantem a integridade física do pesquisador diante dos riscos físicos envolvidos no trabalho de campo, além da continuidade das trocas.

Esta estratégia de pesquisa de seguir as regras e aderir a essa proteção sem a construção de um diálogo com o informante e a negociação contínua das regras para a observação participante pode provocar a escolha intencional dos informantes dos locais considerados adequados para que a pesquisadora frequente. Nesses casos, é fundamental recorrer a outras estratégias de campo ou outras fontes de coleta de dados, para que não haja interferência significativa nos resultados obtidos, tendo em vista que o foco do estudo está nos estilos de vida. No caso de bailes considerados inadequados para que eu os acompanhe, geralmente a explicação é a de que *“não é ambiente para mim”*²⁵. Procuro frequentá-los com pessoas que não

²⁵ Essa representação, até o momento entre os homens, aparece associada à ideia de que minha presença pode atrapalhar algum *“esquema”* de relacionamento afetivo, pois se eles chegarem ao baile comigo, *“vão queimar o filme”*, ou por atividades que devem ser mantidas em segredo por

são policiais militares. Dessa forma, reduzo o compromisso do cuidado e posso compreender melhor suas escolhas por tais atividades de lazer.

O fato de alguns considerarem que, mesmo não sendo brigadiana, tenho “alma de brigadiano”, ou que sou “muito mais brigadiano do que muito brigadiano”, significa que além de conhecer as regras formais, estar atualizada nos valores salariais e nas formas de seguir a carreira, por exemplo, tenho autoridade para falar sobre o grupo, pois convivo com eles. Seguidamente, quando comentam alguma coisa sobre as condições de trabalho e de vida, o assunto se interrompe com um “eu não preciso te explicar isto, tu sabes bem como é”. Sem dúvida que essa representação da pesquisadora me coloca numa posição um pouco mais confortável. Nesta pesquisa não tenho que lidar com “o primeiro ardil colocado ao antropólogo no seu caminho de melhor conhecer o outro conhecendo a si mesmo, [que] é o menosprezo” (ZALUAR, 1997, p. 107), pois já fui colocada em um lugar de especialista nos assuntos que envolvem a Brigada e os brigadianos. Essa representação foi reforçada pelo fato de o lançamento do meu livro ter ocorrido em um coquetel no galpão do 22º BPM em 11 de setembro de 2005, com a presença de “oficiais” e “praças” da Brigada e colegas da Universidade. A presença da Banda da Brigada de Porto Alegre reforçou para os presentes no coquetel a ideia de que havia reconhecimento dos quadros superiores da Corporação em relação ao meu trabalho.

vergonha, imoralidade e/ou ilegalidade. Entre as mulheres solteiras, ainda não tentei negociar tais saídas, e as casadas ou comprometidas não vão a esses locais.



Figura 1: Lançamento do livro *Ser polícia, ser militar*, no galpão do 22º BPM, em 11 de setembro de 2005
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 2: Lançamento do livro *Ser polícia, ser militar*, no galpão do 22º BPM, em 11 de setembro de 2005
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 3: Lançamento do livro *Ser polícia, ser militar*, no galpão do 22º BPM, em 11 de setembro de 2005

Fonte: Acervo pessoal.

Outro fato que intencionalmente me aproxima de meus informantes, além de alguns conhecimentos teóricos e técnicos de sua profissão, são os conhecimentos sobre defesa pessoal. Fiz aulas particulares com professores da Brigada e em alguns momentos pude participar dos treinamentos com o grupo estudado. Quando um grupo se reúne para comentar uma ocorrência em que foi necessário o uso da força e estou presente, meus comentários são valorizados. O fato de eu solicitar mais esclarecimentos sobre acontecimentos de ocorrências mais perigosas me aproxima de meus informantes.

Entretanto, é fundamental analisar de que forma essas representações e esses não ditos – porque “*afinal tu sabes bem*” – podem interferir na objetivação da relação entre o pesquisador e seu objeto de estudo (BOURDIEU, 1998), tendo em vista que na relação do antropólogo com seus informantes

a pesquisa é a história de um relacionamento pessoal em que o pesquisador procura desfazer as impressões negativas da imagem do 'dominador' a fim de tornar a comunicação ou o encontro possíveis, bem como escapar das armadilhas montadas pela hierarquia ou desigualdades que transcendem a situação de pesquisa (ZALUAR, 1997, p. 115).

Entre o grupo, demonstrar interesse e conhecimentos sobre questões que envolvem armamento e outros equipamentos utilizados no atendimento de ocorrências, defesa pessoal, notícias atualizadas sobre possíveis mudanças que irão ocorrer na organização da Corporação, oriundas de boatos que vêm da capital, são muito importantes para criar e manter vínculos.

Mesmo pesquisando em uma instituição que convive com um poder disciplinar controlador – e, algumas vezes, secreto –, a possível vigilância

intermitente e a iminente repressão representados na figura do *P2*²⁶, não vivi a geração de 1964, não lutei contra a ditadura militar, não presenciei agressões a parentes, amigos e colegas. Não desenvolvi o rancor pelas instituições militares. Sem dúvida que isso de alguma forma também ajudou na experiência do trabalho de campo para lidar com as acusações de *P2*. Nunca foi fácil explicar o que uma *paisana* faz dentro de um quartel. Explicar que faço pesquisa, inicialmente, nunca satisfez meus informantes, muito menos aqueles que estão envolvidos indiretamente no estudo. Ter contato direto com os “oficiais”, pois são eles que autorizam qualquer atividade dentro do quartel, me torna uma *P2*. Ter contato direto com os “praças” também me torna uma *P2*. Demonstrar a ambos que essa situação intermediária entre as negociações para as autorizações com os “oficiais” e o convívio com os “praças” não me torna uma *P2* leva tempo e gera situações que testam minha confiabilidade. Presenciar um erro operacional e não comentar com um superior hierárquico, além de participar de uma conversa em que as queixas sobre os superiores hierárquicos são o assunto principal e estes não saberem posteriormente o conteúdo da conversa são exemplos dessas situações em que minha fidelidade aos “praças” são analisadas. Saber antecipadamente qual é o resultado de um processo de algum soldado e as escalas de serviço e não espalhar a notícia comprova a confiança dos “oficiais” na seriedade do trabalho de pesquisa.

Diante dessa lógica do grupo, iniciei o trabalho de campo em abril de 2007 na Sala de Operações (SOP) com um informante que exerce a função de *operador de rádio*. O comando não interveio na minha escolha, apenas foi informado de que eu passaria os turnos de serviço desse operador na SOP. A SOP é sala em que ficam o

²⁶ O *P2* é o sujeito que entrega um policial militar por conduta inadequada a um superior hierárquico, o que pode conduzir a punições, processos administrativos, chamadas de atenção e antipatias de superiores com subordinados. Em Nummer (2005, p. 32), destaca-se que “[...] embora a ênfase recaia sobre *colegas de farda*, o *P2* pode ser qualquer um”.

telefone de emergência da BM – o 190 –, um computador que apresenta as imagens das câmeras de vigilância da cidade e o rádio, por meio do qual o operador faz contato com as viaturas que estão em serviço de rua. A função de rádio operador é exercida por policiais que recebem os chamados e encaminham os policiais às ocorrências. Também fazem a pesquisa de registro geral e placas de veículos no sistema computadorizado para informar aos policiais que estão na rua sobre as condições legais de pessoas e veículos abordados e inserem no sistema informatizado da BM os atendimentos das ocorrências. Geralmente, os turnos de trabalho desses profissionais são de 12 horas de trabalho e 36 horas de folga. Isso significa que eles fazem turnos alternados: em um dia, estão de 23, que significa trabalhar no segundo e terceiros turnos do dia, das 6h às 18h, folgam 36 horas e no outro dia estão de 41, trabalham no quarto e primeiro turnos, das 18h de um dia até as 6h do outro dia. Assim, trabalham num dia pela manhã e no outro durante a noite.

Como o trabalho na SOP faz parte das atividades de policiamento ostensivo, é possível conversar com todos os policiais que estão trabalhando naquele turno, pois eles comparecem frequentemente à sala para entregar documentos, pegar equipamentos ou obter mais informações sobre uma ocorrência. Durante todo o ano de 2007, acompanhei as escalas de serviços desse informante para conhecer e explicar a pesquisa para todos os soldados e sargentos. Fui ao quartel também conversar com os policiais que atuam no administrativo em horários diferentes desses turnos, pois a escala de serviço do administrativo era das 8h às 12h e das 13h às 18h (hoje, é das 13h às 18h30min). Os horários de troca de turnos, entre 18h e 19h e entre 6h e 7h, também foram importantes para conhecer os profissionais do 22º BPM, pois alguns estão saindo do serviço, entregando o equipamento e a documentação preenchida no dia, confirmando a escala para os próximos dias

enquanto outros entram em serviço, pegando equipamento e documentos e recebendo informações sobre as ocorrências que foram atendidas. Nesses momentos, pequenos grupos aproveitam para conversar e sentar para descansar.

A participação nas jantas realizadas no quartel também foi importante para conhecer os policiais. Esses encontros eram organizados geralmente por algum policial que atua nas atividades administrativas. Eram convidados todos os profissionais que exercem essas atividades e, algumas vezes, alguns dos policiais que atuam no Policiamento Ostensivo. Quase sempre eram as mesmas pessoas que participavam, e isso tem sido o elo de ligação com os que ainda não me conhecem, pois são eles que explicam minha presença em quartel quando os outros não me perguntam diretamente. Dessa forma, inicia-se o diálogo com os novos e recomeça-se todo o processo de construção de significado para a pesquisa.

Quando as “resistências” estão reduzidas e certa “confiança” se estabelece para que eu possa participar de outras atividades de suas vidas fora do quartel, o informante é transferido para outras cidades, fora do Vale do Taquari, ou são “*encaminhados para reserva*”²⁷, que significa que se aposentaram. Em um período de dezoito meses, cinco informantes foram transferidos ou se aposentaram.

Além das atividades vinculadas à Brigada, como festas de confraternização, eventos sociais em que os policiais atuam representando a Corporação, festas para arrecadação de verba para que possam participar de um evento esportivo

²⁷ As situações profissionais dos policiais militares são semelhantes às do Exército: *na ativa*, são considerados aqueles que estão prestando serviço na corporação; *na reserva*, são os que completam idade limite de permanência no serviço ativo ou concluem o tempo de serviço exigido para aposentadoria – nesta situação o PM ainda poderá ser convocado ao serviço ativo –; *reformados*, são aqueles que por incapacidade física ou idade limite, que varia de 55 a 65 anos, dependendo do posto ou graduação ocupado, passam à inatividade definitiva.

representando o 22º BPM, eventos do PROERD²⁸, tenho visitado algumas informantes mulheres em suas residências e saído com elas para fazer compras. Além disso, fui aos bailes que alguns informantes frequentam, acompanhada de pessoas que não são da Corporação, na busca de romper com a barreira do “*lá não é ambiente para ti*”, estratégia que funcionou e levou-os a me convidarem para outras atividades de lazer antes tolhidas para mim na companhia deles.

No capítulo intitulado “QRB”, dispõe-se uma breve apresentação da linha analítica que foi elaborada no estudo, além da história da Polícia Militar e do 22º Batalhão de Polícia Militar de Lajeado, onde atuam os interlocutores pesquisados. Também constam as características formais para o ingresso na Corporação na graduação de soldado. No capítulo “QSO”, o modelo analítico construído é norteado a partir de práticas dos estilos de vida daqueles que se autoidentificam como “ser brigadianos” e dos que “trabalham na Brigada”. No capítulo “QAP”, a partir de autorrepresentações produzidas por soldados da BM por meio de contos, fotografias e charges das relações pessoais estabelecidas entre os “contatos” e dos boatos internos, é discutido como esses processos podem ser compreendidos como *agency* dos agentes na busca de uma resistência à estrutura dominante e ao projeto de

²⁸ O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) é um programa de caráter social que todas as polícias militares do País desenvolvem junto aos alunos da 5ª série, na faixa etária de 09 a 12 anos de idade, e aos adolescentes da 7ª série, na faixa etária de 12 a 14 anos de idade. O policial instrutor deve fazer o curso de formação, que dura em média 2 semanas, para desenvolver o programa nas escolas da rede de ensino público e privado. O modelo original do programa é americano. No Brasil, é aplicado desde 1992, e no Rio Grande do Sul, desde 1998. Segundo dados do *site* do PROERD no RS, até o primeiro semestre de 2008, foram 485.218 crianças que participaram do programa. As atividades envolvem 60 h/aula com o instrutor policial militar fardado nas escolas, utilizando uma cartilha para ministrar as “17 lições”: segurança pessoal, maneiras de dizer não às ofertas de drogas, abuso e uso das drogas, autoestima, influência dos meios de comunicação, alternativas para não usar drogas, pressão dos companheiros, consequências do uso das drogas lícitas e ilícitas, noções de cidadania, maneiras de se lidar com as tensões do dia-a-dia e formas de evitar a violência. O foco está nas formas de resistir e evitar o uso de drogas e de ações de violência. Ao final de cada programa, a turma recebe um boné e uma camiseta com a logomarca do programa (Leão), um certificado de conclusão e realiza uma formatura em que os alunos prestam um compromisso diante dos pais, professores, comunidade e policiais militares de resistir às drogas e à violência.

serem porta-vozes de uma profissão que se beneficia dos capitais simbólicos que negocia.

2 “QRB?”²⁹: REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO ANALÍTICO E EMPÍRICO DA PESQUISA

22° Batalhão – Guardião do Vale

Foi da década de trinta
Nas margens do Taquari
Na promissora Lajeado
Crescendo junto a ti

Pioneiros “abas largas”
Chegou a brigada altaneira
Fincando um mastro no chão
Que hoje tremula a bandeira

Marco do vigésimo segundo
Glorioso batalhão
Atavismo de vitórias
Cumprindo sua missão

O lume é o ciclo completo
da institui o centenária
Previne-se com o PROERD
e polícia comunitária

Sinergia pr -ativa
o compromisso se equivale
A confiança da região
É ter o guardião do vale

(Ten Dilmar – 22º BPM)

As principais questões que nortearam a pesquisa foram: como e quais as práticas de estilo de vida que a profissão de Policial Militar no Rio Grande do Sul

²⁹ No código Q, em forma de pergunta, significa: “A qual distância aproximada vocês está da minha esta o?”. Entre os interlocutores, é utilizada para saber o local onde está o policial ou a viatura.

constroem e/ou reconstroem entre os soldados da BM? Quais os estilos de vida que podem ser considerados adquiridos e/ou reforçados pela socialização profissional? Quais e como os capitais, tais como relações sociais, títulos, aptidões, entre outros, produzem as distinções sociais internas, entre os membros do grupo, e externas, para os outros?

Tais questionamentos surgiram de resultados obtidos em estudo anterior (NUMMER, 2005), em que a construção da identidade social dos policiais militares durante o curso de formação foi analisada em termos de pertencimento à Corporação Brigada Militar (BM), Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul: “Uma das primeiras lições é a de que *ser da Brigada*, fazer parte dessa Corporação, também significa *ser a Brigada* [...]” (NUMMER, 2005, p. 42). Percebe-se, nesse grupo, que a identidade social se constrói a partir de relações estabelecidas a partir das trajetórias sociais associadas a processos de inculcação de valores de uma profissão. As trajetórias sociais implicam em disposições herdadas e adquiridas no decurso das socializações dos sujeitos. Os capitais simbólicos acumulados nesse processo orientam gostos de classes que dão origem a estilos de vida (BOURDIEU, 1998). Assim, socialização definida como construção de um mundo vivido é um processo de desconstrução e reconstrução de identidades ligadas a diversas esferas de ação.

Para Dubar (1997), entre essas esferas de ação, as atividades profissionais, por tratarem-se de espaços de socialização e de identificação dos sujeitos, criam o que autor denomina formas identitárias:

Ela articula (*sic*) dois sentidos do termo “socialização” e “identidade”: a socialização “relacional” dos atores em interação em um contexto de ação (as identidades “para o outro”) e a socialização “biográfica” dos atores engajados em uma trajetória social (as identidades “para si”) (p. XX).

Na tentativa de sugerir uma revisão dos estudos que apontam a existência de uma cultura profissional policial militar homogeneizante e universalista e contribuir com uma postura não essencialista e diacrônica, defende-se a necessidade de percebermos os policiais militares enquanto agentes sociais. Esse enfoque permite compreender que, ao ingressarem na carreira, os policiais incorporam de diferentes maneiras valores próprios da profissão, pois são sujeitos que agem nos interstícios de uma estrutura social desigual a partir de projetos individuais ou coletivos, com uma relativa margem de escolha.

Sorj, preocupada com os estudos em Sociologia do Trabalho, apontava os reflexos para este campo de investigação do descolamento que a análise dos estilos de vida pode proporcionar, tendo em vista que neles o trabalho não é mais visto como foco da identidade e sociabilidade dos sujeitos sociais:

A proposição, quase que axiomática, de que o trabalho constitui a principal referência que determina não apenas direitos e deveres diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas principalmente padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político, modelos de família e estilos de vida, vem sendo amplamente revista. Novas categorias de análise como “identidades”, “estilos de vida” e “movimentos sociais” ganham preeminência e asseveram, implícita ou explicitamente, que o trabalho e a produção perderam sua capacidade de estruturar posições sociais, interesses, conflitos e padrões de mudança social (2000, p. 25-26).

Ao discutir estilo de vida entre soldados da Brigada Militar, propõe-se um novo olhar sobre esses sujeitos, reconhecendo que suas identidades são constituídas pela profissão que exercem, mas não exclusivamente, pois na contemporaneidade os estilos de vida nas sociedades complexas estão associados a multipertencimentos.

Analisando os dados da Tabela 2, pode-se perceber que a maior parte do efetivo da BM é composta por “praças”, especialmente soldados, e à medida que se

eleva o nível hierárquico, diminui-se o número de policiais em cada graduação ou posto.

Tabela 2

Distribuição do efetivo na ativa segundo postos e graduações em janeiro de 2009

Postos e Graduações	Frequência	Percentual (%)
Coronel	27	0,2
Tenente Coronel	100	0,5
Major	309	1,4
Capitão	630	2,4
Tenente	648	3,2
Sargento (1º, 2º e 3º)	4984	23,4
Soldado	14770	68,9
Total	21468	100

Fonte: Diehl, 2009.

Assim, o policial que atende às ocorrências³⁰, faz abordagens de pessoas³¹ e de veículos³², exerce “atividade de linha”, ou seja, tem contato pessoal diário com a população, é “praça”.

³⁰ O trabalho do policial militar em ocorrências pode ser de averiguação, advertência, prisão, assistência e autuação.

³¹ Conhecido por “revistas”.

³² Denominados também de “blitz” ou “barreira”.

2.1 Práticas sociais e estilo de vida: a *agency* inserida em um campo de possibilidades

O enfoque prático explicitado por Ortner (1994) pode ser definido como uma corrente nas ciências sociais que se desenvolveu nos anos 70, especialmente nos EUA, como crítica às visões essencialistas de sobredeterminação do ator social. Nesse enfoque, os agentes são ativos da história, e as análises buscam explicações para as relações entre o agente e a estrutura ou “o impacto do sistema na prática e o impacto da prática no sistema” (p. 154).

Na perspectiva da prática, alguns aspectos são fundamentais: 1) o enfoque nas pessoas reais; 2) a desigualdade do sistema que produz dominação e seus efeitos nas ações dos agentes; 3) a análise do sistema como construção cultural e o questionamento das dicotomias tradicionais da antropologia entre feminino e masculino, determinante e determinado, sociedade e cultura, etc.; 4) a posição política dos estudos antropológicos tanto no que diz respeito à escrita etnográfica quanto à escolha de conceitos que definem a visão do autor sobre a cultura estudada. Na antropologia da prática, a ênfase recai sobre o ator que age nos interstícios da estrutura social desigual. Dessa forma, a noção de poder é de um poder descentrado, pois o agente que resiste ao hegemônico é um agente ativo e criativo (ORTNER, 1999). Assim, essa concepção da prática como ação simbólica (GEERTZ, 1978) é uma maneira de perceber no vivido como as pessoas navegam em diferentes possibilidades sociais, além de possibilitar ao antropólogo uma posição de cumplicidade com a diferença (ABU-LUGHOD, 1991).

A proposta analítica do enfoque prático pode ser observada em vários pesquisadores, contudo, com divergências quanto à ênfase nos conceitos utilizados³³. Basicamente, podemos afirmar que a preocupação central de todos está na relação entre a ação dos sujeitos e o sistema social. Em Bourdieu (1998), essa relação é definida pela noção de *habitus* como um princípio inconsciente e coletivamente inculcado para gerar e estruturar as práticas e representações. Em Ortner (2007a), as ações nas quais é forte a intencionalidade do agente, mesmo que não totalmente consciente, podem ser reconhecidas como *agency*, pois nesses casos os atores jogam com habilidades, talentos e intenção. Essas ações são diferentes das práticas de rotina.

É importante destacar desse conceito de *agency* do sujeito as práticas sociais orientadas para um projeto culturalmente constituído, estas mais associadas à estrutura social. Compreender a *agency* dos sujeitos como uma disposição para a realização de projetos permite não apenas as análises de como eles jogam seus jogos culturais, mas também definir o que são esses jogos, suas ideologias, e perceber se jogar o jogo os reproduz, em termos sociais, ou os transforma (ORTNER, 2007b). A noção de *agency* envolve reconhecer que o sujeito faz parte de contexto social e de redes culturais e, ao mesmo tempo, tais sistemas são submetidos a desejos³⁴ e projetos.

Nessas concepções, o sujeito tem um espaço para transformar sua identidade, mas é um espaço restrito a um campo de possibilidades. As trajetórias dos sujeitos fazem sentido a partir dos projetos individuais, que serão atingidos de acordo com as regras do jogo cultural, da interação com outros projetos individuais

³³ Para uma comparação entre o enfoque prático de Bourdieu, Shallins e Giddens, ver Pedregal (1993).

³⁴ Sobre a importância da noção de subjetividade nos estudos antropológicos, ver Ortner (2007c).

ou coletivos e da dinâmica do campo de possibilidades (VELHO, 2003a). Assim, o campo de possibilidades consiste em alternativas construídas no processo social e que têm significados dentro de determinada cultura. Essa margem relativa de escolhas cria um jogo de papéis e de identidades característicos dos estilos de vida das sociedades complexas (VELHO, 1997). A multidimensionalidade do mundo real envolve o multipertencimento:

[...] não só a complexidade do mundo real, expressa em diferentes níveis e províncias de significados, nos termos de Alfred Schutz, apontam para processos de construção de identidades em que o pertencimento a vários grupos, redes e círculos sociais é o fenômeno básico a ser investigado e compreendido na sociedade moderna-contemporânea. Deriva daí a importância do estudo de projetos individuais e coletivos nos quais as possíveis contradições e ambiguidades, provindas dos multipertencimentos, apresentam-se, pelo menos em parte, subordinadas a uma ação racional (VELHO, 2003b, p. 17-18).

Para Bourdieu (1995), a distribuição desigual dos capitais justifica as diferenças de *estratégia* conduzida por cada ator no jogo social: como ele apreende as situações e se acomoda a elas ou como ele se exclui. Por esse motivo, o conhecimento do mundo social e das categorias que o tornam possível é justamente o que está em jogo nessa luta, ao mesmo tempo teórica e prática, pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção desse mundo. Dessa forma, o autor acredita que diante da relação complexa existente entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas, a percepção do mundo social se dá através da integração do ponto de vista dos agentes inseridos nesse mundo com o ponto de vista sobre esse ponto de vista. Essa é a integração da representação que os agentes têm do mundo social com a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo, e para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação que

realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, ou seja, a visão de sua identidade social.

Dentro dessa perspectiva analítica, os indivíduos agem em suas histórias de vida possíveis, e o princípio da prática está no *habitus* e não na consciência ou na intenção. Bourdieu (1983) afirma que as cobranças existentes no mundo social desencadeiam disposições interiorizadas que não passam pela consciência e que a submissão a essa ordem é o produto do acordo entre estruturas cognitivas e estruturas objetivas. Assim, *habitus* é conceituado como o princípio gerador e unificador, que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição no espaço social em um estilo de vida, ou seja, em um conjunto de escolhas de bens e de práticas:

[...] a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas (BOURDIEU, 1983, p. 82).

De acordo com o autor, os estilos de vida por meio dos quais se manifesta o gosto constituem-se em um conjunto de práticas e de propriedades de um indivíduo ou grupo e são considerados o produto do encontro entre bens e um gosto, ou seja, o produto do encontro entre um estado objetivado e um estado incorporado, que se harmonizam objetivamente. As escolhas cotidianas de objetos ou pessoas são guiadas por simpatias e antipatias, afeições e aversões, gostos e desagradados, em que os indivíduos procuram realizar seus desejos com caráter de felicidade, buscando uma harmonia entre as características de suas disposições e os objetos dos quais se cercam, bem como das pessoas com as quais se associam:

[...] o gosto, propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hexis* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados (BOURDIEU, 1983, p. 83).

Sendo os estilos de vida conjuntos de preferências distintivas que exprimem a mesma intenção expressiva nos diferentes subespaços simbólicos, é possível propor a análise dos processos de desestruturação e reestruturação identitária desse grupo a partir dos diferentes níveis de adesão às identidades profissionais, que são construções sociais que envolvem a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação (DUBAR, 1997).

As profissões são mais do que funções sociais especializadas que as pessoas desempenham de acordo com as necessidades de outras: são uma das múltiplas dimensões das identidades dos sujeitos, sendo capazes de gerar esquemas de percepção e ação no mundo social. No caso da profissão policial, Monjardet (2002, p. 194) considera que exista, além das questões próprias da profissionalização – saber técnico, organização burocrática, tipo de trabalho, relações hierárquicas, entre outras –, uma condição policial, ou seja, "um destino social imposto, que seu detentor não escolheu, e que a ele se impõe do exterior", devido às especificidades do trabalho policial.

A análise a partir do conceito de estilo de vida e do gosto que orienta essas escolhas cotidianas permite compreender as preferências diferenciadoras que expressam as formas nas quais os sujeitos vivenciam o mundo, ordenando-o e classificando-o. Nas palavras de Bourdieu (1983, p. 84): "[...] cada dimensão do estilo de vida simboliza todas as outras". As práticas através das quais os sujeitos

identificam-se só podem ser compreendidas por meio das análises dos campos de possibilidades e dos projetos, além das formas como estes são orientados a partir das conversões de percepção do mundo social que a profissão produz. Esse processo de conversão pode tornar o estilo de vida cada vez mais “produto de uma ‘estilização da vida’, preferência sempre recorrente e que orienta e organiza as práticas mais diversas, desde a escolha de uma roupa, uma bebida, até a decoração da casa, a religião a que se adere ou as opções de lazer” (AMARAL, 1998).

Os campos de possibilidades, os projetos, as percepções do mundo social, as adesões aos valores da profissão e, por fim, como estes aparecem nas práticas representadas nos estilos de vida, devem ser analisados sem perder de vista o dilema brasileiro: a tensão permanente entre as categorias de indivíduo e pessoa (DA MATTA, 2001). Na sociedade multivalorativa brasileira, por exemplo, o jeitinho, é holista e hierárquico, como mecanismo de transformar indivíduos em pessoas; ao mesmo tempo, é individualista e moderno, como forma de navegação social baseado na igualdade substantiva de todos (BARBOSA, 1992). Essa relação de ambiguidade é presente na profissão Policial Militar, pois o mesmo *sprit de corps* que aloca os indivíduos no todo de uma Corporação, em que as bases estruturais são a hierarquia e a disciplina, também reforça processos de individualização quando o indivíduo foge dos padrões culturais definidos como aceitáveis:

De qualquer forma, o processo de individualização não se dá fora de normas e padrões, por mais que a liberdade individual possa ser valorizada. Quando vai de encontro às fronteiras simbólicas de determinado universo cultural – os as ultrapassa –, ter-se-á, então, provavelmente uma situação de desvio, com acusações e, em certos casos, estigmatização (VELHO, 1997, p. 25).

Logo, os estilos de vida, ao manifestarem a visão do mundo social, contribuem fundamentalmente para o conhecimento dos significados que os grupos atribuem às suas ações e à imagem que constroem de si mesmos e dos outros.

Ao buscar reconstruir os mundos dos agentes sociais, o contexto de suas definições de si e dos outros, e também identificar como suas trajetórias sociais elaboram estilos de vida, pode-se compreender os diferentes significados de pertencimento a uma profissão. A compreensão dos significados das práticas deve estar contextualizada dentro da lógica relacional com outros sistemas sociais que atravessam outros tipos de identidade social: marido, esposa, solteiro, solteira, filho, filha, estudante, entre outros.

Setton (2001, p. 55)³⁵ define estilo de vida para Simmel como “[...] uma categoria que expressa uma relação de desequilíbrio entre a cultura espiritual dos sujeitos e a cultura objetiva da sociedade moderna”. Percebe-se, assim, que Simmel estava preocupado com um estilo de vida a partir das particularidades da sociedade moderna, calcado na economia monetária, na urbanização, na tecnização, no distanciamento, entre outras características. Para o autor, estilo de vida seria “[...] uma configuração sincrônica das relações entre indivíduo e sociedade, entre sujeito e objeto, entre cultura objetiva e cultura subjetiva (WAIZBORT, 2000, p. 179)

Já em Bourdieu, o conceito de *habitus* é o fundamento para explicar os estilos de vida: “*habitus* é um conceito que exprime um sistema de disposições internalizadas que media a estrutura social e a atividade prática dos indivíduos, responsável pela unidade dos estilos de vida [...]” (SETTON, 2001, p. 58). Dessa forma, para Bourdieu, a capacidade criadora nas práticas sociais dos estilos de vida

³⁵ Nesse texto, a autora compara as concepções de estilo de vida de Simmel e Bourdieu a partir do pressuposto de que ambos identificam nesta categoria de análise “[...] uma sociabilidade baseada no consumo de bens culturais” (SETTON, 2001, p. 49).

dos agentes está limitada às condições objetivas, das quais são produtos e nas quais estão objetivamente adaptadas.

Gilberto Velho, seguindo a proposta de Simmel, apresenta a concepção de estilo de vida dentro do enfoque da questão urbana no contexto da modernidade. O autor destaca que os estudos sobre estilos de vida, além de descrever a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo, devem perceber “como os indivíduos lidam e se deslocam entre códigos e mundos diferenciados quanto aos valores, orientações e sistemas classificatórios (VELHO, 1995, p. 231). Embora se refira a duas concepções – estilos de vida e visões de mundo –, para o autor: “representações e práticas são dimensões da vida social e não se pode pensar uma sem a outra, desde que se entenda a cultura como expressão simbólica” (1997, p. 119). O autor chama atenção para não confundirmos o conceito de estilo de vida com o de subcultura, que para ele significa “[...] sistemas de significado com uma certa autonomia, suficiente para o estabelecimento de fronteiras” (1997, p. 88). Assim, estilo de vida é um conceito que representa a prática cotidiana de um segmento social, sua forma de participar da cultura em que outros segmentos participam de várias maneiras diferentes.

Diferenças entre os *ethos* e visões de mundo, moralidades e práticas de estilos de vida, entre grupos e também entre representantes de um mesmo grupo social devem ser levadas em consideração quando o objetivo é o desafio de compreender a sociedade contemporânea com suas unidades e fragmentações.

2.2 Aspectos formais da profissão de soldado da Brigada Militar

Considerados pela Constituição como força auxiliar e de reserva do Exército, a Polícia Militar é regida pelo militarismo e seus preceitos básicos de hierarquia e disciplina. Policiais militares e bombeiros militares³⁶ são agentes de segurança pública na condição de militares estaduais e, como força auxiliar e de reserva do Exército, podem ser requeridos para exercerem funções diferentes da área de segurança pública. Responsável pela repressão ao crime e manutenção da ordem pública, a Polícia Militar possui competência ampla para o policiamento preventivo, realizando todas as modalidades dessa atividade de forma ostensiva.

A Polícia Militar divide-se internamente em Organizações Policiais Militares executivas, setoriais e operacionais. Da mesma forma que o Exército, ela possui Estado Maior, Cadeia de Comando, Batalhões, Companhias, Destacamentos, Regimentos, etc. A histórica estrutura militar do Exército, aplicada à polícia, desencadeou uma cultura militarista que, de acordo com Muniz (1999, p. 119), compromete a tentativa de compreendermos “com excessiva nitidez, se o modelo militar teria levado à consolidação do imaginário militarista, ou se a concepção militarista da segurança pública sedimentada, no Brasil, teria poluído esse modelo, exagerando as suas limitações”.

A Brigada Militar é vinculada administrativa e operacionalmente à Secretaria de Justiça e Segurança do Estado e estrutura-se em Órgãos de Direção-Geral, Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução. Um Órgão de Polícia Militar (OPM) é

³⁶ Na maioria dos Estados brasileiros, os corpos de bombeiros militares são unidades especializadas que pertencem à Polícia Militar. Apenas no Rio de Janeiro, Alagoas e Brasília o corpo de bombeiros militar é independente da Polícia Militar.

responsável pela execução das atividades administrativo-operacionais e é classificado em: de Polícia Ostensiva, de Bombeiros, de Ensino, de Logística, de Saúde e Especiais. Uma OPM de Polícia Ostensiva, como o 22º BPM, é subordinada a um Comando Regional (CRPO), no caso o CRPO do Vale do Taquari.

Os Comandos Regionais (CRPO) são órgãos administrativos responsáveis pelas unidades sob uma determinada circunscrição territorial. Os soldados do CRPO também exercem atividades de policiamento ostensivo, especialmente quando ocorrem as operações especiais. As operações policiais militares especiais exigem planejamento específico, pois são ações executadas com determinados objetivos por um grupo de policiais. As operações especiais da Secretaria de Justiça e Segurança executadas em 2009 são apresentadas no quadro a seguir.

OPERAÇÕES SSP

OPERAÇÕES	OBJETIVO	PERÍODO	HORÁRIO	LOCAL
CAIXA FORTE	PREVENIR ROUBO E/OU FURTO EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E DEMAIS DELITOS CORRELATOS.	SEGUNDA E TERÇA	10 ÀS 16 HORAS	TODO O ESTADO
CAPACETE LIMPO	REPRIMIR INDICADORES DE CRIMINALIDADE RELACIONADOS A MOTOCICLETAS.	SEGUNDA E TERÇA	19 ÀS 22 HORAS	10 CIDADES COM MAIS OCORRÊNCIAS DE FURTO E ROUBO DE MOTOCICLETAS

CADEADO	PREVENIR FURTO OU ROUBO DE VEÍCULO.	TERÇAS E QUARTAS	24 HORAS	10 CIDADES COM MAIS OCORRÊNCIAS DE FURTO E ROUBO DE VEÍCULOS
SENSAÇÃO	AMPLIAR SENSAÇÃO DE SEGURANÇA REDUZINDO OS 12 INDICADORES.	QUARTA E QUINTA	24 HORAS	CIDADES COM OS MAIORES INDICADORES CRIMINAIS
ESFORÇO CONCENTRADO	REDUZIR OS 12 INDICADORES CRIMINAIS.	QUINTA E SEXTA	17 ÀS 23 HORAS	CIDADES COM OS MAIORES INDICADORES CRIMINAIS
LEI SECA	PREVENIR QUALQUER OCORRÊNCIA SOB A INFLUÊNCIA DO ALCÓOL, EM ESPECIAL O HOMICÍDIO.	SEXTA E SÁBADO	23 ÀS 5 HORAS	10 MUNICÍPIOS COM MAIS OCORRÊNCIAS DE HOMICÍDIOS

QUADRILÁTERO	RECUPERAR A CONFIANÇA DO CIDADÃO NO COMBATE À CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA, CONCENTRANDO-SE NA REGIÃO TERRITORIAL QUADRILÁTERO.	A DEFINIR	A DEFINIR	AVENIDA FARRAPOS E RUAS CONCEIÇÃO, HOFFMANN E VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA.
TRANSPORTE SEGURO	PREVENIR O 12 INDICADORES CRIMINAIS PRATICADOS EM TRANSPORTE COLETIVO OU DE ALUGUEL.	A DEFINIR	A DEFINIR	10 CIDADES COM MAIS OCORRÊNCIAS DE FURTO EM TRANSPORTES COLETIVOS E DE ALUGUEL

Quadro 1: Operações executadas pela Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul em 2009

Fonte: *Site da Secretaria da Segurança Pública do RS*³⁷.

O Decreto Estadual nº 42.871, de 4 de fevereiro de 2004, que regula a Lei de Organização Básica da Brigada Militar, define que as OPM de Polícia Ostensiva, conforme art. 26, deverão ser constituídas nos seguintes níveis:

I - Batalhão e Regimento subordinados poderão ser constituídos de duas a sete Companhias ou Esquadrões contando com Subcomandante e Estado-Maior constituído das seguintes seções [...];

II - Companhia ou Esquadrão subordinados ao respectivo Comando Regional, Batalhão ou Regimento serão constituídos de dois a sete Pelotões, e terão como Comandante oficial do QOEM;

III - Pelotão subordinado ao respectivo comandante de companhia ou esquadrão neles enquadrados, constituído de dois a sete Grupos Policial Militar (*sic*) e terá como comandante policial militar do círculo de oficiais;

IV - Grupo de Polícia Militar, subordinado ao comandante do respectivo Pelotão nele enquadrado, constituído no mínimo de doze policiais militares, e terá como comandante policial militar do círculo de sargentos.

Para compreendermos a história do 22º BPM, precisamos definir as classificações militares para Batalhão (Btl), Companhia (Cia), Pelotão (Pel) e Grupo (GPM). Um Btl é composto por várias Companhias e comandado por um oficial superior, Major, Tenente-Coronel ou Coronel, e sua região de responsabilidade é

³⁷ Para informações sobre resultados das operações, ver *site* da Secretaria da Segurança Pública: <<http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php>>, em Estatísticas, Operações SSP-2009.

denominada área; a Cia é comandada por um capitão e composta por Pelotões e responsável por uma subárea; um Pel geralmente é comandado por um tenente e é responsável por um setor, tendo responsabilidade sob os GPMs, estes responsáveis por um subsetor. O Batalhão que possui estrutura para o policiamento montado é chamado de Regimento, e a Cia de polícia montada é chamada de Esquadrão de Polícia Montada. No Estado, temos o Regimento de Porto Alegre, Santa Maria, Santana do Livramento, Bagé, Santiago, Passo Fundo e Santo Ângelo. Além das questões de subordinação de comando e região geográfica sob responsabilidade, a distinção entre Btl, Cia, Pel e GPM também envolve o número de policiais.

Lajeado é a sede do Comando Regional de Policiamento Ostensivo do Vale do Taquari, responsável pelo 40º BPM, com sede em Estrela, e pelo 22º BPM, com sede em Lajeado. A pesquisa está sendo realizada em uma OPM de Polícia Ostensiva, o 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM), que é subordinada a um Comando Regional (CRPO), no caso o CRPO do Vale do Taquari. O grupo de soldados estudados faz parte do 22º BPM, que tem sua sede na cidade de Lajeado e apresenta de cerca de 220 soldados atuantes em Lajeado e em outros 23 municípios do Vale do Taquari.

2.3 A profissão de policial militar na graduação de soldado

Relatos dos estudiosos sobre o assunto mostram que o surgimento da profissão de policial na América Latina ocorre no século XX. No Brasil, uma data de

referência para o início do processo de profissionalização da polícia é 1906, quando o Governo de São Paulo contratou uma missão francesa para instruir a Força Pública do Estado (MESQUITA NETO, 1999).

Conforme salienta Costa (2005), a polícia surgiu na Europa e nas Américas no final do século XIX, quando as classes governantes queriam garantir o seu poder na sociedade. A polícia como instituição teve início no Brasil no contexto de transferência da Família Real Portuguesa para a Colônia. É nesse momento que ocorre a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, no ano de 1808.

Portugal, segundo Costa (2005), introduziu um modelo francês de polícia em 1760. Conforme esse modelo, a polícia era responsável pelas obras públicas, pelo abastecimento da cidade, além da segurança pessoal e coletiva, envolvendo a vigilância da população, a investigação dos crimes e a captura dos criminosos. As instituições policiais denominadas modernas surgiram na Europa ocidental no período de transição do século XVIII para o século XIX, próximo à difusão da ideologia liberal.

A polícia como aparelho do Estado Nacional, lembrado por Costa (2005), se responsabilizou em proteger a propriedade e exercer controle sobre o comportamento público, e na sociedade tradicional ficava a cargo de particulares. No período do regime colonial (1500 até 1822), a polícia sofreu várias mudanças organizacionais e de gestão. Exercia o controle da ordem social com repressões às rebeliões escravas e também controlava os homens livres, que ameaçavam a ordem instituída.

A organização da Polícia no Brasil, no período colonial, obedece à iniciativa de defesa da terra recém conquistada. Segundo Costa (2005), “a primeira

expedição, com o objetivo de patrulhar as costas brasileiras, ocorreu em 1503. Somente em meados de 1533 aumentou a incidência de armadas de fiscalização e o estabelecimento de feitorias fortificadas” (COSTA, 2005, p. 100).

O cenário urbano foi se expandindo, então tornaram-se necessárias novas formas de controle sobre a população. Frente a isso, o novo Estado investiu no sistema policial herdado do final do período colonial, que se aprimorou para reprimir e excluir a população urbana que não fazia parte do sistema liberal da classe governante.

Já no século XIX, marcado pelas grandes produções de café e pela construção do Estado, a elite política, que detinha o poder na sociedade, desenvolveu um nível de segurança interna: as milícias. Dessa maneira, poderia exercer o controle repressor e também manter certa flexibilidade, importante para o sistema capitalista agrário e comercial da época. De acordo com Costa (2005), as milícias se constituíam de moradores não remunerados que usavam uniformes, portavam armas, tinham e recebiam treinamento dos “oficiais” regulares do Exército e, nas emergências, eram convocados para auxiliar na defesa externa.

A função da polícia no Brasil desde o século XIX pode ser relacionada à demarcação de fronteiras entre as pessoas, os homens livres e escravos, cidadãos trabalhadores e grevistas e entre cidadãos honestos e criminosos.

As instituições policiais brasileiras ao longo do tempo estiveram inseridas no quadro da estrutura das relações de poder como forma de controle. Costa (2005, p. 107) escreve o seguinte: “O que legitima a existência da Polícia nesse campo de múltiplas contradições é a existência de uma confluência de expectativas implícitas entre as exigências impostas pelas elites e pelas não elites a respeito do seu papel”.

Destarte, a implantação da autoridade pública na vida das pessoas não foi algo simples. Esse processo incluiu também as elites, pois o uso exclusivo da força consistia e era um enorme obstáculo aos objetivos do governo executivo. Eis o que escreve Muniz (1999):

O monopólio estatal do uso legítimo da força resultou, portanto, de um trabalho de construção de alianças. O que de certa forma se refletiu nos primeiros desenhos de polícia que procuraram traduzir uma possível conciliação entre os arranjos privados de poder e o modelo universalizante do Estado (MUNIZ, 1999, p. 56).

A atitude punitiva do Estado em relação às polícias envolveu o momento de criação social dos “praças”. Os homens encarregados pela manutenção da ordem derivavam das camadas humildes da sociedade, como os ex-escravos, os descendentes de escravos, os mestiços e os artesãos. Ainda, Muniz (1999, p. 58) disserta que “a terapia para conter a rebeldia, a falta de dedicação, as constantes deserções e o desleixo dos “praças” foi sempre a mesma, reforçar ainda mais os expedientes de disciplinarização das tropas”.

Diante dessa situação de perda de controle, o Estado investiu na militarização da força ostensiva a partir da criação da Guarda Nacional, em 1831. E as organizações policiais, que aderiram ao modelo militar – ou paramilitar –, tiveram duas formas diferentes e independentes de prestação de contas: a disciplina interna e o tratamento com os cidadãos.

No final da década de oitenta (1987), momento em que o País vivenciava a transição para o regime democrático, foi lançado o programa de Radiopatrulhamento Padrão. Através dele, poder-se-ia alcançar uma maior eficiência no combate à criminalidade, com investimentos em recursos materiais.

Já na década de noventa, os efeitos do novo regime provocam mudanças na Corporação. O ano de 1992, com o caso do Carandiru, e o de 1997, com o caso da Favela Naval, representam pontos de referência para a introdução de mudanças, pois foram episódios que produziram efeitos negativos sobre a imagem da Corporação e demonstraram a necessidade de a Polícia Militar se adequar à nova realidade do País:

As mudanças apontadas pelos policiais são mudanças que se fazem sentir, primordialmente, nos processos que animam as estruturas da Corporação. É importante destacar essa distinção entre estrutura e processo, pois, principalmente por estarmos tratando de uma organização exaustivamente regada como são as instituições militares, devemos atentar para a imperfeita aproximação entre a dimensão normativa e a dimensão vivencial (GRAEFF, 2006, p. 72).

Mudanças ocorridas nos últimos tempos atingiram a formação e o treinamento, mais precisamente os aspectos relacionados à instrução formal que os policiais militares recebem ao ingressar na Corporação e no transcorrer da carreira.

2.4 O trabalho policial

As cidades brasileiras estão hierarquizadas por diferentes critérios, e um deles é a violência. Quando ela se faz presente em um bairro, a população dessa localidade passa a ter a sua imagem desvalorizada. Ao abordar o elemento violência, logo surge a temática segurança pública e, conseqüentemente, o papel da polícia perante essa situação. Para Costa (2005), estão envolvidos nessa relação os

direitos da população à segurança, a questão do aumento do número de policiais nas ruas, o reequipamento da polícia e as suas condições de trabalho. Seguindo essa linha de argumentação, a autora firma que diante das situações contemporâneas de violência, as pessoas não desenvolvem confiança nas instituições e as camadas populares tornam-se mais expostas à insegurança. Também mais expostos a essas condições estão policiais que atuam na linha de frente, isto é, aqueles que estão na categoria de “praças”, como sargentos e soldados.

As discussões em torno da segurança nacional, da produção da violência no Brasil podem ser relacionadas ao histórico da Polícia, que ao longo do tempo esteve relacionado aos sistemas políticos implantados por cada governo. Em qualquer período da história, existe uma estreita relação entre a história das instituições policiais e a estrutura de poder na sociedade brasileira. Por isso, de acordo com o contexto histórico e o regime político, o papel da polícia evoluiu de forma instável nas relações de poder (COSTA, 2005).

De acordo com a mesma autora, no Brasil, a Polícia tem sua função delimitada pela Constituição da República Federativa (1988), a qual apresenta os aspectos que deverão ser contemplados, tais como: manter a segurança pública, preservar a ordem pública e a incolumidade da população e do patrimônio. Os órgãos que devem colocar as ações acima em prática são a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, as polícias civis, as polícias militares e o corpo de bombeiros militares.

A Polícia Militar possui uma organização baseada em uma pirâmide de distribuição de poder, em que os elementos comando e obediência são bem definidos. A disciplina e a hierarquia objetivam fixar o indivíduo e seu campo de ação

ao espaço interno da instituição militar, afastando-o dos códigos e valores do mundo exterior. Os policiais militares estão divididos no interior de sua Corporação em duas categorias sociais diferentes: “oficiais” e “praças”. As duas categorias organizam-se a partir de um sistema de avaliação, com prêmio e castigos, o que interfere na ascensão na carreira. Nessa divisão estão, de um lado, os comandantes e, de outro, os subordinados, que são dirigidos pelos primeiros (DAMASCENO DE SÁ, 2002).

Em relação ao papel da polícia na sociedade, Monjardet (2003) afirma o seguinte:

A polícia é totalmente para servir [*ancillaire*], e recebe sua definição – no sentido de seu papel nas relações sociais – daquele que a instrumentaliza. Por isso, pode servir a objetivos os mais diversos, à opressão num regime totalitário ou ditatorial, à proteção das liberdades num regime democrático (MONJARDET, 2003, p. 22).

Assim, a Polícia, como instituição, é apresentada por Monjardet (2003) a partir de dois elementos importantes e distintos. O primeiro seria um elemento universal, comum a toda polícia, sua instituição como instrumento de distribuição da força num conjunto socialmente definido. O outro elemento seria específico, que diferencia as polícias, ou seja, as finalidades às quais é socialmente atribuído o uso da força numa determinada sociedade e que se identificam, ao mesmo tempo, por prescrições normativas particulares e por práticas observáveis.

A atuação da polícia é algo expansivo, por isso Monjardet (2003) salienta que a polícia está, salvo exceções em que são impostos limites, habilitada a intervir em todos os lugares, em todos os tempos e em relação a qualquer um.

Um elemento fundamental na discussão a respeito da atuação policial refere-se à violência policial. Historicamente, durante a ditadura brasileira (1964-1985), a

violência policial foi tolerada porque servia de instrumento de controle político, principalmente àqueles que se opunham ao regime. De acordo com Mesquita Neto (1999), após a instauração da democracia, o apoio do governo federal ao uso da violência policial para o controle político diminuiu drasticamente no País.

Assim, a prática policial é acompanhada de controle interno e externo, que atribui um papel moralizador ao policial. Dessa forma:

Na ordem prática, as expectativas morais projetadas sobre o papel, missão e atuação da polícia costumam ser traduzidas em termos de uma cruzada do bem contra o mal, cuja versão funcional pode ser expressa no clássico jargão policial "nós contra eles" (MUNIZ, 1999, p. 21).

Com isso, percebe-se o encargo de quem está no papel de policial. A Polícia Ostensiva, com seus uniformes, cassetetes e armas convencionais, e que se faz presente em pequenas e grandes cidades, foi criada pelo Ocidente e é, para Muniz (1999), o resultado do esforço na construção de uma concepção de Estado que identificamos como moderno, orientado pela ambição iluminista de produzir e sustentar a paz a partir de meios pacíficos e "civilizados".

A necessidade das polícias por todo o Ocidente pode relacionar-se ao que Muniz (1999, p. 27) define como "o processo mesmo de construção da perspectiva liberal do estado de direito". Porém, havia uma preocupação por parte dos civis em garantir e ampliar seus direitos, e o Estado pregava a monopolização e o emprego da força para resolver seus problemas internos, o que representaria a pertinência de uma instituição.

As transformações ocorridas na sociedade com o advento do mundo moderno fizeram com que a estrutura policial utilizada anteriormente fosse modificada. Existe

uma íntima relação entre a criação da polícia moderna e a construção do espaço público e as mudanças que nele ocorreram. A vida urbana e os surgimentos dos espaços comuns mudam a dinâmica demográfica, como o uso de lugares coletivos de lazer e o próprio ir e vir diário entre a casa e o local de trabalho da população (MUNIZ, 1999).

A implantação das polícias demonstrava o objetivo de transformar a segurança em bem público universal. Conforme Muniz:

A ideia de segurança como um serviço essencial prestado pelo Estado representou um marco histórico importante, cujo impacto parece ter sido notável no que concerne à garantia dos direitos conquistados, à reconfiguração dos mecanismos senhoriais de poder e ao assentamento da autoridade na vida ordinária (1999, p. 36).

De acordo com a autora, há uma controvérsia em relação à polícia, ou seja, é a agência pública mais conhecida da população e, ao mesmo tempo, a menos compreendida e problematizada pelos estudiosos. O tema policial remete a mais estudos, precisamente, a respeito das atividades realizadas no cotidiano, na interação com as pessoas. No entanto, não se encontram muitas pesquisas históricas que resgatem as ações habituais das atividades da polícia, tanto nas interações entre os policiais quanto na realização de tarefas como patrulhamento nas ruas³⁸.

Sobre o papel da polícia na sociedade moderna, existem algumas expectativas sociais em relação à sua função:

Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo, espera-se que vá atacar os

³⁸ Sobre o avanço de pesquisas sobre a instituição policial, ver Bittner (2003).

problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e, terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar oposição (BITTNER, 2003, p. 314-315).

Reiner, em referência à polícia britânica, destaca que existe uma distinção interessante entre os termos “polícia” e “policimento”, considerando a especificidade de cada um: “polícia se refere a certo tipo de instituição social, enquanto ‘policimento’ implica um conjunto de processos com funções sociais específicas” (2004, p. 20).

O “policimento” é interpretado por Reiner (2004) como um aspecto dos processos de controle social, que acontece em todas as situações sociais em que houver, no mínimo, potencial para conflito ou desordem. Esse policimento envolve vigilância para descobrir infrações existentes ou previstas e a ameaça de sanções, a fim de garantir a segurança da ordem social. Assim, a criação das polícias em vários países também fez parte de um processo que tornou as cidades menos violentas, com a diminuição do crime e da desordem. Sem dúvida que o enfoque na prevenção dos crimes sociais fez com que a polícia recebesse sua devida importância como parceiros fundamentais nas iniciativas de prevenção ao crime. As conquistas da polícia estabeleceram uma linha básica de controle do crime.

Sabe-se que o trabalho policial se organiza de maneira concreta através do processo ou modo de seleção e, após, as tarefas se realizam. Sobre o assunto, Monjardet (2003) estabelece:

Desde respeitar a nota de serviço imperativa, que prevê efetivos, horários e detalhes da atividade, até a cegueira voluntária diante de uma ocorrência que sobrevém no quarto de hora antes do fim do serviço, o processo de seleção assume todas as formas e diz respeito, em graus diversos, a toda a linha hierárquica (MONJARDET, 2003, p. 47).

Entre as análises sociológicas realizadas sobre o trabalho policial, está a sua autonomia, que pode ser compreendida no nível do trabalho cotidiano. Os policiais possuem consciência sobre pertencer a uma organização hierarquizada, da qual a disciplina é um princípio. Se houvesse capacidade de se tomar certas liberdades com regras, ou com disciplina, ou, ainda, com hierarquia; em outras palavras, se o subordinado pudesse fazer o que bem entendesse, então a autonomia policial estaria num enquadramento enfraquecido (MONJARDET, 2003).

Ainda sobre a autonomia dos policiais, sabe-se que esta pode ser entendida também no exercício profissional, ou seja, a autonomia profissional do trabalhador qualificado ou técnico; e essa ideia está relacionada com a concepção dominante da qualificação entre os policiais. No entanto, isso não é o suficiente, e em vez do termo autonomia, referenda-se o termo seleção, que expressa uma propriedade geral e essencial do trabalho policial. Para Monjardet (2003), o trabalho policial não advém de uma lista de tarefas previamente determinadas, mas de seleção do próprio interessado no seu trabalho. Dessa forma, o que define, organiza e analisa o trabalho do policial são os mecanismos desse processo de seleção.

A busca pelo entendimento da polícia, mais precisamente pela força que esta representa para a sociedade, pode ser analisada a partir das palavras de Monjardet (2003), quando afirma que a polícia pode, exceto quando lhe são impostos limites, fazer intervenções em todos os lugares, em qualquer tempo e em relação a qualquer pessoa.

O papel da polícia para Bittner (2003) é o de enfrentar todos os tipos de problemas humanos quando suas soluções tenham a possibilidade de exigir uso da força, no momento em que estejam ocorrendo. O autor também evidencia três características da polícia que parecem ser independentes dos métodos de trabalho

particulares. Em primeiro lugar, o autor coloca um estigma ligado ao trabalho policial em função de sua ligação com o mal, o crime e a desordem. Em segundo lugar, os policiais devem agir rápida e frequentemente, seguindo a simples intuição e, em função disso, suas intervenções deixam a desejar no aspecto da sofisticação moral. Em terceiro lugar, os riscos de distúrbios que exigem a ação policial estão concentrados, em sua maioria, nas classes mais baixas, nas quais a vigilância policial é inerentemente discriminatória.

De acordo com o mesmo autor, a polícia é autorizada e requisitada a impor ou utilizar medidas coercivas para estabelecer uma solução provisória aos problemas emergentes, sem precisar tolerar oposições, e sua competência de intervenção se estende para qualquer tipo de emergência, sem nenhuma exceção. Isso é o que a existência da polícia proporciona, e é nessa base que se deve exigir que ela faça seu trabalho, seja de agentes na captura de ladrões, seja de enfermeiros, dependendo da ocasião. Dessa forma, os deveres do policial são de uma variedade extraordinária, ainda que nem todos considerem o trabalho policial dessa forma. Essa variedade existe porque o trabalho do policial é uma resposta ao que os cidadãos exigem, uma vez que as exigências da população são um reflexo daquilo que se conhece e se espera da polícia.

A existência da polícia faz com que se disponibilize, na sociedade, uma capacidade única e poderosa de lidar com todos os tipos de emergências. É única, porque a instituição policial lida com assuntos que não admitem atrasos, e é poderosa, porque lida com esses assuntos livre de qualquer impedimento (BITTNER, 2003).

2.5 Formação, treinamento e atividades profissionais de “praças” da Polícia Militar no Rio Grande do Sul

Com a consolidação da República brasileira, a autonomia administrativa e o bom desenvolvimento econômico no Estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar passou a investir nas áreas de ensino e instrução, bem como se tornou atuante na área da assistência social. A primeira forma de ensino que se tem conhecimento ocorreu ainda na República Velha, por meio das Escolas Regimentais. Estas eram divididas em dois grupos: o de alfabetização, no qual as aulas eram ministradas por “oficiais”, e o grupo de graduados. Nessa mesma época, houve a criação do Curso Preparatório para Oficiais, para aperfeiçoar os “oficiais” e seus subordinados (SIMÕES, 2006; MARIANTE, 1972).

Em 1915, o Cel Massot propôs a criação da Escola de Aviação, e um ano depois, a criação dos Cursos de Ensino e de Enfermeiros e de Padioleiros, com duração de dois anos. O curso de ensino tinha como objetivo ministrar conhecimentos teórico e gerais aos “oficiais” e sargentos da tropa, já o curso de Enfermeiros e Padioleiros foi criado para proporcionar elevados ensinamentos técnicos aos profissionais. Devido aos resultados considerados satisfatórios, em 1918 foi criado o Curso de Preparação Militar, coordenado pelo Cel Massot e que tinha como objetivo ensinar aos “oficiais” e seus subordinados (SIMÕES, 2008).

De acordo com o autor, em 1934, a forma de alistamento foi definida por meio da Lei nº 192, estabelecendo a previsão de efetivos, a nomenclatura dos postos e

suas graduações³⁹, a forma de convocação, bem como os uniformes e os regulamentos a serem adotados. Nesse período, a Brigada Militar estava organizada em batalhões policiais e em regimentos de polícia rural. Tal organização manteve-se até meados de 1960, período em que os historiógrafos da Corporação acreditam ter havido um rompimento entre a fase bélica da Brigada e a instituição do modelo de policiamento também voltado à educação e ao respeito aos cidadãos até hoje vigente.

Destaca-se que, com as alterações na Corporação, em 1935 foi criado o Corpo de Bombeiros e as Companhias Rodoviárias. Entretanto, tem-se registro de que, por volta do ano de 1900, a polícia já possuía um efetivo de cerca de 40 homens para o combate ao fogo. A evolução do Corpo de Bombeiros acompanhou a reorganização da Brigada Militar. Em 1949, o Governo Estadual foi autorizado a estabelecer convênio com os Municípios para o combate ao fogo, e em 1959 o Corpo de Bombeiros passou a integrar o serviço de salvamento fluvial e marítimo. A criação das Companhias Rodoviárias foi justificada pela necessidade de abertura e reparação das estradas, porém sua finalidade, embora não declarada na época, era predominantemente bélica, já que a Corporação recebia instrução militar. Em 1945, o policiamento foi devidamente reconhecido com a reorganização do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, propiciando a criação do Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DAER), sob os intuitos de exercer o policiamento do tráfego nas estradas estaduais e federais e de integrar o Conselho Regional de Trânsito. Em 1967, o policiamento das estradas ficou a cargo da Brigada Militar,

³⁹ Postos são graus hierárquicos recebidos pelos “oficiais”, por merecimento ou antiguidade: Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel. Graduações são graus hierárquicos recebidos pelos “praças”, por merecimento ou antiguidade: Soldado, 3º Sargento, 2º Sargento e 1º Sargento. Os graus hierárquicos atualmente são sancionados pelo Governador do Estado.

cabendo ao DAER a responsabilidade em relação às atividades administrativas (MARIANTE, 1972; SIMÕES, 2006).

Inicialmente, a instrução era voltada para atividades bélicas dadas pelo exército. Com o passar dos anos, a formação foi sendo modificada, já que a Brigada Militar passou a assistir a população em casos de proteção, principalmente na garantia de que os direitos dos cidadãos não fossem violados. Conseqüentemente, as atividades de policiamento necessitaram de maior embasamento e planejamento. Em 1970, ainda com base nos preceitos de formação do Ministério do Exército, foi criada a Instrução Básica da Polícia Militar. Essa formação tinha ênfase nas disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Técnica Policial Militar, Armamento e Tiro, Instrução Complementar e Ordem Unida e era voltada para a preparação de cabos e soldados (SIMÕES, 2008).

De acordo com mesmo autor, em 1977, as Normas para o Planejamento e conduta da instrução foram editadas, tendo como objetivos incrementar o desenvolvimento pessoal da Brigada em todas as graduações e adestrar as Unidades operacionais no cumprimento de missões específicas. Conseqüentemente, em 1978, o planejamento didático também foi reformulado, e em 1987 o material pedagógico foi lançado, seguindo os preceitos e técnicas atualizadas da área, abrangendo o planejamento e o adestramento dos contingentes. Em 1999, o sistema de treinamento foi novamente reformulado, com orientações de que o treinamento deveria ser de quarenta horas semanais, o que implicou na redução do tempo de treinamento. Nesse mesmo período, foi elaborada a Diretriz Geral de Ensino e Treinamento (DGET), com o objetivo orientar no planejamento e desenvolvimento do ensino e no treinamento da Corporação, baseada nos preceitos filosóficos, psicossociais, culturais e pedagógicos.

O Departamento de Ensino é responsável pela organização da grade curricular e indicação dos instrutores. Basicamente, hoje é composto por disciplinas de Direito, Ciências Humanas, Saúde e Técnicas Policiais Militares. Cada unidade em que é oferecido o curso tem a autoridade de determinar questões de alojamento e refeição de acordo com as condições do local onde estão sendo ministradas as aulas. Apenas depois de aprovado em todas as disciplinas do curso e de realizada a cerimônia de formatura é que o aluno/soldado torna-se soldado e passa a exercer suas atividades profissionais na unidade em que foi designado a servir.

O CBFPM passou por várias configurações desde que foi instituído na Corporação⁴⁰. Atualmente, o número de soldados com tempo de serviço entre 15 e 20 anos é o mais representativo (DIEHL, 2009), o que significa que ainda muitos policiais ingressaram sob as antigas normas, que exigiam menor escolaridade, e fizeram os cursos de formação com forte influência das questões bélicas e militares, que orientavam os cursos antes de 1999 (SIMÕES, 2008).

Desde 2005, existe uma nova categoria de ingresso na Brigada apenas para homens: Soldado Temporário. As atividades exercidas por esse profissional envolvem apenas os policiamentos de guarda⁴¹ ou atividades administrativas. Nessa categoria, o tempo de contratação máximo é de três anos, e as exigências para a realização do concurso se resumem a ser brasileiro, possuir ilibada conduta pública

⁴⁰ Os padrões dos cursos de formação são fortemente influenciados por questões políticas, ideológicas e de recursos físicos e financeiros. Como exemplos, podemos citar: a) o Curso de Formação Integrada, desenvolvido no governo de Olívio Dutra pelo secretário José Paulo Bisol, em 2001, em que uma parte da grade curricular era realizada em turmas mistas com soldados da Brigada, escrivães da Polícia Civil e agentes penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários; b) o curso em que realizei a pesquisa de Mestrado, em 1999, que teve duração de cinco meses e tratava-se de uma turma com maioria de reprovados em curso anterior. Poderemos perceber essas distinções nas trajetórias dos informantes, as quais são analisadas nos capítulos seguintes.

⁴¹ De acordo com o Manual Básico de Policiamento Ostensivo (MBPO), policiamento de guarda é um tipo específico de policiamento ostensivo que visa à guarda de aquartelamentos; neste caso, trata-se de sedes de atividades da Brigada Militar, a segurança externa de estabelecimentos penais e sedes de poderes estaduais.

e privada, ter concluído o serviço militar obrigatório das Forças Armadas em período não superior a um ano antes da data de abertura das inscrições para o processo seletivo, ter sido licenciado da força que serviu com no mínimo comportamento "bom", não ter sido punido pela prática de falta grave na forma do regulamento disciplinar da Força a que servia, estar em dia com as obrigações eleitorais, ter concluído o ensino fundamental, possuir certificado de reservista de 1ª ou 2ª categoria, não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função policial militar.

O concurso envolve uma fase inicial, com uma prova de questões de português, matemática, conhecimentos de história geral e do Rio Grande do Sul e geografia, em que o candidato deve obter nota mínima de 6,0. Na segunda fase, de exame de saúde clínico, odontológico e mental, a junta médica avalia o candidato e os exames atualizados de raio X de tórax com laudo, hemograma, glicose sérica, creatinina, exame comum de urina e eletrocardiograma em repouso. A última etapa, o exame de aptidão física, envolve realizar no mínimo 25 execuções de apoio de frente sobre o solo, 35 abdominais em 60 segundos e percorrer 2.400 metros em 12 minutos. Existe a fase intermediária, que envolve a "*investigação social do candidato e a comprovação das condições de inscrição*". Para tanto, o candidato deve apresentar os seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de conclusão do ensino fundamental e respectivo histórico; CIC/CPF; PIS/PASEP; título de eleitor; prova de quitação das obrigações eleitorais, declaração de comportamento militar – extrato das punições e louvores –; cópia do diploma de "honra ao mérito" recebido na unidade em que prestava serviço militar, caso tenha recebido; permissão para ingressar na Brigada Militar; se reservista da marinha ou aeronáutica, certificado militar – 1ª e 2ª categorias –, ou certificado de situação

militar, se oficial R2; atestado de bons antecedentes; alvará de folha corrida do poder judiciário; certidão negativa da justiça do Estado e das justiças militares estaduais e federais; carteira de identidade; carteira de trabalho e previdência social.

A preparação desses profissionais é realizada em um curso de três meses nas unidades em que há seções (P3) ou órgãos de ensino, com 400 horas/aula. Está apto a exercer a função de PM Temporário aqueles que alcançam o mínimo de média 6,0 no Curso de Habilitação de PM Temporário.

Tanto no concurso para soldado quanto para PM Temporário, no exame de saúde são avaliados o peso e a altura dos candidatos. A altura mínima para as mulheres é de 1,60 m e para os homens 1,65 m, e o peso deve ser compatível com a altura de acordo com a tabela biotipológica internacional, o Índice de Massa Corporal, IMC⁴². Alterações nos exames complementares que indiquem alguma doença incapacitante para o serviço na BM, lesões antiestéticas de pele ou cicatrizes extensas, alterações de desenvolvimento e erupção dos dentes e tatuagens em áreas expostas não cobertas pelo uniforme de educação física da Brigada⁴³ também são causas de inaptidão no exame físico. Na data de inscrição no concurso, o candidato pode ter até 25 anos e ter, no mínimo 18 anos quando do ingresso no curso de formação no caso dos soldados, pois o PM temporário já deve ter feito o Serviço Militar Obrigatório, portanto já com mais de 18 anos de idade.

As atividades exercidas pelos soldados da Brigada podem ser administrativas ou de policiamento ostensivo, pois todas as unidades envolvem a divisão entre as atividades voltadas para o funcionamento da unidade e aquelas destinadas a atender ao cidadão. O trabalho no administrativo não exclui a possibilidade de o

⁴² O IMC é o valor atribuído ao indivíduo no cálculo do peso dividido pela altura ao quadrado. Se o índice for superior a 25, o indivíduo é classificado em situação de sobrepeso e, acima de 30, em diferentes faixas e graus de obesidade.

⁴³ Os uniformes de Educação Física da Brigada preveem o uso de bermudas.

soldado ter de trabalhar na rua em horas extras. Esse trabalho envolve as atividades de Policiamento Ostensivo (Polost).

Segundo o MBPO, o policiamento ostensivo pode ser apresentado em tipos, processos, modalidade, circunstâncias, lugar, efetivo, forma, duração, suplementação e desempenho.

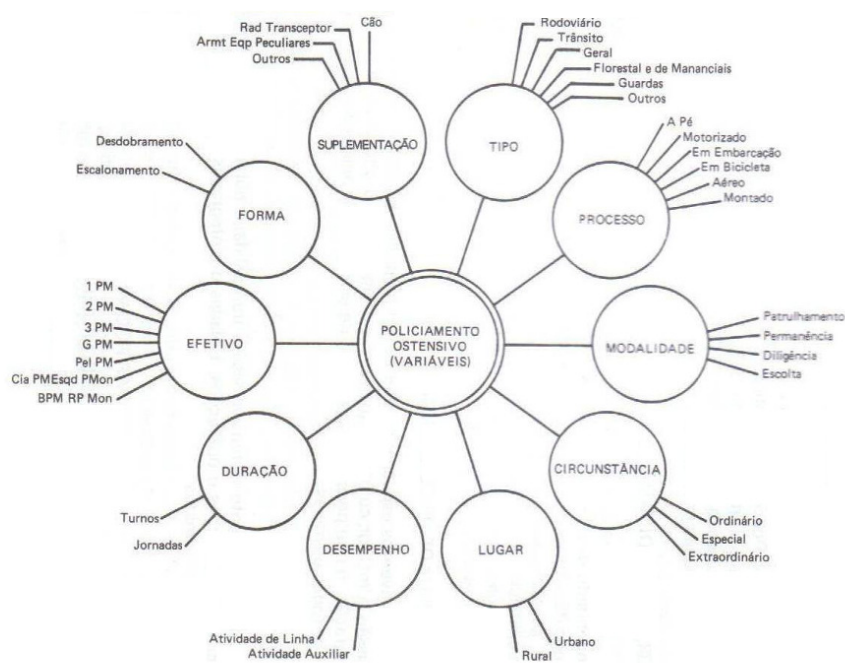


Figura 4: Variáveis de Policiamento Ostensivo
 Fonte: Álvares; Pinheiro, 1999, p. 10.

Quanto aos tipos, o Polost pode ser: geral, para atender às necessidades básicas de segurança de uma comunidade; de trânsito, realizado em vias urbanas para atender às normas de trânsito; rodoviário, que atua em rodovias estaduais, também voltado às normas de trânsito; florestal, realizado na preservação dos recursos hídricos e florestais; de guarda, que atua na segurança externa de quartéis, estabelecimentos penais e sedes de governo. Quanto aos processos, pode ser realizado a pé, motorizado, montado, aéreo, em embarcações e em bicicletas.

As modalidades de Polost são: patrulhamento, que é a execução da atividade de forma móvel e permanência de forma estática; diligência, que envolve a busca de pessoas, animais ou coisas; e escolta, que é a custódia de pessoas ou bens em deslocamento. Quanto às circunstâncias, pode ser: ordinário, que é a atividade rotineira; extraordinário, que é o emprego de policiais eventual e temporariamente em eventos imprevistos; e especiais, quando os eventos são previsíveis e a atuação é temporária. O espaço físico do policiamento urbano é composto por locais de grande ocupação e edificações intensas, e do policiamento rural por áreas fora do limite urbano do município, com ocupação extensiva.

O número de policiais militares envolvidos em uma ação, em atividades de policiamento ostensivo rotineiras ou em uma operação e em atividades de Polost com planejamento específico é denominado efetivo. O efetivo pode ser de fração elementar – um, dois ou três PMS – ou de fração constituída, que são: Grupo Policial Militar (GPM), Pelotão (Pel), Companhia (Cia) e Batalhão (Btl).

A variável forma refere-se à disposição do efetivo no terreno e suas atribuições e responsabilidade nas atividades de Polost. Desdobramento significa a distribuição do grupo em unidades menores, com limites e responsabilidades definidos, e escalonamento é o grau de responsabilidade de níveis da cadeia de

comando⁴⁴ no seu espaço físico. O horário de trabalho de um policial militar é dividido em jornada – período de tempo que ele atua no policiamento durante as 24 horas do dia – e turno, que é a jornada, com um período de tempo determinado. Por exemplo: o PM atua 8 horas diárias no segundo (6h às 12h) e terceiro (12h às 18h) turnos do dia.

Os recursos que podem ser utilizados tanto nas atividades rotineiras como nas específicas são: cão, rádio transceptor, armamento e equipamento peculiar, como algemas, bastão, apitos, lanternas, cones sinalizadores, etc. As atividades podem ser de linha, que são aquelas desenvolvidas diretamente com o público, e auxiliar, que são aquelas de apoio ao policial em atividade de linha, como as atividades desenvolvidas na SOP, por exemplo, as do *quarteleiro*. O *quarteleiro* é responsável pela distribuição, aos policiais de linha, dos equipamentos para as atividades de policiamento ostensivo, bem como pelo seu recolhimento. Os equipamentos ficam guardados numa sala, denominada *arrecadação*, e apenas os policiais que exercem essa função têm acesso a ela.

Sobre o trabalho exercido pelo policial, Fraga (2006) esclarece que a atividade policial tem a finalidade de executar a política de segurança pública, sendo a matéria-prima do trabalho policial o policiamento ostensivo, e os meios utilizados todos os instrumentais e conhecimentos técnico-operativos necessários para o exercício da profissão. Diante da forma de organização do trabalho por escalas, pela característica de funcionário público e militar estatal, julgado por duas justiças distintas – a civil e a militar –, pela visibilidade social, o fardamento, pela amplitude dos tipos serviços prestados à comunidade, tanto preventivos quanto de autuação, e

⁴⁴ Cadeia de comando refere-se à organização hierárquica que se estabelece em situações de policiamento ostensivo. Segue os níveis hierárquicos das graduações e postos, e no caso em que as graduações ou postos são os mesmos, segue-se o critério de antiguidade: o mais antigo tem precedência.

pelas características desses serviços, garantia da segurança pública, é que o trabalho policial militar conjuga a rotina e a incerteza:

A execução do trabalho dos policiais militares é caracterizada por atividades repetitivas e incertas que se mesclam de maneira paradoxal no cotidiano de policiamento ostensivo, pela constante visibilidade da farda. Repetitivas por seguirem uma rotina de permanência de horas seguidas em pé, muitas vezes no mesmo lugar, atentos ao executar um trabalho como o de policiamento ostensivo, que consiste num compromisso diário e ininterrupto, numa intervenção direta nos acontecimentos tidos como “anormais” no espaço público. Paradoxalmente, essa rotinização também se mescla pela incerteza diante do constante suspense de perigo, ingrediente fundamental no policiamento ostensivo (FRAGA, 2006, p. 8).

Em estudo anterior, Nummer (2005) interpretou o processo de formação dos soldados da Brigada Militar nos parâmetros daquilo que Bourdieu (1980) denominou de institucionalização da distinção, isto é, a naturalização e o reconhecimento da instituição em cada um de seus membros como uma luta à naturalização de um novo mundo, de uma nova ordem de coisas. Assim, tornar-se policial militar envolve o trabalho de reconhecimento do pertencimento social a uma *Corporação* e, em grande medida, um distanciamento de pensamentos e práticas da vida civil não compatíveis com os valores que a profissão pretende consagrar.

A Brigada Militar é a única Corporação de Polícia Militar no País que recebe um nome próprio. Sua história é sempre associada à do Rio Grande do Sul e ao espírito guerreiro desse Estado:

Pode-se apostar em um possível consenso sobre as características singulares sul-rio-grandenses na historiografia. O Rio Grande do Sul apresentou-se durante mais de um século como palco de guerras incessantes. O Litoral sul e Foz do Prata serviram de paisagem para as disputas entre Espanha e Portugal e, depois, entre Brasil e Argentina. A posição fronteiriça fazia com que a região se moldasse a uma cultura bélica pela autodefesa (TAVARES DOS REIS, 2000, p. 11).

Um exemplo dessa relação pode ser o fato de que no desfile de 20 de setembro, a Brigada Militar desfila com representantes de todas as suas unidades⁴⁵, enquanto que no desfile de 7 de setembro apenas um grupo representa toda a Corporação. Na data de 20 de setembro, o Estado do Rio Grande Sul reverencia a Revolução Farroupilha, que teve início em 1835 contra o governo imperial devido à taxaço do preço de exportação da carne de charque produzida pelos estancieiros, em sua maioria militares⁴⁶. Para Rudnick (2007), a própria Corporação e a comunidade gaúcha transmitem a ideia de que a história da Brigada Militar se confunde com a do Rio Grande do Sul. O autor defende esse argumento apresentado trechos do *site* oficial da Brigada e falas de discursos de deputados estaduais. Além disso, reforça a ideia de que historiógrafos da Corporação buscam uma origem remota das organizações de policiais associada à colonização do País:

A percepção da existência de forças policiais desde o começo da colonização do País está presente igualmente em Mariante (1972, p. 35), para quem a história das origens das polícias militares se orienta pela das Forças Armadas, pois eram em suas segundas e terceiras (*sic*) linhas que se requisitavam pessoal para missões policiais. Entretanto, daí se depreende que, na realidade, naqueles tempos, quando a população era pequena e menor ainda o número daqueles que se colocavam “fora-da-lei”, não existiam polícias. Ocasionalmente, a necessidade de cumprir determinadas tarefas, hoje de competência dos órgãos policiais, resultava em que um grupo de homens se reunisse para realizá-las (RUDNICK, 2007, p. 156).

Para esse pesquisador, no Rio Grande do Sul, que é uma região fronteira onde ocorriam vários conflitos e circulavam muitas pessoas em busca de riquezas, talvez esses tipos de ação “policial” acontecessem com mais frequência do que no resto do País. Assim, ao retomar autores que destacam essa peculiaridade militar do

⁴⁵ Sobre o desfile de 20 de setembro em Porto Alegre, ver a exposição fotográfica *A vivificação de um ethos brigadiano: o desfile de 20 de setembro*, de Fernanda Nummer e Danielle Araújo, no acervo do Museu da Brigada Militar.

⁴⁶ A bibliografia sobre a Revolução Farroupilha é extensa. Ver, por exemplo: *A Revolução Farroupilha*, de Sandra Jatahy Pesavento, e *Revolução Farroupilha*, de Moacyr Flores.

Estado, afirma que “[...] o povo forjou-se então no conflito militar, mas, destaque-se, não policial” (p. 156).

Desde a fundação da Brigada Militar, em 1837, diversas transformações ocorreram em sua história, acompanhando a evolução dos quadros econômico, político e social do Brasil. Para analisar a criação das polícias militares brasileiras e, conseqüentemente, da Brigada Militar, é importante compreender que, antes de 1831, suas funções eram predominantemente militares. Nos períodos Colonial e Imperial, não havia previsão específica sobre segurança pública, mas, sim, a segurança do Estado como um todo, principalmente em relação às rebeliões e invasões estrangeiras. Apenas com a extinção das ordenanças e milícias⁴⁷, em agosto de 1831, é que foi criada a Guarda Nacional e ficou autorizada a criação de guardas nas províncias, denominadas Guarda Municipal Permanente, sancionada por lei apenas em 1834. Estas serviam para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das forças de segurança e são consideradas as precursoras em relação ao policiamento brasileiro (SIMÕES, 2006).

Em abril de 1835, foi criada a Assembleia Provincial rio-grandense, com a promessa de incrementar as Guardas Municipais Permanentes, uma vez que o número de policiais não estava sendo suficiente para garantir a segurança, principalmente na região das indústrias. Assim, surge a proposta de criação do Corpo Policial. Com a sanção da Lei nº 7, foi criada a Força Policial da Província ou Corpo Policial, com um efetivo de 19 “oficiais” e 344 “praças”, sob o intuito de manter a organização e a disciplina, auxiliar a Justiça a manter a ordem e a segurança na

⁴⁷ A primeira linha de militares regulares do Exército se constituía por três armas: a infantaria, a cavalaria e a artilharia, que representam a força permanente até a declaração da República. A segunda linha, também chamada de ordenanças, era representada pelos os auxiliares e formada por infantaria e cavalaria. Já a terceira linha, denominada de milícias, também constituída de infantaria e cavalaria e, em caso de necessidades especiais, companhias compostas por chacareiros e forasteiros, com o intuito de defender a fronteira e realizar atividades de policiamento.

capital e nos subúrbios por meio das Comarcas organizadas por destacamentos, a fim de evitar a invasão de território. O Corpo Policial permaneceu ativo até a demarcação dos territórios e a pacificação na Revolução Farroupilha. Era subordinado diretamente ao Presidente da Província, podendo ser dissolvido em caso de necessidade pública (MARIANTE, 1972; SIMÕES, 2006).

Em 1873, o ideal republicano se instalava definitivamente no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, criou-se a Força Policial, organizada em secções fixas no interior e móveis na Capital, com intuito de fazer o policiamento ostensivo na Província (RIO GRANDE DO SUL, 2008). Com a proclamação da República em 1889, as instituições brasileiras sofreram transformações radicais. A descentralização do poder dá aos estados a autonomia de definir suas forças públicas para manterem a segurança. No Rio Grande do Sul, o governador da época determinou que a Força Policial passasse ser denominada Guarda Cívica do Estado, sendo esta considerada a primeira organização de Polícia Militar do Estado que tinha o objetivo de manter a tranquilidade pública, auxiliar em questões da justiça; além disso, o comandante-geral da guarda ficaria responsável por manter a disciplina e fiscalizar o serviço da Corporação (MARIANTE, 1972; SIMÕES, 2006).

As constantes remodelações ocorridas na Brigada Militar acompanharam a evolução do contexto político do Estado, nesse sentido, em 1892 a corporação adotou os moldes de policiamento utilizados até hoje e recebeu novamente a designação de Corpo Policial, durante o “governicho” que substituiu Julio de Castilhos. Em junho do mesmo ano, outra junta governativa, pelo Ato nº 222, alterou a denominação do Corpo Policial para Brigada Policial. Quando Julio de Castilhos retomou o cargo, alterou a Constituição e tornou inválidos os atos anteriores, passando a Brigada Policial a denominar-se novamente Guarda Cívica. Foi o

governo de Fernando Abott que transformou a Guarda Cívica em Brigada Militar, em 15 de outubro de 1892, estruturada conforme os modelos do Exército Brasileiro (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008).

2.6 A Brigada Militar em Lajeado: aspectos históricos regionais

A vinda de casais açorianos foi de fundamental importância para a colonização do Município de Lajeado. Nesse período, os grandes proprietários das terras moravam na região de Porto Alegre; entretanto, com o desenvolvimento dos núcleos urbanos da região de Triunfo, Taquari e Santo Amaro, os proprietários mudaram-se para mais próximo de suas terras (SCHIEROLT, 1992).

O povoamento de Santo Amaro teve início em 1753, no Porto de Jacuí, a partir da construção de estabelecimentos comerciais por casais açorianos. Lajeado, nesse período, era uma das cidades que compunha a região de Santo Amaro. Alguns dos casais açorianos se estabeleceram na região de Taquari e suas terras abrangeram a região onde se localiza Lajeado. No ano de 1800, os irmãos José e João Teixeira receberam das sesmarias duas porções de terras, que compreendem hoje as áreas de Carneiros e Conventos (LAJEADO, 2008; SCHIERHOLT, 1992).

Em 1853, a região foi dividida em lotes para serem vendidos aos imigrantes, os quais eram predominantemente alemães ou descendentes, que vieram à região devido a diversos aspectos, entre eles a industrialização na Alemanha e a consequente falta de locais para a agricultura e pecuária; explosão demográfica que,

aliada à Revolução Industrial, gerou uma série de desempregos na região e a necessidade de se fugir das obrigações militares. D. Pedro I enviou correspondência aos alemães falando sobre a semelhança entre a região Sul e a Alemanha e promulgou a Lei de Naturalização de Estrangeiros, estimulando a vinda de imigrantes para a região (SCHIERHOLT, 1992).

Em 1855, a região recebeu a denominação de Povoado de Conventos, e em 1862, iniciou-se o povoamento da cidade, impulsionado pela criação do Engenho, utilizado para o funcionamento de uma serraria. Em 1875, Lajeado passou à categoria de sede distrital de Estrela. Devido à fixação do Engenho e do Porto, inúmeras casas foram sendo construídas em Lajeado. Os primeiros italianos que se instalaram chegaram ao município por volta de 1882 e eram predominantemente da região de Encantado (LAJEADO, 2008; SCHIERHOLT, 1992).

Em 26 de janeiro de 1891, o município emancipou-se de Estrela, principalmente devido aos descontentamentos das lideranças econômicas e políticas locais, que haviam se cansado de recorrer à Câmara Municipal de Estrela, já que a mesma não possuía condições de atender às reivindicações locais, devido à dimensão que Lajeado havia tomado. Nesse período, as florestas foram divididas em lotes, estimulando a colonização, principalmente italiana (SCHIERHOLT, 1992).

Ainda quando Lajeado era o segundo distrito de Estrela, em meados de 1831, foi instituída a Guarda Nacional, a qual era formada por pessoas da elite, mesmo sem formação militar, com o intuito de fortificar a segurança. Aparentemente, o objetivo da Guarda Nacional era o de estar à disposição em caso de guerra ou revolução. O contingente militar da guarda era responsável por 70% das despesas totais do orçamento municipal em 1894. Em 1902, as despesas com a Guarda passaram a consumir 20% do orçamento municipal; nesse período, ela foi

remodelada pelo intendente Francisco Oscar Karnal (SCHIEROLT, 1992; SCHIEROLT, 2002). Em 1902, a pedido do mesmo intendente, a Brigada da capital esteve em Lajeado para acabar com os “Monges do Pinheiro”⁴⁸, localizados em Roca Sales, na época distrito do Município de Encantado.

Ferri (1975), em sua obra sobre esse movimento messiânico, relata que o grupo era formado por Muckers refugiados do massacre ocorrido contra eles em Ferrabraz. Alguns integrantes fugiram do massacre em canoas, desceram o rio Forqueta e seguiram até o rio Taquari. Mais tarde, refugiaram-se em Pinheirinhos, localidade situada na cidade de Encantado, recebendo a designação de “Monges dos Pinheirinhos”. Nesse acampamento, sob falsas promessas de riquezas imobiliárias, juntaram-se a eles adeptos e simpatizantes da seita. Conhecidos como um “grupo de malfeitores”, os “Monges de Pinheirinhos” atraíam novos integrantes através de “milagres” proferidos pelos líderes da seita, como a cura de doenças e a pesca milagrosa. Nessas ocasiões, os seguidores eram convocados para a “guerra santa” que ocorreria. Um dos monges dirigiu-se à cidade de Encantado, avisando ao subdelegado do município sobre a guerra; entretanto, tratava-se de uma emboscada. Dias depois, o subdelegado e alguns moradores dirigiram-se ao acampamento dos monges e foram surpreendidos por uma emboscada armada pelos fanáticos, tendo que bater em retirada para o município; porém, alguns dos defensores da cidade foram brutalmente assassinados pelos monges. O resgate dos corpos foi feito por uma comitiva designada para tal. Após o sepultamento, os moradores reuniram-se e decidiram solicitar reforços policiais junto à província de Lajeado. Nesse momento, então, o governo provincial solicitou reforços da Brigada

⁴⁸ Sobre este movimento messiânico, ver também Krone et al. (2004).

de Porto Alegre. Dias depois, a comitiva chegou ao município e armou uma emboscada para os Monges, acabando com as atividades do grupo.

Em 1922, a Guarda Nacional foi extinta, passando para o município a responsabilidade de assegurar a lei e a ordem. Dessa maneira, constituía-se a Guarda Municipal de Lajeado (SCHIEROLT, 1992; SCHIEROLT, 2002). Somente em 1927, a organização da Guarda Municipal foi estabelecida, passando a ser responsável pelo policiamento do município, a partir da Lei Orgânica de 1927.

Em 1922, Borges de Medeiros enviou a Brigada a diferentes locais com o objetivo de manter a ordem e, em 1923, criou o Esquadrão Provisório, a fim de conter a Revolução Assisista ou Movimento Libertador. Um dos destacamentos criados permaneceu em Lajeado para realizar treinamentos e auxiliar no policiamento do município. Em 1930, a Guarda do município foi extinta e substituída pela Brigada Militar, comandada pelo 2º Sgt Germano Oscar Mauhs, assumindo em Lajeado a função de assegurar a ordem pública (SCHIEROLT, 1992). Nessa época, o quartel ficou sediado junto à prefeitura, ao presídio e à delegacia de polícia.

Em junho de 1968, a BM foi instalada em prédio próprio e formalizada como 3ª Companhia do 5º Batalhão de Polícia Militar de Montenegro (Figura 5). Essa Companhia estava estruturada em 3 pelotões: o 1º, compreendendo os municípios de Lajeado, Arroio do Meio, Boqueirão do Leão, Progresso e Cruzeiro do Sul; o 2º, com Estrela, Bom Retiro e Taquari; e o 3º, com Encantado, Muçum, Roca Sales e Nova Bréscia (Figura 8).



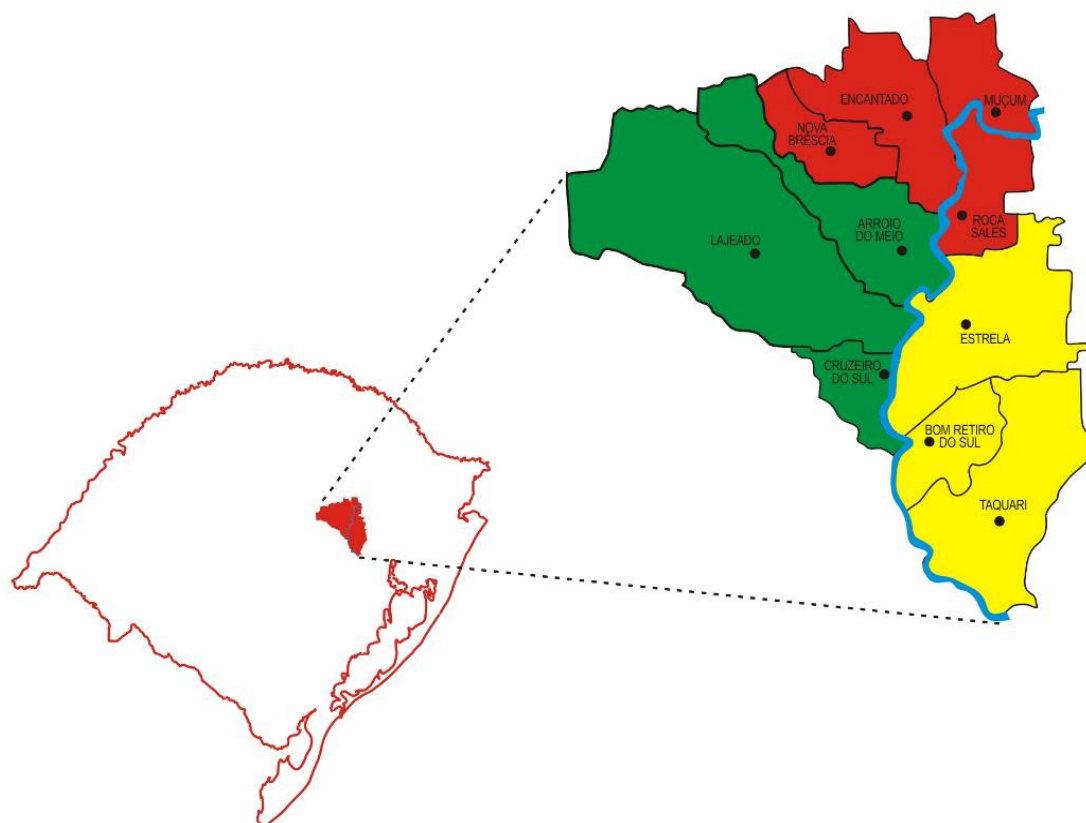
Figura 5: Prédio da sede da 3ª Cia do 5º BPM em Lajeado, em 1968
Fonte: Acervo pessoal Sgt Chaves.



Figura 6: Prédio da sede da 3ª Cia do 5º BPM em Lajeado, em 1968
Fonte: Acervo pessoal Sgt Chaves.



Figura 7: Prédio da sede da 3ª Cia do 5º BPM em Lajeado, em 1968
Fonte: Acervo pessoal Sgt Chaves.



Em 1968 - 3ª Cia com:

- 1º Pel com sede em Lajeado, responsável por Lajeado, Arroio do Meio e Cruzeiro do Sul.
- 2º Pel com sede em Estrela, responsável por Estrela, Bom Retiro e Taquari.
- 3º Pel com sede em Encantado, responsável por Encantado, Muçum, Roca Sales e Nova Brésia.

Figura 8: Mapa dos municípios de abrangência da 3ª Cia do 5º BPM, em 1968
 Fonte: Elaborado a partir de informações de campo.

Nesse período, Santa Clara, Forquetinha, Sério, Canudos, Marques de Souza, Boqueirão e Progresso faziam parte de Lajeado; Travesseiro, Capitão e Pouso Novo, de Arroio do Meio; Colinas, Imigrante, Teutônia e Westfália, de Estrela; Paverma e Tabaí, de Taquari; Fazenda Vila Nova, de Bom Retiro; e Doutor Ricardo, de Encantado. Se compararmos esse mapa com a divisão do Estado do Rio Grande do Sul em Conselhos Regionais de Desenvolvimento, os COREDEs, criada oficialmente pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, os municípios novos de Arvorezinha, Ilópolis, Anta Gorda, Dois Lajeados e Putinga ainda não aparecem.

Em 1989, o 2º pelotão de Estrela passou a constituir a 4ª Companhia do 5º BPM. A 3ª Companhia, sediada em Lajeado, ficou assim estruturada: 1º e 2º pelotões, em Lajeado, responsáveis pelos municípios de Lajeado, Boqueirão do Leão, Cruzeiro do Sul e, ainda, os municípios novos de Santa Clara do Sul e Sério; 3º pelotão, de Arroio do Meio, que abrangeu os municípios de Arroio do Meio, Progresso e Pouso Novo; e 4º pelotão, em Encantado, responsável pelas cidades de Encantado, Muçum, Roca Sales, Nova Bréscia e Relvado.

Em 1993, a 3ª Companhia tornou-se Destacamento Especial do 5º BPM e ampliou-se para 4 pelotões, incluindo no 1º pelotão o município de Marques de Souza e, no 4º pelotão, Doutor Ricardo e Vespasiano Correa.

Em 15 junho de 2006, pela Portaria nº 181 do Estado Maior da Brigada Militar, a 1ª Companhia (Cia), com sede no município de Lajeado, altera-se para o nível de Batalhão, passando a denominar-se 22º Batalhão de Polícia Militar (22º BPM), com sede no mesmo município, abrangendo operacional e administrativamente os municípios de Canudos do Vale, Forquetinha, Santa Clara do Sul, Sério, Cruzeiro do Sul, Mato Leitão, Encantado, Muçum, Vespasiano Correa, Coqueiro Baixo, Nova Bréscia, Relvado, Anta Gorda, Ilópolis, Putinga, Doutor Ricardo, Roca Sales, Arroio

do Meio, Capitão, Travesseiro, Marques de Souza, Pouso Novo e Progresso. Assim, o 22º BPM é subordinado ao Comando Regional de Polícia Ostensiva – Vale do Taquari (CRPO/VT).

Atualmente, o 22º BPM pertence ao CRPO VT, possui sobre sua responsabilidade territorial 23 municípios, divididos em três Companhias de Policiamento: a 1ª Cia de Lajeado, a 2ª Cia de Encantado e a 3ª Cia de Arroio do Meio, conforme organograma apresentado a seguir.

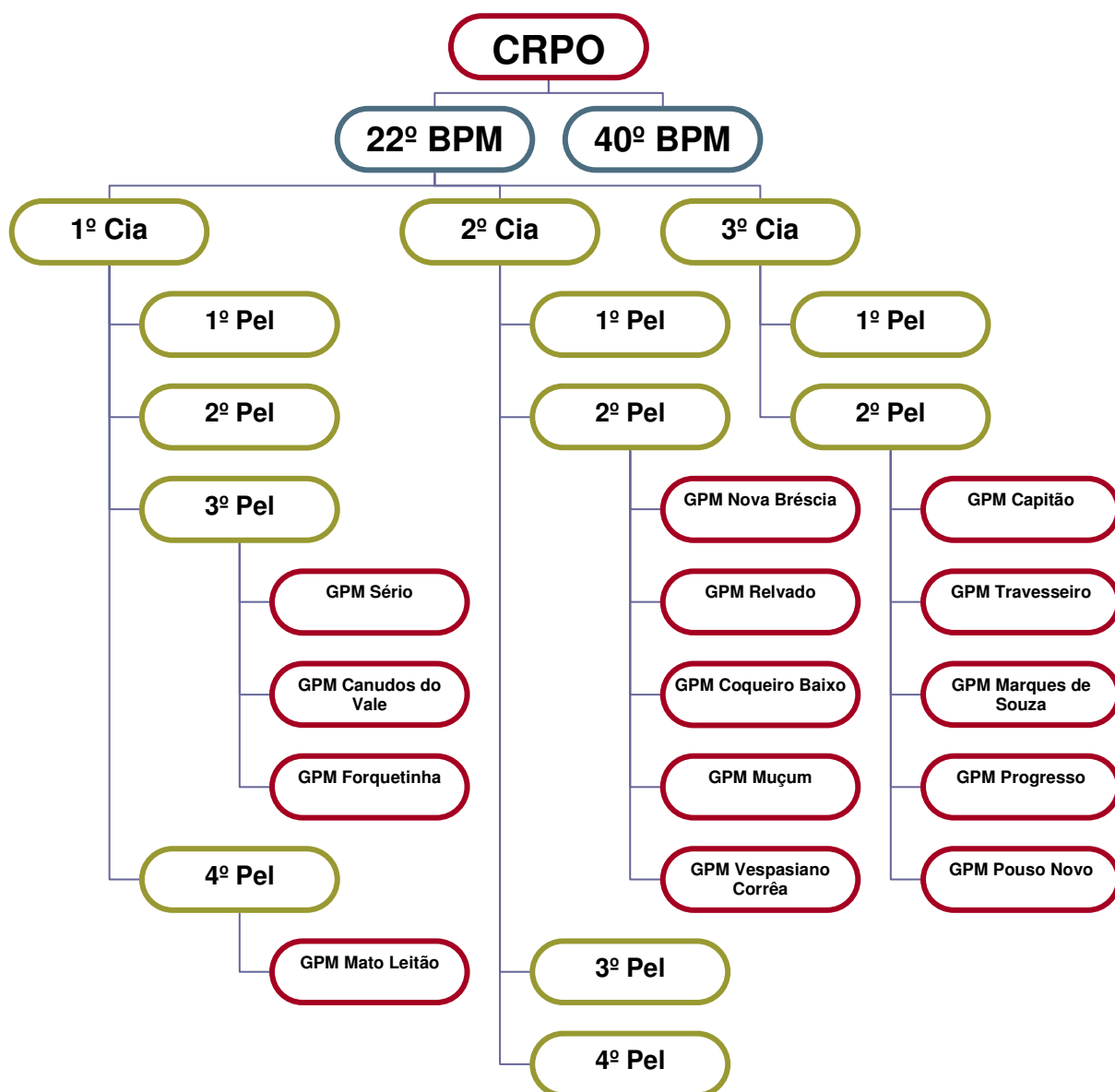


Figura 9: Organograma da estrutura administrativa e operacional do 22º BPM
 Fonte: Elaborado a partir de informações de campo.

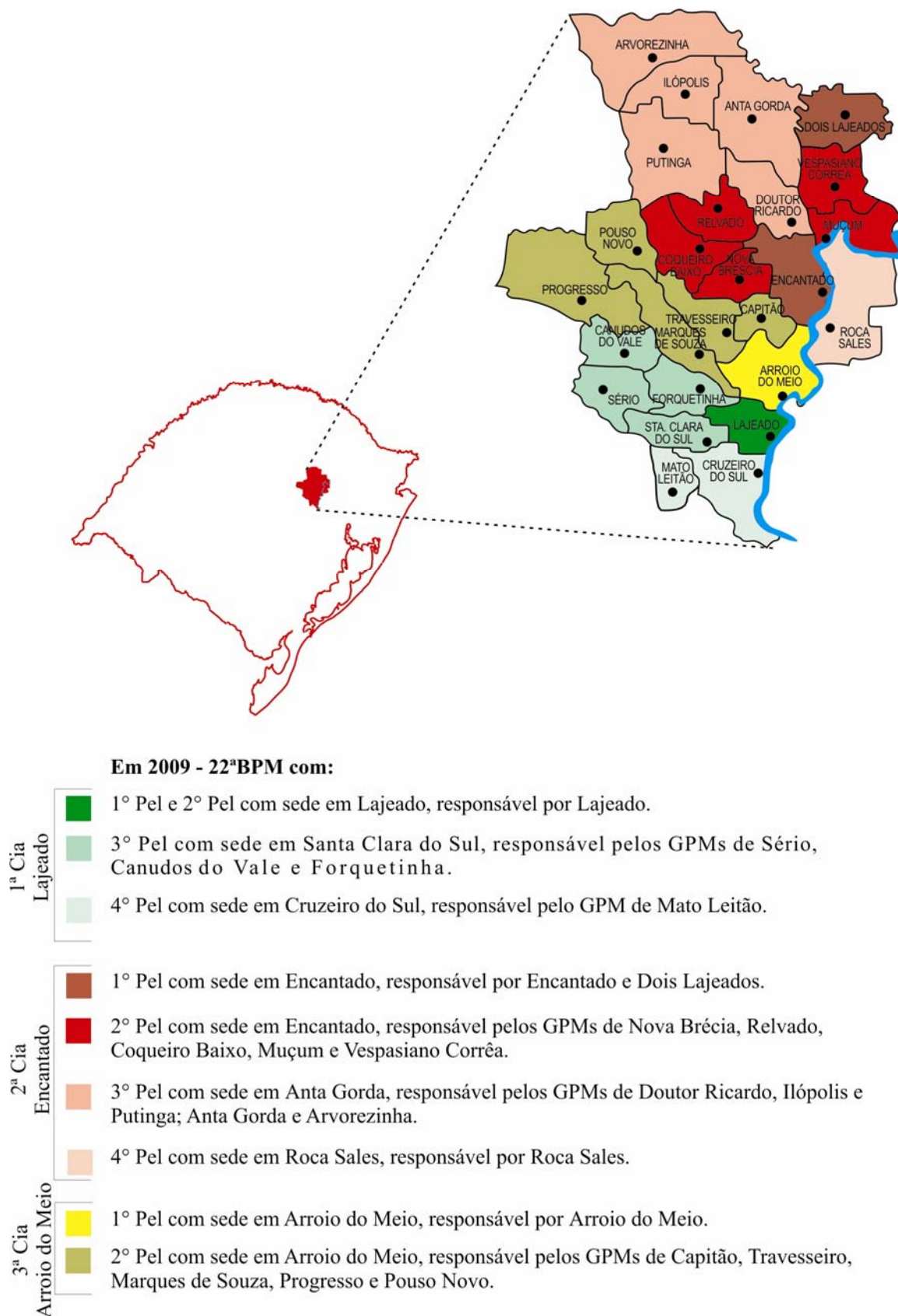


Figura 10: Mapa dos municípios de abrangência das Cias e Pels do 22º BPM em 2009

Fonte: Elaborado a partir de informações de campo.

Nesse mapa, a região do COREDE Vale do Taquari está representada pelos municípios emancipados até 2008 e sob responsabilidade do 22º BPM; portanto, estão excluídos os municípios que também fazem parte desse COREDE, mas são de responsabilidade do 40º BPM, com sede em Estrela.

Assim, o 22º BPM possui a estrutura de Batalhão, com quatro seções administrativas: o P1, responsável pelo Efetivo, Legislação e Comunicação Social; o P2, que é a seção de Inteligência; o P3, que trata das Operações e Treinamento; e o P4, da Logística, Patrimônio e Orçamento (Figura 11). Também está implantando a Seção de Análise Criminal, que visa a dar um apoio à parte operacional por meio da análise de dados em relação à criminalidade na região, de forma que o comando possa orientar as atividades de forma mais eficiente.



Figura 11: Prédio da sede da 22º BPM em Lajeado, em 2008
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 12: Prédio da sede da 22ª BPM em Lajeado, em 2008
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 13: Prédio da sede da 22ª BPM em Lajeado, em 2008
Fonte: Acervo pessoal.

Existe na Sede, em Lajeado, e na 2ª Cia, de Encantado, uma Estrutura Cartorial para a Digitação dos Termos Circunstanciados (TCs) e dos Boletins de Ocorrência (BOs), bem como a digitação dos Autos de Infração de Trânsito (AITs).

Os BOs (ANEXO C) são os boletins de ocorrência policial da Brigada Militar e podem ser do tipo Comunicação de Ocorrência Policial (BO-COP) ou Termo Circunstanciado (BO-TC). As AITs são documentos que registram infrações de trânsito e podem ser preenchidas por um agente de trânsito ou policial militar.

2.7 Organização administrativa na Brigada Militar de Lajeado

Os Boletins Administrativos (BA) (ANEXO E) são um tipo de documento operacional formal, lavrado pelos policiais que atuam no policiamento ostensivo, que visa registrar as ações e providências preventivas, repressivas e de interferência da Brigada Militar. Para toda e qualquer participação de um policial ou grupo de policiais, denominado tecnicamente pelo grupo como de “guarnição de serviço”, nas atividades de policiamento ostensivo, como atendimento de chamado, comparecimento ou intervenção, deverá ser lavrado o BA. Os BOs e BAs são os documentos operacionais mais utilizados pelos profissionais que atuam nas “*atividades de linha*”. Além desses documentos, existem outros, que devem ser preenchidos de acordo com a tipificação penal da ocorrência atendida: auto de constatação de dano, encaminhamento ao legista, boletim de ocorrência de trânsito, termo de remoção e depósito de veículo, desembaraço de veículo envolvido em

evento de trânsito, auto de apreensão de substância entorpecente e termo de apreensão e depósito. Nas operações em que são realizadas barreiras policiais, cada policial preenche seu Relatório Individual de Serviço (RIS), no qual registra os carros e motos que foram abordados.

As *abordagens* são os momentos cotidianos em que o policial interage com a população. Os procedimentos envolvem interceptação de pessoas e veículos na via pública e realização de busca pessoal e/ou vistoria do veículo. Podem estar associadas às barreiras policiais, também conhecidas com o nome de *blitz*, que são um grupo de policiais em um determinado local da via pública orientando a parada de veículos para vistoria, ou uma decisão do policial por suspeitar da atitude da pessoa ou por ter recebido uma denúncia. Esses momentos geralmente não estão associados a ocorrências. Ocorrências policiais militares são fatos em que é exigida a intervenção do policial militar. Muitas vezes presenciei a solicitação de intervenção policial militar em situações que não se configuram ocorrências policiais militares. Nesses casos, o policial recebe a solicitação, esclarece ao solicitante sobre qual o órgão que deve procurar para fazer sua queixa ou resolver seu problema e informa-o de que não se trata de uma intervenção da Brigada. Por exemplo: muitas vezes o policial é chamado para “*dar um susto*” no vizinho que deixa o cachorro latir à noite; para buscar o marido de uma esposa aflita, que está bebendo em um bar, e levá-lo para a casa; para dar conselhos a uma jovem que está vivendo em uma casa de prostituição e não quer voltar para a convivência de sua família; para dar uma carona a alguém que precisa ir para a casa e não tem dinheiro para pagar outro meio de locomoção⁴⁹.

⁴⁹ Interessante notar o que o Manual Básico de Policiamento Ostensivo (MBPO) regula a assistência como forma de empenho dos policiais militares no atendimento das ocorrências: “Existem órgãos públicos e particulares incumbidos e especializados em prestar assistências diversas. Contudo, há

O efetivo do 22º BPM atualmente é composto, seguindo a escala hierárquica dos postos e graduações, por um Major, quatro Capitães, sete Tenentes, quatorze 1ºs Sargentos, um 2º Sargento, quinze 3ºs Sargentos, duzentos e dezesseis Soldados e oito Soldados Temporários. Esse contingente é responsável pelo policiamento de municípios que apresentam entre 2.100 habitantes – o menor – e 68.000 – o maior. A região do Vale do Taquari apresenta índices de população rural maior que a média do Estado: quase 30% do total de habitantes, sendo que entre os municípios sob responsabilidade do 22º BPM, alguns apresentam mais de 70% dos moradores vivendo na área rural (UNIVATES, 2008).

O brasão adotado pelo Batalhão em 2009 é significativo da relação da unidade de polícia com o Município.

circunstâncias que exigem imediato auxílio, a fim de evitar ou minimizar riscos e danos à comunidade; nesses casos, o PM acorrerá por iniciativa própria ou atendendo a chamados. A **assistência** é prestada no interesse da segurança e do bem-estar públicos e **deve contribuir para melhorar a imagem da corporação junto ao público externo. Gestos de civilidade e elegância repercutem favoravelmente e devem ser praticados, embora não seja um dever legal.** Deve haver a precaução de não vulgarizar esses atos, evitando-se atendimentos supérfluos que criariam dependência na comunidade, por não serem, prioritária e rotineiramente, encargos da Polícia Militar” (p. 18, grifo meu).



Figura 14: Brasão do 22º BPM
Fonte: 22º BPM – Of. nº 05/Cmt/2007.

Usado nas identificações da BM em Lajeado, a forma do diamante demonstra a valoração do serviço à Corporação e à comunidade, além de demonstrar a bravura do policial na busca por usar as armas para proteger essa comunidade.

A proposta apresentada ao Comando Geral da BM para a adoção desse brasão justifica os elementos presentes na figura recorrendo aos valores da profissão e à religião católica:

II. Simbologia e Heráldica

a. O tipo do escudo, alemão, preiteia a etnia dos primeiros imigrantes que se fixaram na origem do município-sede, trazendo, com sua pujança e empreendedorismo, o notável progresso e destaque que a região alcançou no contexto estadual. A referência à imigração rende, também, homenagem à etnia italiana, de expressiva contribuição regional, ocupando, em segundo momento, a região mais alta do Vale do Taquari, onde se situa o Batalhão.

b. O uso da bordadura traduz a noção de limites e de segurança, sugerindo, pela significação heráldica e simbólica do esmalte blau, o princípio norteador da unidade, que é o da serenidade, aliado à inteligência. Assim, a racionalidade, ou a inteligência serena, será a estrela-guia do Batalhão e indicará o caminho em sua atuação.

c. O campo em metal “prata” remete à paz e à ordem, à ausência de turbações, cuja busca e promoção constitui o fundamento último e maior da organização policial-militar.

d. A jóia trazida no coração do escudo, uma **ametista**, tem significação variada:

1) a primeira decorre de sua etimologia: *ametusios*, do grego, significando “aquele que não está embriagado”. Nesse sentido, foi adotada como jóia episcopal pelas igrejas cristãs ortodoxas, na medida em que naqueles elevados eclesiásticos, incumbidos de responsabilidade espiritual e temporal sobre o rebanho, a temperança é virtude de toda indispensabilidade. A mesma responsabilidade pastoral deve ser incorporada pela Polícia Militar. Ainda, segundo as mesmas crenças cristãs, tem a ametista significado de humildade, virtude de todo desejável ao policial militar, dedicado, por sagrado juramento, inteiramente ao serviço da comunidade;

2) no plano temporal, a ametista associa-se a uma das primeiras atividades econômicas do município-sede, quando avançou além da lide agropecuária, valendo-lhe a extração e lapidação dessa gema o epíteto de “capital da pedra semipreciosa”, do que há referência, no hino do município, pelas expressões “cidade-jóia” de “onde brota a ametista”;

3) a jóia é multifacetada, com dez planos aparentes, referindo-se à simbologia do número dez, que é o da perfeição. Em matemática, se diz um número completo, porquanto todos os números correm em ciclos de dez. Não é permitido esquecer a associação do número à Lei, pois foram dez os mandamentos dados a Israel;

4) o esmalte, violeta, significa, no simbolismo das cores, a simplicidade e a humildade, virtudes buscadas naqueles que consagraram suas carreiras e suas vidas a serviço da comunidade, em atuação permanente e diligente, avessa à ostentação.

e. No coração da jóia, o indicativo numérico da Unidade, o número “22”. Além da referência ordinal, não é demasiado destacar a significação desse signo, consoante a numerologia pitagórica, que lhe atribui a aptidão para a realização material do plano espiritual, invocando-se, portanto, sobre o 22º BPM a dedicação a realizar.

f. Suporta a ametista o signo das pistolas de bucaneiro, cruzadas, indicativo internacional de Polícia Militar. Em jalde (ouro), indica que a unidade pautar-se-á pelas virtudes do mais nobre dos metais: incorruptível, porquanto não mancha nem enferruja; maleável, capaz de conduzir-se de acordo com as situações, sem deixar, entretanto, de conservar seus valores maiores. Na tradição grega, representa o trinômio luz-conhecimento-brilho, associado, enquanto metal, a força e valor, indicando que a força representada pelas armas deve fazer par com a inteligência e a sabedoria, mantendo, como princípio inarredável, o apego aos valores institucionais e à lei (22º BPM – Of. nº 05/Cmt/2007).

Fica evidente nesse emblema que a imigração foi alvo de pujança e é valorizada pela comunidade, e isso está associado à identidade da unidade de polícia ostensiva que presta serviços à população da região. O enfoque principal é criar uma identificação quase mimética do Batalhão com o município-sede e os demais sob sua responsabilidade.

De acordo com dados da prefeitura, Lajeado é a cidade que apresenta menor população rural – menos de 0,5% do total de habitantes –, sendo caracteristicamente urbana. Em parte, esses dados são resultado do declive das atividades do setor primário, principalmente pela emancipação dos municípios de Arroio do Meio, Boqueirão do Leão, Canudos do Vale, Cruzeiro do Sul, Encantado, Forquetinha, Guaporé, Marques de Souza, Progresso, Santa Clara do Sul e Sério.

O desenvolvimento econômico da região do Vale do Taquari acompanhou a evolução do município de Lajeado. No período compreendido entre 1891 e 1898, as atividades consistiam principalmente na área portuária e de comércio. Já entre 1899 e 1953, houve um incremento nas atividades industriais, ocasionado pela construção

da estrada RS 13, hoje BR 386. A evolução do município continuou sendo impulsionada no período de 1953 a 1969, com o aumento das atividades das áreas de comércio e de apoio ao transporte. A produção agropastoril cede espaço à industrialização e ao comércio. Com a expansão municipal no período de 1970 a 1979, as atividades se concentraram na área imobiliária, que se intensificaram a partir de 1980, impulsionadas pela criação de espaços urbanos para a habitação (LAJEADO, 2008).

3 “QSO?”⁵⁰: A AGENCY NAS INTERAÇÕES ENTRE SI E COM OS OUTROS

Sacrifício

Triste dor e sacrifício
 ver tombar um brigadiano
 Nós juramos a este ofício
 mas morrer ninguém faz plano

Ver um policial estirado
 Coberto por reles pano
 Nesta hora se pergunta
 cadê os direitos humanos?

Satisfação

Um sorriso de criança
 Um flagrante bem lavrado
 Premia salvar uma vida
 um sincero obrigado

Nos enche de orgulho
 ter o trabalho valorizado
 Aumenta a autoestima
 Deixa o policial motivado (Ten Dilmar – 22º BPM).

O modelo analítico “ser brigadiano” e “trabalhar na Brigada” nos permite perceber as formas mais evidentes de *agency* de resistência dos soldados da Brigada, aquelas mais contidas, representadas pelas imagens de si que elaboram para os outros e por aqueles que fogem do controle interno dos regulamentos

⁵⁰ No código Q, em forma de pergunta: “*Pode comunicar-me diretamente (ou por retransmissão) com (nome da pessoa ou função no policiamento)?*”. Entre os interlocutores, é utilizada com o significado de fazer uma ligação telefônica, fornecer um número de telefone de alguém.

formais e do domínio dos superiores hierárquicos. Tanto aqueles mais próximos do primeiro modelo quanto os do segundo assumem para si esse papel de revelador da “realidade” da profissão, mas veremos que há diferentes maneiras de expressar tais condições: produções literárias e gráficas, relações pessoais e boatos entre o grupo.

O conceito de *agency* envolve a concepção de uma capacidade de ação dos sujeitos em múltiplas formas de poder e de resistência. Ortner (1999) aponta que o interesse nessa perspectiva deve ser visto como os sujeitos resistem ou negociam a vida social. De acordo com a autora, há duas modalidades de *agency*: a que está relacionada às ideias de poder, dominação e resistência e aquela associada às ideias de intenção, aos projetos culturalmente construídos pelas pessoas e às suas habilidades de realizá-los. Essas modalidades de *agency* aparecem associadas no mesmo contexto etnográfico (ORTNER, 2007b). Neste capítulo, nos interessa a primeira modalidade analisada pela autora, tendo em vista que a crítica das condições de trabalho pode ser considerada como uma forma de *agency* de poder em determinados espaços e, em determinadas formas de expressão, são permitidas dentro da Corporação. Assim, à graduação mais baixa da hierarquia policial militar é consentida uma espécie de resistência quando tais atos são considerados indisciplina ou insubordinação⁵¹.

⁵¹ Os regulamentos disciplinares limitam as manifestações críticas públicas à corporação e a colegas, considerando-as como transgressão grave, e as punições são estabelecidas em processos administrativos (PADs). Como exemplo, cita-se a transgressão grave nº 51: “Publicar ou contribuir para que sejam publicados fatos ou documentos afetos às autoridades policiais ou judiciárias que possam concorrer para o desprestígio da Corporação, ferir a disciplina ou a hierarquia, ou comprometer a segurança” (RDBM, 2004).

3.1 Resistências: a busca da *agency* controlada

Para Gonçalves e Head (2009), em artigo que discute a reconfiguração do conceito de representação a partir de reflexões sobre imagem e seus usos no texto antropológico, a autorrepresentação torna-se uma fala legítima que o nativo produz sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo:

Se a sensibilidade moderna permitia aos intelectuais “descobrirem” os nativos traduzindo suas culturas e vozes, fazendo-os, assim, participar da cultura ocidental através de uma representação de sua arte, de sua cultura, de seus costumes, a sensibilidade pós-moderna induz a proliferação das autorrepresentações em que as culturas e seus personagens se apresentam diretamente formulando seu ponto de vista e sua percepção sobre o modo que desejam ser representados e apresentados (p. 20).

O objetivo deste capítulo é acentuar, na fala dos interlocutores, aspectos de suas autorrepresentações⁵² a partir do conceito ampliado de imagem como representações que “falam” a partir de uma perspectiva relacional, considerando múltiplos suportes escritos e imagéticos (GONÇALVES; HEAD, 2009).

O *corpus* analítico é composto por: a) textos da obra *O outro lado da farda*; b) fotos registradas por alguns interlocutores; c) charges publicadas no Correio Brigadiano.

Os textos selecionados para análise, publicados na obra *O outro lado da farda*, organizada pelo Sargento Cláudio Bayerle, foram escritos por “praças” e discutem temas do cotidiano da profissão. A escolha dessa obra justifica-se pelo fato

⁵² O conceito de autorrepresentação adotado é semelhante ao proposto por Novaes (1993) como autoimagem. A autora distingue os conceitos de identidade e de autoimagem: o primeiro é evocado diante de um interlocutor amplo e genérico e apresenta sempre uma mesma face, enquanto o segundo é relacional, dinâmico e varia conforme quem é o outro que se toma como referência.

de ser a primeira publicada pela Polost Editora exclusivamente de crônicas, diferentemente das que seguem o gênero de poesias⁵³, de biografias de “oficiais” e *ex-comandantes*⁵⁴, livros didáticos de história da Brigada Militar⁵⁵ e manuais técnicos das atividades de policiamento ostensivo e de bombeiros⁵⁶. A Polost Editora e Distribuidora Ltda. é integrada à Associação Pró-Editoração à Segurança Pública (APESP), cujo objetivo principal se concentra na produção e divulgação de obras vinculadas às organizações de segurança pública.

Esse livro é o primeiro organizado por um “praça” e que apresenta alguns textos escritos por soldados e sargentos. Existem outras obras de poesias e crônicas sobre o cotidiano da atividade policial, mas escritas ou organizadas por “oficiais”. Podemos citar como exemplos: *Versos de amor à Brigada Militar*, escrita pelo Coronel Vanderlei Martins Pinheiro, e *Corra que a Brigada vem aí*, do Capitão Oscar Bessi Filho, ambas lançadas por editoras independentes, além de *Causos do Gaúcho Fardado*, do Coronel Gelson Vinadé, e *De prontidão*, do Coronel Hélio Moro Mariante, editadas pela Associação Pró-Editoração à Segurança Pública.

Historicamente, a produção literária na Brigada tem se concentrado nos “oficiais”, que são aqueles cuja formação na Academia é validada como ensino superior. Devido às transformações administrativas e culturais pelas quais passam a Corporação, especialmente o acesso de “praças” e “oficiais” ao ensino superior e à

⁵³ Como, por exemplo, as quatro Antologias de Poetas Brigadianos organizadas pelo Coronel Retamozo, a primeira publicada em 1980, a segunda em 1987, a terceira em 1993 e a quarta em 2000.

⁵⁴ Como exemplos: *Crônica da Brigada Militar Gaúcha e Sarilhos milicianos*, do Coronel Hélio Moro Mariante, e *Uma vida, um sonho, uma instituição*, do Coronel João Aldo Danesi.

⁵⁵ São exemplos: *Continências, Honras e Cerimonial*, do Tenente-Coronel Pérsio Brasil Álvares, além de *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e Brigada Militar do Rio Grande do Sul: um monumento de tradições*, ambos do Tenente-Coronel Aldo Ladeira Ribeiro.

⁵⁶ Podemos citar como exemplos: RDBM (Regulamento Disciplinar da Brigada Militar) e MTC (Manual do Termo Circunstanciado), o MBPO (Manual Básico de Policiamento Ostensivo), editados pela Polost Editora, além da revista UNIDADE, mantida pelo IPBM (Instituto de Pesquisas da Brigada Militar).

pós-graduação nas universidades, o perfil dos escritores tem se modificado. Os temas também têm variado, passando de uma ênfase aos temas regionalistas e da tradição gaúcha para assuntos sobre a profissão.

Os autores “praças” convidados a escrever em *O outro lado da farda* tinham contato com o organizador da obra ou com os “oficiais” que apresentam textos no mesmo livro. De acordo com o seu organizador, não foi uma exigência que os contos tratassem de temas relacionados à Corporação. Assim, na obra analisada, há também textos sobre sonhos de infância, animais de estimação, fenômenos sobrenaturais e relacionamentos amorosos.

Em relação às imagens fotográficas, elas foram produzidas pelos próprios interlocutores a convite da pesquisadora. Alguns utilizaram a máquina fotográfica digital Sony Cyber-shot DSC-P92, outros preferiram utilizar seu equipamento pessoal. Foram convidados 10 (dez) sujeitos e 4 (quatro) aceitaram a proposta da produção das fotos. A orientação que receberam foi para que registrassem seu trabalho. Esse trabalho de coleta durou cerca de um mês. Após esse período, foram realizadas entrevistas em que as fotos foram mostradas e os entrevistados explicaram o porquê de registrarem aquelas imagens. Também nesse momento, alguns informantes solicitaram que algumas fotos não fossem apresentadas no trabalho, pois todas estas apresentavam o(s) policial(ais) em comportamentos não considerados adequados às regras formais da Corporação. Foram excluídas fotos em que os policiais apareciam sentados, sorrindo para o fotógrafo ou com o fardamento fora do padrão ditado pelos regulamentos.

Quanto às charges apresentadas, são ilustrações realizadas pelo soldado Curcio e publicadas no *Correio Brigadiano*⁵⁷, um periódico atualmente de publicação mensal, com distribuição gratuita a todos os órgãos de polícia, financiado pela Polost Editora. O *Correio Brigadiano* publica assuntos relacionados à segurança pública do Estado, com ênfase em matérias relacionadas à Brigada Militar. No *site* da editora, o jornal é caracterizado como “um veículo de comunicação social que tem a ‘cara’ da BM”.

Nessa proposta analítica, reconhecemos que os dados antropológicos são “interpretações de interpretações” e que não é possível partilhar autoridade etnográfica entre a antropóloga e os interlocutores, dada a simetria das relações de pesquisa. O intuito é buscar uma polifonia⁵⁸ no texto etnográfico de forma a compreender o “jogo de espelhos” como recurso metafórico:

Quando uma sociedade focaliza um *outro* segmento populacional, ela simultaneamente constitui uma imagem de si própria a partir da forma como se percebe aos olhos desse outro segmento. É como se o olhar transformasse o *outro* em um espelho, a partir do qual aquele que olha pudesse enxergar a si próprio. Cada *outro*, cada segmento populacional, é um espelho diferente, que reflete imagens diferentes entre si (NOVAES, 1993, p. 107, grifos do autor).

Quem é o sujeito que resiste e quais ferramentas intelectuais ele utiliza? É fundamental recuperar a intencionalidade desse sujeito que resiste e se insubordina dentro de um espaço permitido. Os autores dos textos, das charges e das fotos são agentes que buscam intencionalmente, a partir de seus projetos, realizar coisas que têm significado e valor dentro de suas realidades culturais. Aqui temos a noção de

⁵⁷ Agradeço veementemente a autorização do autor, Sd Ângelo Marcelo Curcio, e do presidente do *Correio Brigadiano*, Tenente-Coronel Vanderlei Pinheiro, para a publicação das charges.

⁵⁸ Clifford (1998) distingue uma polifonia em que se mantém a autoridade etnográfica do antropólogo daquela em que há uma escrita compartilhada.

intencionalidade dos projetos de Ortner (2007b) associada às questões de poder e resistência. Lembramos que, para a autora,

[...] a finalidade da distinção entre agência no sentido de poder e agência no sentido de (perseguir) projetos é que a primeira é organizada em torno do eixo dominação/resistência, e, assim, definida, em grande medida, pelos termos da parte dominante, ao passo que a segunda é definida pela lógica local do bom e do desejável e de como persegui-los (ORTNER, 2007b, p. 66).

Os autores do material que constitui o *corpus* analítico deste capítulo são sujeitos que buscam, sem infringir a norma prescrita, chamar a atenção do governo, da sociedade civil, dos seus superiores hierárquicos e dos próprios colegas para aquilo que consideram degradante e indigno em sua profissão e que conduz ao que consideram a mortificação de suas capacidades de reação:

Tem colegas que cansaram de reclamar e não conseguir nada, só se prejudicaram, com transferências e perseguições; tem outros que preferem não se envolver, e os mais revoltados às vezes são motivo de piada entre os colegas e acabam se estressando mais ainda (autor de um conto da obra *O outro lado da farda* em conversa telefônica, em abril de 2008).

Todos esses sujeitos adquiriram capital cultural escolar fora da Corporação, em cursos universitários, que foram completados ou não. Tais capitais nem sempre se convertem em ganhos simbólicos aos seus possuidores, mesmo com o aumento do número de soldados frequentando cursos superiores:

Pelo fato de que os benefícios materiais e simbólicos que o certificado escolar garante, dependem também de sua raridade, pode ocorrer que os investimentos (em tempo e esforços) sejam menos rentáveis do que se previa no momento em que eles foram realizados (BOURDIEU, 1996, p. 79).

Podemos considerar tais manifestações ainda como resignações submissas, pois os espaços de divulgação são poucos e não atingem grande parcela dos envolvidos na relação de dominação. Porém, é preciso reconhecer que os produtores de tais representações sobre o trabalho são, em sua maioria, jovens, com ensino superior completo, na graduação de soldados e que desejam permanecer na Corporação, embora não possam ser considerados “brigadianos”, pois, de acordo com o modelo analítico adotado, não possuem as características sociais apontadas nessa categoria. Há exceção de alguns interlocutores que produziram as fotos, tendo em vista que seus olhares podem ser considerados diferenciados, pois as imagens apresentam “situações de rotina” para demonstração ao público externo, numa lógica mais de apresentação técnica de suas atuações como policiais militares. Alguns destes se apegaram à possibilidade de não fazer críticas diretas à Corporação, mas de demonstrar um ressentimento em relação às discórdias com a população “que não entende nosso trabalho”. Nesse sentido, esses interlocutores também estão promovendo um processo de resistência, pois mesmo reconhecendo que seu trabalho é desagradável aos olhos do público, exigem um reconhecimento:

Ninguém gosta de ser parado numa blitz, de ser revistado, de ser chamado atenção, mas é nosso trabalho, e para a segurança das pessoas que fazemos isso, por isso fiz essas fotos (Caliel, homem, formado no início dos anos 2000).

Em uma situação na qual acompanhava uma dupla de policiais em patrulhamento móvel, em um bairro considerado muito violento na cidade, um deles tenta me explicar a dificuldade da relação entre policial e população quando se trata de pessoas de condições econômicas diferenciadas:

Aqui neste bairro a população pediu mais policiamento, por que a gente só vem para procurar fugitivo, drogas e prender alguém. Outros bairros, mais ricos, também querem ver a gente passando de viatura, mas se a gente revista alguém ou pede a documentação de algum carro eles dizem que a gente está sendo violento, truculento... Tecnicamente o serviço deve ser o mesmo, mas temos que ter jogo de cintura dependendo de onde estamos atuando e qual público estamos atendendo. Por exemplo, uma Maria da Penha⁵⁹ aqui neste bairro é atendida de um jeito, num bairro rico de outro jeito... aqui somos mais diretos, entende?... Lá conversamos mais (Sitael, homem, formado no início dos anos 90).

Assim, os autores das imagens mantêm a *agency* tal como Ortner (2007b, p. 68-69) a define: “resistindo à dominação por meio de uma série de maneiras, mas também tentando sustentar seus próprios projetos culturalmente constituídos”, buscando manter certa autenticidade cultural ao fazer a crítica nas margens do poder. Nesses casos, o projeto almejado é ser um dos porta-vozes de um grupo que, mesmo sendo reconhecidamente opressor, é, de certa forma, oprimido por condições sociais e culturais que os transforma em dominados nas relações de poder internas da Corporação e nas relações ambíguas que mantêm com a população.

Tais relações são apresentadas não como suplício, mas como dever. Nas produções analisadas neste capítulo, “ser brigadiano”⁶⁰ não envolve um dom; envolve um sentimento de cumprimento de dever, um dever prescrito, não reconhecido pela sociedade pela sua importância, mas fundamental para a manutenção da ordem, com o reforço da lógica militar. Além disso, como uma

⁵⁹ Ocorrências emicamente denominadas de Maria da Penha são aqueles que envolvem a Lei Maria da Penha, que trata de agressões às mulheres. Entre os policiais, “Maria da Penha” em bairro de classes populares é considerada “chinelagem”, pois eles relatam que frequentemente as brigas são muito violentas, com muitas agressões físicas e verbais entre o casal, a família e com os próprios policiais que atendem o chamado. No entanto, a mulher acaba por não fazer o registro e a situação acaba se repetindo várias vezes na mesma família. Esse tipo de ocorrência é uma daquelas em que a Brigada é chamada “apenas para dar um susto” no agressor, o que gera muita revolta entre os policiais mais jovens, principalmente por que sabem que o problema será apenas momentaneamente resolvido.

⁶⁰ Esta questão é analisada detalhadamente no próximo capítulo.

profissão pública, que como outras sofre com o descaso das autoridades civis e militares.

São cinco os textos escritos por “praças” publicados em *O outro lado da farda* que retratam situações da profissão. Em *Menino Jesus*, o soldado Curcio conta a história de uma ocorrência em que os policiais são chamados para atender um bebê que está doente, num barraco miserável. Chegando lá, a mãe da criança, sob efeito do *loló*, não quer acreditar que seu filho está morto. Diante da situação, o soldado que atendeu à ocorrência reflete sobre a vida. *A formatura do Cabo Libório*, do soldado Ivonei, retrata as dificuldades de um aluno de graduação em Direito na apresentação e aprovação de seu trabalho de conclusão de curso. O destaque nessa narrativa não é somente a “denúncia” de uma hipocrisia do meio acadêmico, mas também o fato de o aluno ser brigadiano e sonhar com a ascensão profissional a oficial, a partir da conclusão da graduação. Em *Dever*, o sargento Alves nos conta a história de João, um brigadiano pobre que pela manhã desocupa uma fazenda e à noite vê a prefeitura municipal com apoio de um pelotão da Brigada Militar derrubar os restos do seu barraco que queimou num incêndio. A conclusão do texto é: “[...] o João que desaloja colono sem terra é João da favela, despejado por ser sem-teto” (2004, p. 57). *A carta* é um conto do sargento Ribeiro, narrando uma ocorrência de suicídio atendida pelo personagem soldado Carlos, que ficou com uma carta encontrada no local guardada no bolso. A esposa dele encontra essa carta e uma série de mal entendidos levam Carlos a perder a família e ser internado num hospital psiquiátrico. Em *Sonho de infância*, o soldado Mendes apresenta a história de dois amigos que brincavam desde a infância de polícia e ladrão. O narrador “virou” bandido e seu amigo virou um “bom” policial, morto numa ocorrência.

Pelos temas tratados nos contos, podemos perceber que, nesses textos, histórias de vida, práticas cotidianas e estilos de vida associados à profissão misturam-se nas narrativas densamente marcadas pela enunciação como um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. As redes de sentido se organizam pelas experiências simbólicas compartilhadas. Aqui poderíamos questionar: quem são os destinatários dessas mensagens expressas nos contos? Se analisarmos os termos utilizados nos textos, poderíamos supor que sejam apenas aqueles que compartilham dessa linguagem:

No parque das armas, retira o armamento e o equipamento para controle de tumulto e embarca junto com seu pelotão no primeiro dos dois caminhões-choque estacionados no pátio; o outro pelotão executará uma missão de rotina (ALVES, 2004, p. 57).

“- Bravo Uno...

- É a Vtr 2448...

- Prossiga 2448, na escuta...

- Assumindo o serviço, quarto turno, cabo João e soldado Carlos, policiamento na área central... (RIBEIRO, 2004, p. 58).

Entretanto, em conversas informais com os autores, eles afirmam desejar que suas obras “mostrem para as pessoas como o policial é”. As instâncias de enunciação, ou seja, o contexto dos lugares dos falantes dentro da Corporação e fora dela devem ser percebidos a partir da lógica das relações internas entre “oficiais” e “praças”, e destes últimos com a população.

A diferença dessa relação interna aparece em um conto, da seguinte forma: “Salta na parada. Entra correndo no Batalhão. No estacionamento elitizado, os carros importados e/ou nacionais do ano reluzem na tênue luz do amanhecer” (ALVES, 2004, p. 56).

Se considerarmos a linguagem como ação social, o sujeito ao enunciar concede-se certo lugar e atribui um lugar complementar ao outro. Nessa relação, os textos definem o brigadiano como aquele que apesar de viver em condições de pobreza, se esforça e se dedica, pois reconhece a necessidade de sua profissão para os não brigadianos. É aquele que, abnegado, tem orgulho da profissão e, algumas vezes, é reconhecido como herói:

Sou um simples soldado, proteger é meu dever [...] (SANTOS, 2004, p. 20).

O vento frio do amanhecer corta, como um punhal, as frestas largas do barraco que deixam entrar luz, frio e garoa fina, gelando o ínfimo dormitório [...]. O amor pela farda nasceu com João há 34 anos, quando ficava na fila da subsistência para comprar, com “bônus”, azeite e café a mais para depois vender por menos preço (o famoso “touro”, no jargão policial) a fim de sustentar o vício de cigarro e bebida do pai, brigadiano também (ALVES, 2004, p. 56).

Neste momento lembrei que Guilherme nunca demonstrou em nossas brincadeiras talento para ser bandido [...]. Morreu tentando ser um bom policial militar [...] (RAYMUNDO, 2004, p. 82).

Nos contos, os escritores tomam uma posição enunciativa daqueles que têm sua posição consagrada, o que se confirma nas entrevistas; eles podem dizer o que dizem, pois “*essas são nossas realidades*”, “*é com isso que lidamos no nosso dia-a-dia*”, “*ninguém melhor do que nós para falar de nós mesmos*”. Os contos retratam a “realidade” do cotidiano das atividades de policiamento ostensivo, com suas dificuldades, rotinas cansativas e imprevisibilidade de horários.

As afirmações trazem à tona alguns conflitos da relação entre “oficiais” e “praças” e entre as graduações e postos da hierarquia interna. Em estudo anterior (NUMMER, 2005, p. 72), destacou-se que “numa aparente reação à homogeneização que a ideia de *corporação* institui, fazendo de todos seus membros

hierarquicamente legitimados, os *alunos* formam um grupo *nós* em oposição a *eles* [...]”. Essa mesma relação aparece agora na Unidade em que o *nós* são os soldados e, em algumas circunstâncias, os “praças”, que incluiria os sargentos, e eles são os “oficiais”. E da mesma forma que no curso de formação, aqui o *nós* é percebido social e hierarquicamente distante deles, e agrega todos numa mesma condição, superando singularidades. Tal condição envolve as agruras do trabalho de linha, do atendimento direto de ocorrências, do contato diário com o público e com as vicissitudes da profissão.



Figura 15: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 16: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 17: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 18: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 19: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 20: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 21: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 22: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.



Figura 23: Imagem sobre as atividades de Policiamento Ostensivo produzidas por PMs do 22º BPM

Fonte: Interlocutores que aceitaram realizar as imagens.

Essas imagens, que foram selecionadas pelos próprios interlocutores, indicam o que eles consideram mais representativo em sua profissão. Nessa autorrepresentação, percebemos a rotina, as técnicas adotadas no trabalho e a ostensividade do trabalho que foram retratadas nas imagens, mas a imprevisibilidade e o desconhecimento da comunidade sobre sua profissão é o que aparece nos discursos das entrevistas sobre as fotos:

Eu pedi para o sargento tirar essa foto... tem a ver com o nosso cotidiano de abordagens. A gente está fazendo diariamente abordagens nesse local. É um lugar que é muito utilizado para a entrada e saída da cidade. Nesse dia, a guarnição estava com a máquina, daí a gente decidiu registrar por que constantemente a Brigada está neste local. A gente lembra de registrar aqueles momentos no decorrer do dia, da movimentação do deslocamento, a chegada nos locais. E isso é uma coisa que na nossa vida passa despercebido. Tu entras de serviço sem saber o horário, tu vais sair e aquilo que decorre do dia passa despercebido pela rotina, correria... não é rotina de ser a mesma coisa, pois existem ocorrências diferentes no dia a dia... mas a rotina em si de chegar, atender ocorrência, deslocar, voltar para a casa, isso é uma rotina... as ocorrências é que diferem. Inclusive quando tem dias em que a gente vai na delegacia ou no fórum prestar depoimento, a gente tem que captar coisas que aconteceram há mais tempo e que tu não gravou, passa despercebido. São só ocorrências mais graves que tu lembra. Então são tudo coisas assim que tu vive todo dia, mas não pára para pensar, não observa e as pessoas precisam conhecer esta nossa realidade (Nikelson, homem, formado no final da década de 80).

Essa foto mostra uma abordagem de rotina... o colega fazendo segurança. É que em toda barreira assim sempre tem que ter um segurança... pode acontecer alguma coisa não esperada (Ádina, mulher, formada na metade dos anos 2000).

Acho importante colocar isso no teu trabalho: enquanto um revista, o outro fica fazendo segurança. Faz parte das técnicas policiais isso. As pessoas não gostam, mas nós podemos estar correndo risco numa situação assim (Calie, homem, formado no início dos anos 80).

As fotos que eu tirei foram para mostrar para as pessoas que não conhecem nosso trabalho todo o cuidado que precisamos ter com elas, com a gente e com os colegas. Esta foto é a visão que a gente tem do colega quando ele se afasta para fazer uma abordagem; precisamos olhar para ele e para os lados (Aidê, mulher, formada na final dos anos 2000).

Essas falas também demonstram a humanidade do brigadiano, a necessidade de um reconhecimento da pessoa em detrimento do indivíduo público, o que para muitos é esquecido quando as pessoas só “veem a farda”. Nessa relação entre indivíduo e pessoa, a farda é um elemento que despersonaliza, que homogeneiza todos dos policiais militares. Nesses anos de contato com essa população, é comum a queixa de que eles só são gente – o que podemos substituir por pessoa – quando “tombam em serviço”, ou seja, quando morrem no cumprimento do dever profissional. Nos contos apresentados em *O outro lado da farda*, a humanidade do brigadiano diante da dor, do sofrimento e a resignação diante das dificuldades próprias de suas vidas são enfatizadas no tom que o enunciador utiliza para a eficácia simbólica do discurso:

Maria dorme, grávida, oito meses, pés inchados, companheira de todas as horas, faxineira para ajudar no parco soldo. Beija-os em silêncio, suspira resignado e parte para a luta, fechando a porta suavemente para não acordá-los. [...]. Pousa a mão sobre o ombro da companheira, chora copiosamente; o sal de suas lágrimas sulca o rosto esculpido em granito de ébano [...] (ALVES, 2004, p. 56-57).

Carlos não consegue aceitar essa situação [a tentativa de suicídio da esposa por acreditar que a carta que encontrou em seu bolso era do marido para um amante]... Começa a murchar, a perder a esperança e corre o risco de tombar como o velho cipreste da praça que, depois de resistir a temporais, trovoadas, ventos fortes e a todas as forças da natureza, agora está enfraquecido, vulnerável... (RIBEIRO, 2004, p. 63).

É importante destacar que mesmo diante de situações de vida sacrificadas e sacrificantes, os personagens citados acima, no enredo das histórias, voltam a trabalhar nas suas atividades de policiamento, pois é isso que se espera de um “*bom brigadiano*”, que exerça sua função, pois é fundamental na sociedade. Esses enunciados exercem sua função enunciativa enquanto formação discursiva, pois mostram a regularidade de um sistema simbólico associado ao trabalho de policial

militar, mas não a todos os policiais militares, apenas àquele que atende ocorrência, que trabalha na “linha de frente”, do “praça” da Brigada Militar, que exerce atividades diferentes dos “oficiais”. Nesse sistema simbólico, a realidade é a da abnegação, do sofrimento, do heroísmo, da dor, do orgulho, da pobreza e da força para, apesar das dificuldades, continuar a exercer seu trabalho.

Nas charges do soldado Curcio, essas mesmas representações aparecem associadas à falta de reconhecimento da importância da profissão que leva ao descaso do governo em relação aos baixos salários. O tom denunciativo dos baixos salários, considerados insuficientes para a sobrevivência dos soldados e suas famílias, apresenta o “bico”⁶¹, apenas informalmente reconhecido, como uma alternativa de aumento da renda.

⁶¹ Os bicos são atividades remuneradas que o policial exerce fora de seu turno de trabalho. Geralmente, por seus conhecimentos técnicos, os bicos são de segurança de bailes ou estabelecimentos comerciais. Entre o grupo estudado, além desta função, o trabalho de garçom ou garçonete em festas também é bastante frequente.



Figura 24: Charge no Correio Brigadiano

Fonte: Correio Brigadiano⁶²

⁶² O jornal forneceu por *e-mail* as charges que consideraram possíveis de serem publicadas nesta tese, mas não informaram em que edições foram publicadas no periódico.



Figura 25: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 26: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



- NEGO, TROUXE O PERU PARA CEIA DE NATAL?
- TÁ LOUCA, MULHER! A CEIA MAL E MAL DÁ PRA NÓS DOIS
E TU AINDA QUERIA QUE EU CONVIDASSE ESTE TAL DE PERU?

Figura 27: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 28: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 29: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 30: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 31: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 32: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 33: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 34: Charge no Correio Brigadiano
 Fonte: Correio Brigadiano.



Figura 35: Charge no Correio Brigadiano
Fonte: Correio Brigadiano.

Além das questões discutidas acima, nas charges aparece também outra representação corrente dentro da Corporação: a ambiguidade entre o antigo e o moderno, o “veterano” e o “novato”.

A Corporação tem como pressuposto a valorização das tradições e de seus heróis; porém, quando os “antigos” representam ideais ultrapassadas ou que confirmem os estereótipos do policial militar – truculentos, ignorantes e acima do peso –, são fortemente criticados. Os modernos devem ter nos “antigos” exemplos de dedicação, empenho na profissão, superação das adversidades. No entanto, são comuns os relatos em que os “modernos” apontam os “antigos” como aqueles que não mais se dedicam tanto à atividade. É comum definirem o “veterano”, o com mais de 20 anos de serviço, geralmente chamado de “veteranão”⁶³, como aquele que “está só esperando cumprir o tempo”, ou seja, só esperando pela aposentadoria. A relação tácita conflituosa entre os “veteranões” e os “novatos” aparece quando precisam trabalhar juntos.

Os “veteranos” reclamam da falta de experiência e “jogo de cintura” dos novatos, numa referência – que tive várias oportunidades de presenciar – de que “esquece tudo o que aprendeu no curso”, indicando que a realidade na rua é diferente daquela aprendida nas salas de aula do curso de formação. Enquanto isso, os “novatos” reclamam que os “veteranos” os mandam fazer todas as atividades, atender às ocorrências e preencher as documentações, que não dividem as funções e acabam por sobrecarregá-los. Os “veteranos” não tão antigos quanto os “veteranões”, caso tenham uma postura de engajamento com a profissão, paciência de ensinar os mais novos e resultados e comportamento reconhecidos e valorizados

⁶³ Entre os “veteranões”, também estão os CVMIs – Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos – , que são policiais militares que já estão na reserva, que podem voluntariamente retornar às atividades de policiamento com um acréscimo salarial extra para suprir a carência de pessoal, atuando, na região estudada, exclusivamente no policiamento de escolas.

pelos “oficiais”, esses sim são reconhecidos como exemplos a serem seguidos e bons colegas para “tirar serviço”, trabalhar junto.

Importante destacar que em todas as imagens sobre a profissão apresentadas aqui não há nenhuma manifestação das mulheres na Corporação. A imagem ideal que se deseja produzir ainda é de uma atividade masculina. Isso se deve ao fato de a Corporação ainda estar passando por adaptações no que se refere à presença feminina, à divisão sexual do trabalho ainda tácita, em que o homem é melhor para o policiamento ostensivo e a mulher para o administrativo, ao fato de as mulheres concentrarem mais sua *agency* em resistir aos tabus internos de gênero do que na busca de poder, enquanto porta-vozes de uma Corporação hegemonicamente masculina e masculinizada, e, também, ao fato de que muitas delas reproduzem a lógica da dominação, aderindo às regras, às sanções, às incapacidades, às possibilidades como sendo “naturais” (BOURDIEU, 1998).

3.2 “Contatos” e boatos: a *agency* nas táticas das relações pessoais

As análises de De Certeau (1998) sobre as práticas cotidianas, denominadas “maneiras de fazer”, dos sujeitos que recebem o estatuto de dominados nas relações sociais lançam o olhar sobre a criatividade e não passividade destes diante das operações que visam a controlar e organizar o espaço social. Essa mudança de foco nos estudos sobre “cultura popular”, que privilegia as táticas de reapropriação

pelos grupos dominados dos produtos dominantes da sociedade, segue dois pressupostos básicos:

[...]. De um lado, a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar em que atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais. De outro lado, e, sobretudo, a questão tratada se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é seu autor ou seu veículo (DE CERTEAU, 1998, p. 38).

Para o autor, as táticas são séries de procedimentos que, constantemente, se utilizam das referências de um “lugar próprio” para a organização de um “lugar praticado”, ou seja, de um espaço⁶⁴ controlado por estratégias dominantes fundadas sobre um conjunto desnivelado de relações de poder para um espaço condicionado pelas práticas cotidianas do homem comum. Assim, os movimentos táticos que tiram proveito de lugares organizados servem para pensar os diferentes efeitos das relações dos sujeitos com a cultura sedimentada.

Para De Certeau (1998), as táticas afirmam a engenhosidade do fraco como forma de resistência⁶⁵ contra operações que visam controlar e organizar o espaço social. Essa forma de resistência de uma maioria é determinada pelas formas das relações de força desiguais e as margens de manobra determinadas pela situação histórica social, nas quais o homem comum exerce a “arte do fazer”.

O conceito de táticas se aproxima do conceito de *agency* já discutido neste estudo: para ambos, tratam-se de ações mais intencionalizadas e, por isso, criativas,

⁶⁴ Para o autor, lugares representam a ordem na qual se distribuem os elementos nas relações de coexistência, enquanto espaços são os efeitos produzidos pelos diferentes usos dos elementos do lugar. Para compreender essa distinção, o autor apresenta como exemplos a rua, que geometricamente definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelos pedestres, e a leitura, como espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito.

⁶⁵ Uma introdução às críticas sobre a noção de táticas em De Certeau, ver capítulo 1 da obra *Cotidiano e invenção: os espaços de Michel De Certeau*, de Fábio B. Josgrillberg.

capazes de escapar de relações de poder de fortes sobre fracos. Porém, aqui se recorre a De Certeu (1998), por se tratarem de ações que escapam de roteiros estabelecidos e oficializados, auferindo poderes aos fracos, que fogem do controle dos fortes. Para o autor, a criatividade da tática está em saber agir na hora certa, com as pessoas certas e a favor de seus interesses e contra os interesses dos dominantes⁶⁶.

A principal tática utilizada são as relações pessoais que se desenvolvem dentro da Corporação e fora, com pessoas que exercem cargos públicos. As relações pessoais possibilitam burlar regras impostas à maioria, por exemplo, em relação às transferências. Quem são os sujeitos que recorrem a tais táticas? Podemos responder a esta pergunta dizendo que é uma prática tão comum, que todos buscam estabelecer seus “contatos” como forma de capital simbólico⁶⁷ adquirido e que entra em jogo sempre que as trocas sociais são necessárias. Aqueles que ainda não criaram sua rede de “contatos” estão em extremo abandono, provocando solidariedade nos demais, que podem acionar seus “contatos” para, ao incluir o desamparado em sua rede, ampliar seu próprio circuito de apoios. Um exemplo dessa relação fica evidente nas transferências de unidades de serviço. Para que o policial seja transferido de unidade, é necessário:

Art. 3º. As movimentações de que trata este Decreto, em observância ao artigo anterior, efetivar-se-ão pelos seguintes motivos:

I - por promoção, se não houver vaga na OPM em que o servidor policial militar estiver prestando serviço;

⁶⁶ Bourdieu (2001, p. 250) nos chama a atenção para o fato de que “[...] a liberdade de jogo assegurada pelos agentes (que as chamadas teorias da “resistência” se apressam em celebrar, numa preocupação de reabilitação, como provas de inventividade) pode ser a condição de sua contribuição à sua própria exploração”.

⁶⁷ Capital social na modalidade de capital simbólico, pois conquistado através de categorias de percepção que reconhecem sua lógica específica, ou seja, que desconhecem o caráter arbitrário de posse e acumulação (BOURDIEU; WACQUANT, 1995).

II - por motivo de saúde própria ou de dependente do servidor policial militar, devendo tal medida ser recomendada por Junta Médica de Hospital da Brigada Militar, com o indicativo de qual a região do Estado que é propícia ao restabelecimento do interessado ou seu dependente, desde que esta seja a única alternativa de tratamento viável;

III - por inconveniência da permanência do servidor policial militar em determinada OPM ou fração de tropa, que deverá estar claramente reconhecida em Sindicância, IPM ou Conselho de Disciplina ou de Justificação,

IV - por interesse do servidor policial militar;

V - por permuta;

VI - quando o cônjuge do servidor policial militar for servidor público estadual e este for transferido por necessidade do serviço para outro município de domicílio, desde que haja vaga (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

Essas regras podem não ser significativas se o policial tem alguém que o “puxe”, “um contato” na unidade que ele deseja trabalhar. “Um contato” não necessariamente será alguém que terá capitais simbólicos – amizades, prestígio pessoal e/ou familiar, aptidões especiais para outras atividades que não associadas ao trabalho policial – para a troca de favores; pode ser também alguém que apenas fornece informações ou serve de elo na rede ao indicar outro “contato”. Esse novo “contato” nem sempre aceita o papel de concessão de vantagens, inclusive afirmando desconhecer a pessoa que o indicou.

Na negociação para a autorização formal para a pesquisa, um oficial de Lajeado me sugeriu que fosse conversar e me apresentar para um superior hierárquico conhecido seu, que naquela época exercia um cargo importante no Departamento de Ensino em Porto Alegre. Disse-me que ligaria para esse oficial e agendaria um horário para eu conversar com ele e já “adiantaria o assunto”, e quando eu fosse encontrá-lo, afirmasse que era sua amiga de muitos anos. O telefonema aconteceu, pois esse oficial de Lajeado me repassou o horário da reunião, mas quando entrei na sala do seu superior hierárquico em Porto Alegre e me apresentei conforme o combinado, ele afirmou não lembrar quem era “meu amigo” de Lajeado (Diário de campo, julho de 2008).

Um sargento de Lajeado afirmou para um soldado que tinha “um contato” em outra unidade do interior do Estado que poderia lhe ajudar a conseguir uma transferência para aquela região. O soldado estava contando com a ajuda deste “contato do C” e avisava a todos no quartel que logo seria transferido. Passado alguns meses desse boato, perguntei ao soldado sobre sua transferência e ele respondeu que “o contato era furado” e que

tinha levado “bola nas costas” do sargento, pois este havia feito a mesma indicação do “contato” para outro colega seu e este tinha conseguido a transferência, supostamente ocupando a vaga que deveria ser sua (Diário de campo, outubro de 2009).

Um contato “quente” significa maior garantia de que a informação é verdadeira ou de que a troca de favores será efetivada. Geralmente esse tipo de “contato” envolve superiores hierárquicos ou pessoas da mesma graduação, mas com “contatos” com sargentos e “oficiais”.

Nessas relações pessoais, “dever favor para paisano” não é visto como algo positivo, pois muitas vezes este cobra na troca de favores que o policial se arrisque com algum ato ilícito. Na visão de alguns, quando se pede algum favor para alguém que não pertence à Corporação, o policial já sabe que “a volta pode sair mais cara” e que as denúncias da comunidade podem ter efeitos devastadores na carreira, como um PAD.

Presenciei a denúncia de uma moradora de Lajeado sobre a “falta de educação” de um policial que atendeu ao seu chamado. Ela conta que ele gritou com ela e chegou a empurrá-la. No momento da denúncia, a dupla de policiais que atendeu a ocorrência chega ao quartel e ela aponta um deles como o acusado. Instaura-se uma discussão entre a mulher, o policial e o sargento auxiliar responsável pelo grupo que estava de serviço aquela noite. Quando a mulher vai embora, o sargento decide “colocar no papel” a queixa e dá ordem para que o policial volte para o serviço na rua. Durante a madrugada, esse policial retorna ao quartel e conversa com os colegas sobre o que eles acham que vai acontecer com ele em relação a essa queixa. Alguns afirmam que não gostariam de ser chamados para depor nessa sindicância contra o colega, mas que sabem do “passado” da queixante, em que são frequentes as reclamações contra policiais. Um deles chega a sugerir que eles não atendam mais ocorrências na residência dessa mulher. O caso trata-se de uma senhora de uns quarenta anos, negra, moradora do bairro mais carente do município que chamou a polícia por que o companheiro estava ameaçando matá-la. Essas ocorrências são chamadas de “Maria da Penha”, pois envolvem a Lei Maria da Penha⁶⁸ (Diário de Campo, novembro de 2009).

⁶⁸ A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, promulga várias mudanças na legislação brasileira, visando reduzir a violência contra a mulher.

Assim, os “contatos” são uma forma evidenciada de criatividade para romper com a rigidez dos regulamentos disciplinares e deixar de ser indivíduo para se tornar pessoa. Importante destacar que tal rigidez é vista por aqueles que “são brigadianos” como necessária para o controle moral dos policiais, porém, sempre dos “outros” policiais e nunca deles mesmos. Para os que “trabalham na Brigada”, as críticas são constantes pelos excessos cometidos em nome dos regulamentos e pela sua falta de cumprimento tanto por eles mesmos quanto pelos que “são brigadianos”.

Por que os boatos tornam-se uma forma de *agency* entre os policiais militares? Por que eles são responsáveis por colocar em desordem uma lógica disciplinar e hierárquica. As faltas disciplinares quando denunciadas tornam-se, nos boatos, ferramentas nas mãos do denunciador para ganhos secundários e que transcendem a hierarquia formal:

Não sei se denuncio o oficial, não é certo o que ele vem fazendo, mas e se ele pegar no meu pé depois? Vou acabar sendo transferido lá para quem sabe onde (Vespúcio, homem, formado no final dos anos 80).

Denunciei a colega porque aquilo não é comportamento de uma policial, e os oficiais concordaram comigo e disseram que fiz bem em “colocar no papel” o que tinha visto. Os dois colegas que estavam comigo na viatura e viram tudo assinaram também. Ganhei uns pontos com os oficiais, eles “tavam” no pé dela mesmo. Não me arrependo: se fosse eu, ela também teria denunciado [pausa] eu acho (Sitael, homem, formado no início dos anos 90).

A atividade de policiamento ostensivo envolve a experiência diária com situações de violência e exige em determinadas circunstâncias a utilização da força física. É preciso relativizar essa noção de violência quando nos referimos àqueles que têm “o monopólio do uso da força física”, pois determinadas situações escapam de uma perspectiva dominação-vitimização e estabelece-a como forma de

comunicação que confere significado às suas práticas. Assim, o poder que se estabelece nessa relação pode estar representado tanto em homens como em mulheres, tanto em superiores hierárquicos como em subordinados, tanto em civis como em colegas de farda.

Podemos perceber que a violência física, o sofrimento psíquico e humilhações fazem parte do trabalho policial pelo tipo de atividade que exerce. Além disso, más condições de trabalho, como ambiente inóspito, sobrecarga, imposições sociais externas sobre as atividades exercidas e cobranças profissionais além das capacidades físicas e intelectuais, colaboram na incorporação da violência como rotina. A estrutura hierárquica e a disciplina que organizam a Corporação são algumas vezes associadas a abuso de poder, humilhações repetitivas e prolongadas, perseguições profissionais, discriminação, ameaças, críticas à vida privada. Martins (2006), em estudo sobre assédio moral na Polícia Militar da Bahia, destaca que:

É interessante ressaltar que o Assédio Moral pode se manifestar na organização militar por diversas formas, sempre passíveis de acarretar prejuízos diretos à carreira da vítima, tais como o abuso de poder, a restrição de folgas, as escalas de serviço em horários inadequados, os serviços incompatíveis com o posto, e as perseguições, transferências, isolamentos e exclusões dos eventos oficiais e sociais (p.129).

Diante dessas condições de trabalho, os boatos e os desentendimentos entre o grupo são frequentes. Velho (2002), ao analisar a comunicação entre os moradores do Edifício Estrela, no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, relata que um dos meios mais efetivos de comunicação é o boato. O autor define o boato nos termos do *rumour* de Firth: “[...] falar ou informar de coisas que ouviu-se dizer, não expressão original, divulgar ou espalhar tal informação através

do grupo social; afirmativas de base duvidosa ou não verificadas” (FIRTH apud VELHO, 2002, p. 44).

O autor divide o boato em dois tipos: um que envolve problemas pessoais dos indivíduos e outro que envolve problemas relacionados ao prédio. Adotando a mesma divisão no ambiente de trabalho dos policiais militares estudados, o primeiro tipo de boato serve como forma de informar o “tipo de pessoa” que são os colegas, de falar mal de pessoas de quem não se gosta, com quem se teve um desentendimento direto ou quem de alguma forma prejudicou um colega que “não merecia”; o segundo tipo informa sobre os problemas próprios da Corporação como, por exemplo, a reorganização da Brigada, proposta pelo Secretário de Justiça e Segurança José Francisco Mallmann, no governo de Yeda Crusius, em que o CRPO poderia ser fechado e o 22º BPM passaria a ser subordinado ao CRPO com sede em Santa Cruz do Sul. O possível fechamento do CRPO VT gerou boatos sobre transferências, sobre reestruturação do trabalho administrativo, o que levaria alguns policiais a perderem suas “diferenças” de salário para um colega mais antigo e sobre mudanças no Comando do Batalhão.

Nesse segundo tipo de boatos, há um consenso de que todos podem falar com todos sobre esses temas, pois o objetivo é manter-se informado sobre o que pode acontecer e, se for possível, estar preparado para as mudanças. Nesses casos, é fundamental “se agilizar” para ter “uma carta na manga”, seja conversando com “oficiais” e “praças”, “os contatos” sobre a possibilidade de uma transferência para outro Batalhão, seja evitando gastos, pois o salário pode reduzir. Nessas situações, pode-se ratificar que “[...] as pessoas expressam através dos boatos seus receios e inseguranças” (VELHO, 2002, p. 45).

Nem sempre esses boatos antecipam situações prejudiciais a todos. Alguns se referem aos fatos positivos ou à imutabilidade nas condições de vida que alguma mudança na Corporação pode trazer para si, mas sempre há um reforço de que outros serão prejudicados. Nesses casos, geralmente, os prejudicados são considerados aqueles que merecem porque são beneficiados com a situação anterior.

Por exemplo, nos meses de novembro e início de dezembro, os boatos sobre a Operação Golfinho têm destaque sobre os demais. Há insegurança sobre quantos e quando serão convocados para iniciar suas atividades de salva-vidas nas praias. No 22º BPM, são cerca de 20 policiais aptos a serem salva-vidas. Além destes, alguns podem ser chamados, pelo Comando Geral, para reforçar o efetivo do policiamento ostensivo no litoral. A possibilidade de passar quatro meses trabalhando na praia é almejada principalmente pelo aumento do salário com o acréscimo das diárias e pelo *status* do reconhecimento social da atividade de salva-vidas. Os que chegam da praia em março são alvo de piadas e brincadeiras, destacando que no período em que estiveram fora do Batalhão estavam descansando ou de férias. Muitos se defendem contando as ocorrências de salvamento de afogamento que fizeram ou reforçando que ficam mal acomodados em alojamentos ou longe da família.

Estudos sobre violência, em suas múltiplas formas, têm tido destaque no campo de diversas ciências na contemporaneidade. Rifiotis (2006) destaca que a violência implica uma visão de mundo e, por isso, traz consequências especialmente para aqueles que vivenciam sua experiência. O autor afirma que é através de uma abordagem mais próxima dessas experiências que poderemos compreender a pluralidade do fenômeno e sua significação. Nessa perspectiva, aponta que um

possível modelo teórico para o estudo do fenômeno violência deveria levar em consideração a violência enquanto “um elemento instaurador de identidades locais (étnicas, culturais, etc.) e da construção de subjetividades através dos processos de socialização” (p. 8). Assim, o que se identificaria são formas vivenciais de violências e não “a” violência enquanto um objeto reificado e invariante.

Se considerarmos que entre as competências da Brigada Militar, enquanto instituição legal de polícia, estão executar a polícia ostensiva com objetivo de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos, atuar preventiva e repressivamente em caso de perturbação da ordem pública e no gerenciamento técnico de situações de alto risco, precisamos incluir a temática da violência para a compreensão do estilo de vida desses sujeitos.

Sobre a violência enquanto condição do exercício profissional, é fundamental relativizarmos esse conceito no nível dos sentidos simbólicos associados aos tipos de violência cometidos ou sofridos, pois, assim, a violência é compreendida como um fenômeno social, que se apresenta nas relações sociais. Para Minayo e Souza (1993), as diferentes formas de violência aparecem em muitas relações humanas e em variadas intensidades, tornando-nos vítimas e autores de acordo com cada situação. Dessa forma, as experiências de violência são significadas de diferentes maneiras de acordo com o contexto em que ocorrem e o sentido atribuído pelos agentes envolvidos.

Entre os interlocutores, as queixas sobre o clima no trabalho, sobre os boatos, sobre as agressividades entre os colegas e dos superiores hierárquicos superam muito as reclamações sobre as violências vividas no atendimento de ocorrências. Estas últimas são reconhecidas como “fazendo parte” da rotina, e as outras como possíveis de serem prevenidas ou evitadas:

Tu viu que ele gritou feito louco por que estávamos rindo alto aqui dentro da sala. Agora me diz: para que isso? Só para se aparecer. Isso enche o saco da gente, dá vontade de pegar tuas coisas e ir embora (Ermitildes, mulher, formada no final dos anos 2000).

Eu concordo com aquilo que tu já deve ter ouvido: o mal do brigada é o próprio brigada. Sabe por que? Para o cara ganhar uns pontinhos com os oficiais, eles entregam os próprios colegas, por besteira. Ontem tu viu, entregaram o Caliel por que ele estava fumando dentro da viatura, entregam aqueles que depois vão tirar serviço com eles (Makiz, homem, formado no início dos anos 90).

A expressão muito utilizada por eles “o mal do brigada é o próprio brigada” representa também essa ideia. Não se pretende minimizar o sofrimento dos policiais⁶⁹, muito menos desvalorizar atos de violência cometidos por eles no atendimento de ocorrências. Apenas queremos destacar que o que chama atenção é o fato de que entre tantas experiências de violência vividas, as que mais são sentidas e recebem solidariedade dos colegas são aquelas provocadas pelos pares e que, algumas vezes, constituem a estrutura de organização do trabalho dos soldados.

⁶⁹ Para a maioria dos interlocutores, as piores ocorrências, as mais difíceis de serem atendidas e que causam reconhecidamente sofrimento são aquelas que envolvem crianças.

4 “QAP?”⁷⁰: SER OU ESTAR SOLDADO DA BRIGADA MILITAR

Nas minhas horas de folga
... na busca do bem-estar
sou quase igual um “paisano”
mas volto a ser brigadiano
quando toca o celular... (Ten Dilmar – 22º BPM)

Para compreendermos melhor a questão analítica “ser brigadiano” e “trabalhar na Brigada”, é necessário verificarmos algumas ideias que vão nos auxiliar a pensar tal diferenciação.

De acordo com Bourdieu e Waquant (1995), compreende-se que as formações das disposições sociais dos agentes se constituem a partir dos campos sociais pelos quais circulam. O campo da segurança pública pode ser, simplificada e representado no esquema a seguir.

⁷⁰ No Código Q, em forma de pergunta, significa: “*Está na escuta?*”. Entre os interlocutores, significa estar apto ou completo para alguma atividade.

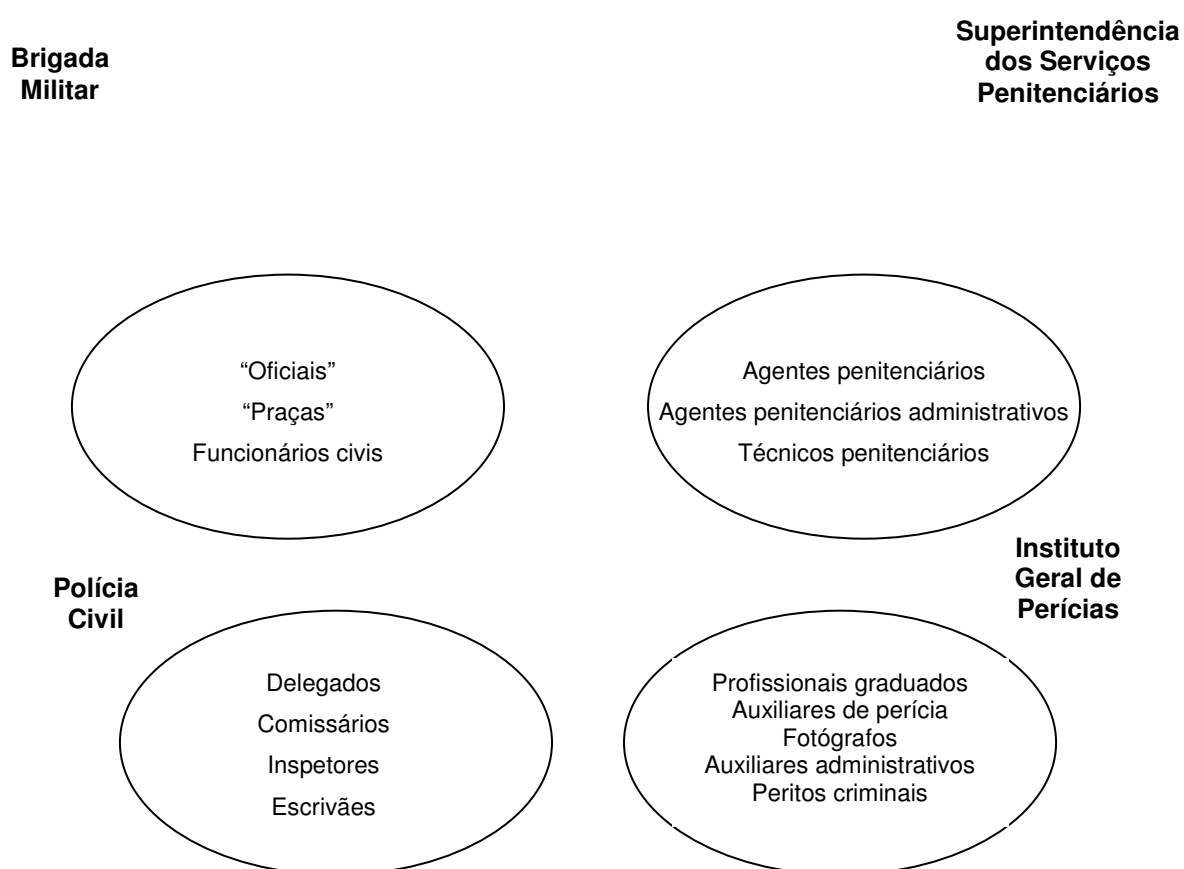


Figura 36: Esboço do campo da Segurança Pública
Fonte: Autoria própria.

A noção de campo em Bourdieu envolve alguns pressupostos básicos: 1) o campo é um microcosmo dentro de um macrocosmo, que seria o espaço social; 2) cada campo possui regras próprias; 3) um campo é estruturado em posições; 4) o campo é um espaço de lutas entre os agentes que o ocupam; 5) as lutas dentro dos campos se constituem em relação à apropriação de capitais específicos do campo, tendo em vista que tal capital é desigualmente distribuído entre os agentes do campo; 6) a distribuição desigual dos capitais dentro do campo é historicamente definida; 7) as ações⁷¹ dos agentes são orientadas pelas suas posições no campo; 8) as ações dos agentes dentro do campo podem ser classificadas em ações de conservação, mais características dos dominantes, e ações de subversão, mais características dos dominados⁷²; 9) a *illusio*, ou também simplificada denominada de interesse ou motivação, que move os agentes no campo são sempre sociais e não podem ser reduzidos apenas a instâncias econômicas; 10) a cada campo corresponde um *habitus* que, por ser incorporado, permite ao agente jogar e acreditar no jogo social próprio daquele campo; 11) associado ao item anterior, pode-se compreender o agente por sua trajetória social, seu *habitus* e a posição que ocupa no campo; e 12) um campo possui uma autonomia relativa, mas suas lutas externas influenciam em suas relações internas (LAHIRE, 2002).

As relações externas ao campo da segurança pública se estendem aos agentes que estão envolvidos no campo como seguranças privadas à comunidade, ao sistema judiciário, a organizações não-governamentais, a movimentos de Direitos Humanos, entre outros. Sem dúvida que uma análise detalhada de tais relações

⁷¹ Aqui temos a noção de estratégia para o autor: ações inconscientes que visam a determinados objetivos sem serem necessariamente concebidas para esse objetivo. São resultados do senso prático incorporado pelos agentes através do *habitus* adquirido pela experiência de participação na vida social. Para uma proposta de atualização do conceito de *habitus* em Bourdieu, ver Setton (2002).

⁷² Para o autor, essa relação pode aparecer nas oposições entre antigos e modernos, sagrados e hereges, reacionários e revolucionários. Sobre essa relação no campo de estudo, ver o capítulo 3.

traria resultados importantes para compreender os contextos de ação e reprodução dos processos de produção e circulação de capitais e um mapeamento do palco de lutas que se constituem no campo. Como a finalidade do estudo não é essa, tal esboço, simplificado, é apresentado com o objetivo de compreender como entre os soldados da Brigada Militar são configuradas as relações entre aqueles que “são brigadianos” e aqueles que “trabalham na Brigada”, reconhecendo que a Polícia Militar se constitui em um subcampo com dinâmica própria e que tal relação é apenas uma das forças ativas no subcampo. Ao pensarmos junto com Bourdieu (1996a) que as práticas nada mais são do que o social incorporado, ou seja, rompendo com fronteiras que distinguem o mental e o social, o individual e o coletivo, podemos compreender melhor que

[...] las estrategias de los agentes dependen de su posición en el campo, es decir, en la distribución del capital específico, así como de la percepción que tienen del campo, esto es, de su punto de vista *sobre* el campo como vista tomada a partir de un punto *dentro* del campo (BOURDIEU; WACQUANT, 1995, p. 68, grifo dos autores).

Essa proposta analítica parte do pressuposto de que a identidade é incorporada e manifestada no *habitus*. Wacquant (2007) especifica as características do *habitus*: a) aptidão social variável através do tempo, lugar e distribuição de poder; b) transferível para vários domínios da prática; c) é durável, mas não eterno; d) é dotado de inércia incorporada, ou seja, o *habitus* produz as práticas após as estruturas sociais que o geraram, e as camadas já constituídas operam como prismas para filtrar novas experiências; e) pode produzir encontros dissonantes entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o atravessam.

Para o autor, a noção de *habitus* congrega princípios de sociação e individuação, porque é simultaneamente estruturado, por meios sociais passados, e estruturante, pelas ações e representações do presente:

[...] sociação porque as nossas categorias de juízo e de ação (*sic*), vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares (assim podemos falar de um *habitus* masculino, de um *habitus* nacional, de um *habitus* burguês, etc.); individuação porque cada pessoa, ao ter uma trajetória (*sic*) e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas (WACQUANT, 2007, p. 38).

Em estudo sobre o boxe, Wacquant (2002) definiu o que denominou de *habitus* pugilístico e demonstrou que a concepção operativa de *habitus* tal como apresentada por Bourdieu, em sua pesquisa proporcionou a compreensão de que para ser pugilista não bastava o domínio individual da técnica, mas sim a incorporação da ética ocupacional do ofício de boxeador.

No entanto, neste estudo pode-se propor a possibilidade da produção social do *habitus* brigadiano, ou policial militar, dadas as especificidades dos contextos históricos e políticos em que se dá a conversão, como um conjunto de disposições reunidas coletivamente por meio de ações pedagógicas durante o curso de formação e depois na prática profissional nas Unidades de Policiamento Ostensivo, além de predisposições sociais adquiridas na família ou no serviço militar obrigatório, para as categorias “ser brigadiano” e “trabalhar na Brigada”. Sabemos que o mesmo *habitus* pode gerar práticas diferentes e, em alguns casos, diametralmente opostas (BOURDIEU; WACQUANT, 1995), e como já foi apresentado, há diferentes formas de sentidos de pertencimento em relação à profissão.

Nesse sentido, de pensar em um *habitus* que possa ser compartilhado tanto nos estilos de vida dos que “são brigadianos” quanto nos daqueles que “trabalham na Brigada”, alguns comportamentos foram referidos pelos interlocutores quando questionados sobre as mudanças sofridas em suas vidas após o ingresso na BM. O enfoque era sempre mais enfático em relação aos aspectos negativos do trabalho policial, como o cansaço, a falta de controle dos horários de trabalho, o preconceito dos antigos amigos:

Agora eu nunca sei quando vou ser escalado. A gente tem um horário mais ou menos fixo, mas pode ser chamado para hora-extra ou para cobrir alguém; daí, se tu tinha alguma programação, já era (Píeres, homem, formado no final dos anos 2000).

Meus amigos acharam graça quando disse que ia fazer o concurso da Brigada, não acreditaram que eu fosse passar, muito menos seguir a profissão. Alguns até se afastaram depois que entrei na BM (Ádina, mulher, formada na metade dos anos 2000).

A noção do risco que a profissão policial militar encerra aparece como parte integrante da profissão, mas sempre na tentativa de minimizar os sentimentos relacionados ao tema e como uma decorrência “natural” do trabalho. Ainda é tabu dentro da profissão assumir medo ou insegurança em relação ao trabalho cotidiano, especialmente entre homens, pois entre as mulheres a emoção, representada no choro, é às vezes até esperada numa clara divisão sexual do trabalho e reforço da lógica de dominação masculina da instituição. Para as mulheres, evitar o choro diante de circunstâncias adversas no atendimento de ocorrências ou entre os superiores hierárquicos é sinal de força. Umas incentivam as outras a “engolir o choro” para não demonstrar fraqueza, numa nítida resistência ao modelo hegemônico que espera que as mulheres sejam emotivas e mais fracas.

“Não chora na frente deles! Se quer chorar, me chama e vai para o banheiro ou para o alojamento!”. Essas recomendações ouvi de Ádina logo que comecei o trabalho de campo e praticamente fui carregada para o banheiro feminino por Jesabel, quando comecei a chorar dentro do quartel ao saber da gravidade da situação de saúde de um de meus interlocutores. Muitas vezes vi e fiquei no banheiro ou no alojamento com minhas interlocutoras; seus choros geralmente vinham acompanhados de sentimento de raiva e de injustiça. Nunca tive a oportunidade de presenciar o choro de meus interlocutores, mas ouvi seus relatos de que choravam de tristeza quando atendiam a determinadas ocorrências, mas mesmo assim “só quando não conseguiam segurar”.

O desconforto psíquico do atendimento das ocorrências é minimizado e apresentado como fazendo parte do trabalho policial:

Hoje encontraram a senhora que estava desaparecida. Me disseram no quartel que o corpo já estava em decomposição e que o Ângelus estava de guarda ao lado do corpo desde as 15h esperando que o IML [...]. Eram 22h quando ele chegou no quartel, logo fui lhe oferecer algum conforto perguntando se estava com fome ou queria conversar. Ele me disse: "não quero nada não, só ir para casa que meu turno já acabou faz horas, mas tive que ficar no meio do mato com o corpo daquela senhora; mas não estou cansado, pude ficar sentado num toco [de árvore] a maior parte do tempo" (Diário de Campo, agosto de 2008).

Entramos numa casa horrível, as crianças chorando, acho que era de fome, mas não dava nem para pegar no colo de tão sujas que estavam. Anota aí no teu relatório [se dirigindo à minha pesquisa] que essa é a realidade do brigada (Vespúcio, homem, formado no final dos anos 80).

Esses relatos de sentimentos que emergem na profissão são reconhecidamente umas das principais mudanças que ocorreram em suas vidas depois que ingressaram na BM; os homens não choravam e as mulheres podiam chorar quando quisessem.

Portar uma arma rotineiramente, dentro e fora de serviço, também é uma mudança significativa no estilo de vida desses sujeitos. Quase todos os interlocutores homens compram seu armamento pessoal⁷³, que geralmente é carregado junto ao corpo, com ou sem coldre, quando não estão de serviço, especialmente aqueles mais novos na profissão ou que acreditam poder precisar do armamento fora do serviço por considerar perigoso andar desarmado. É comum alguns levarem o armamento da BM para casa “em cautela”, ou seja, emprestado, alegando o mesmo motivo. Entre as mulheres, não é comum vê-las armadas fora de serviço. Questionados sobre qual o perigo em andarem desarmados, a justificativa sempre vem associada a se defender, mas também defender outros em caso de presenciarem uma ameaça iminente de agressão física ou assalto.

O fato de transportar uma arma geralmente determina um comportamento muito peculiar do grupo, que é o de ao entrarem e sentarem em uma mesa em algum bar ou restaurante, sempre escolherem ficar de frente para a porta. Várias vezes me esqueci desse detalhe e tive que trocar de lugar depois de sentada, porque “brigada não senta de costas para a porta”. Eles explicam essa opção argumentando que é mais fácil a “ação” caso seja necessário intervirem em um assalto, pois podem olhar quem entra e quem sai do local. Também é comum eles se concentrarem nessa movimentação de entrada e saída de pessoas no local, às vezes muito mais do que na conversa ou na alimentação.

A postura vigilante é incorporada como uma constante tanto para o cuidado de si como dos outros:

⁷³ Uma pistola automática, a mais comum entre os armamentos pessoais, custa cerca de R\$ 2.000,00.

Estávamos num restaurante almoçando quando Stalarius me disse: "Olha lá aquela senhora com a bolsa aberta, espera aí que vou me identificar e avisar ela para tomar cuidado". Fiquei na mesa comendo e pude vê-lo pela janela conversando com uma senhora idosa (Diário de campo, setembro de 2008).

Esse comportamento precavido é também percebido como uma mudança significativa na sua maneira de agir depois do ingresso na BM:

Eu não sabia me cuidar... antes de entrar na BM, já tinha sido assaltado. Hoje, se percebo algo suspeito, posso agir antecipadamente, mas como sei me cuidar, nunca precisei (Calie, homem, formado no início dos anos 80).

O cuidado de si e dos outros, adotado em uma postura de vigilância constante, sem dúvida é uma mudança importante no estilo de vida desses sujeitos, independentemente de sua forma de adesão ao modelo prescritivo de comportamento. Ao adotarem tal postura, fica claro que a profissão exige uma mudança na forma de ver o mundo e a si mesmos e o reconhecimento de que o risco físico é, a partir do ingresso na BM, um fato, muito mais evidente quando estão fardados, pois estão publicizando sua condição, o que os torna alvo de agressões e de cobranças de que ajam para resguardar a segurança dos demais:

Não gosto de viajar fardado, mas quando o dinheiro está curto, que é quase sempre [risos] vou para casa fardado por que daí ganho o vale⁷⁴ e não preciso pagar passagem, mas é ruim porque a gente não pode dormir, tem que ficar de olho na movimentação dentro do ônibus. Se acontece um assalto, nós temos que reagir, ou porque os vago⁷⁵ vão atirar primeiro em nós e para proteger os outros passageiros (Vespúcio, homem, formado no final dos anos 80).

⁷⁴ De acordo com o Projeto de Lei nº 06/99, de 1999, os policiais militares não recebem vale-transporte. Eles precisam estar fardados para usufruir de duas passagens gratuitas por coletivo para se deslocarem de casa para o trabalho e vice-versa, o que é denominado legalmente de trânsito de serviço.

⁷⁵ "Vago" é um termo êmico, uma abreviação de vagabundo, utilizado para identificar aqueles que cometem crimes repetidamente.

A vigilância constante contra possíveis ações de violência física ou necessidade de uso da força é um hábito que o policial desenvolve, por reforço ou por aquisição, durante a vivência na profissão policial militar.

Antes de prosseguirmos, é preciso definir por que estamos adotando a concepção de profissão e não de ofício. Freidson (1995), ao propor um quadro de referência teórico para o estudo das profissões nas ciências sociais, distingue ofício e profissão.

Tabela 3

Diferenças entre profissão e ofício, segundo Freidson

Características	Profissão	Ofício
Tipo de ocupação	Qualificada	Qualificada
Tipo de trabalho	Trabalho especializado reconhecido nas classificações oficiais de ocupações	Trabalho especializado
Posição na classificação da força de trabalho	Elevada	Baixa
Formação	Baseada em conceitos e teorias abstratas	Baseada na experiência e no treinamento prático extensivos
Treinamento profissional	Ocorre fora do mercado de trabalho, em salas de aula e, às vezes, em instalações para a prática, que são segregadas dos locais rotineiros de trabalho	Ocorre tipicamente <i>dentro</i> do mercado de trabalho e é realizado na forma de treinamento no próprio trabalho, nos locais rotineiros onde trabalham os membros do ofício
Ensino	Atividade de tempo integral.	Atividade complementar de trabalhadores selecionados
Relação entre quem ensina e quem é ensinado	A divisão entre quem ensina e quem é ensinado é mais aguçada, pois alguns mestres ocupam uma posição institucionalizada de autoridade cognitiva e não necessitam se envolver na prática da profissão	Mínima distinção entre quem ensina e quem é ensinado dividindo os membros de acordo com a competência e a antiguidade atribuída

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Freidson (1995).

Assim, podemos afirmar que o trabalho das profissões se distingue do trabalho dos ofícios por ser aquele uma especialização criteriosa, teoricamente fundamentada.

Nesse sentido, consideramos aqui a profissão policial militar dadas as especificidades e quantidades de conhecimentos necessários para seu exercício: noções de direito penal, processual, administrativo, leis de trânsito, ambientais, código do consumidor, leis especiais como Maria da Penha, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Técnicas de Policiamento Ostensivo, noções de criminalísticas, primeiros socorros, uso de armamento de fogo, entre outros. Esta é uma profissão cuja formação deve basear-se em preceitos técnicos, independentemente dos modelos de polícia adotados. Segundo Poncioni (2005, p. 589):

Na literatura especializada produzida pelas ciências sociais, pode-se encontrar uma enorme quantidade de modelos atribuídos à polícia: modelo “paramilitar”, “burocrático-militar”, modelo de aplicação da lei (*law enforcement*), modelo de “serviço”, modelo de “polícia comunitária” (*community policing*), entre outros.

Vale salientar que não há modelos policiais puros, unidimensionais, como também não há práticas policiais genuínas e que envolvam uma só dimensão. Um modelo constitui um quadro de referência analítico, que apresenta um conjunto coeso de argumentos acerca do papel, das funções e da missão da polícia, da filosofia de trabalho, da política administrativa adotada e das estratégias e táticas operacionais concebidas pela organização para moldar o comportamento policial numa determinada sociedade, num dado momento histórico.

No percurso da história da polícia, evidencia-se, sobremaneira, que os aspectos vinculados à burocratização e à militarização, com excessivo realce no comportamento profissional e legalista dos policiais, permearam a construção de um determinado modelo policial profissional, que ainda hoje serve de base para a estrutura policial nas sociedades democráticas ocidentais, orientando a organização da polícia, os seus princípios e métodos, desde a aplicação do treinamento, englobando desde a filosofia, a terminologia, a literatura organizacional, até o estilo de policiamento, envolvendo táticas e estratégias, o equipamento utilizado nas operações de policiamento, etc.

Mesmo que entre todos os interlocutores a atividade policial militar seja reconhecida como profissão, há uma evidente distinção entre aqueles que tiveram uma formação mais militarizada e aqueles de formação mais policial:

O que eu me lembro do meu curso? No meu tempo, era milico mesmo. Os instrutores e o material que usávamos eram do Exército. Tinha pagação⁷⁶ de apoio, tinha campo, ficávamos 3 dias no meio do mato, passando fome e frio, correndo feito louco morro acima carregando pedra na mochila. Acordavam a gente de madrugada e tínhamos cinco minutos para colocar o fardamento e nos apresentar ao comandante da tropa, depois podíamos deitar de novo [risos]. Conferiam se usávamos a escova de dente, tinha revista nos armários, olhavam tudo no fardamento se estava no padrão. Eu cortava meu cabelo com gilete, raspava tudo junto quando fazia a barba, para não me complicar; se o comandante conseguisse pegar no cabelo, era porque "tava" comprido, daí era pagação mesmo. Reclamávamos entre nós, mas no fundo gostávamos (Caliel, homem, formado no início dos anos 80).

Claro que temos que saber as regras do militarismo, mas o mais importante "é" as técnicas policiais. "Vamos ser" polícia, não milico. Na hora do tiroteio, de buscar os bandidos no meio do mato, de impedir um assalto, de que adianta tu estar com o coturno lustrado? Claro que para trabalhar na rua deve estar bem apresentado, mas isso em qualquer trabalho. No meu curso quase não teve pagação, mas as provas eram bem difíceis, tínhamos que estudar bastante (Píeres, homem, formado no final dos anos 2000).

Entre os interlocutores temos uma divisão clara entre aqueles que tiveram uma formação voltada mais ao militarismo, com ênfase na doutrinação, na hierarquia e na disciplina, e outros uma formação mais voltada a técnicas de polícia. Em estudo anterior (NUMMER, 2005), destacou-se que a turma estudada, formada em 2000, tinha uma pedagogização mais destacada em termos de disciplina e hierarquia e menos nas técnicas e conhecimentos teóricos necessários à profissão.

Ao presumir a existência de modelo prescrito de comportamentos para viver sendo soldado da Brigada Militar a partir das regras formais estabelecidas nos regulamentos da Corporação, o Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar

⁷⁶ "As *pagações* podem ser ordenadas a um sujeito, a um grupo ou a todos. A *pagação*, quando um oficial define um *paga dez*, ou vinte ou trinta flexões, acontece quando o aluno tem um comportamento inadequado, como rir do colega, chegar atrasado, usar o cabelo 'comprido'" (NUMMER, 2005, p. 87).

do Estado do Rio Grande do Sul e o Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente Lei complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997, e Decreto Estadual nº 42.871, de 4 de fevereiro de 2004, supõe-se que há um modelo central subordinando as possibilidades alternativas. Não se trata de perceber se os sujeitos seguem passivamente regras exteriores a eles. Sem dúvida que esse enfoque foge da perspectiva analítica adotada neste estudo; porém, tais regras devem ocupar o devido valor na compreensão do que se diz e do que se faz, mesmo reconhecendo que essa distância pode ser grande enquanto identidade dos interlocutores estudados. As tensões constantes entre regras gerais e práticas, entre o que se diz e o que se faz, provocam diferentes interpretações das regras oficializadas e oficiais. Há espaços liminares em que a lei é ressignificada, reinterpretada, pois esta só determina uma semelhança formal dos sujeitos aos quais ela se submete.

Os princípios norteadores das organizações militares são a hierarquia e a disciplina, e para que se tenha um parâmetro do que é considerado legalmente como tal, o Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Decreto nº 43.245, de 19 de julho de 2004, o RDBM, estabelece regras para “o comportamento policial militar” dentro e fora das atividades de trabalho:

Art. 1º. [...].

§ 1º. A camaradagem é indispensável à formação e ao convívio entre os integrantes da Corporação, devendo estes primar pela melhor relação social entre si.

[...]

§ 4º. As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os Militares Estaduais, devem ser dispensadas também aos Militares das Forças Armadas e aos Militares Estaduais de outras Corporações.

[...]

Art. 4º. São manifestações essenciais da disciplina e da hierarquia policial-militar:

I - a correção de atitudes;

II - a pronta obediência às ordens dos superiores hierárquicos;

III - a dedicação integral ao serviço;

IV - a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência da instituição;

V - a consciência das responsabilidades;

VI - o respeito à hierarquia entre os servidores militares ativos e inativos;

VII - a rigorosa observância das prescrições legais e regulamentares.

[...]

Art. 6º. Todo Militar Estadual que se deparar com ato contrário à disciplina militar deverá adotar medida saneadora (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Esses parágrafos e artigos exemplificam o que se espera do comportamento do policial. O comportamento é registrado nos “assentamentos”, a ficha profissional do Militar Estadual, “ME” (ANEXO G), em folhas específicas de elogios e punições. Destaca-se, ainda, que no RDBM, o art. 44 está assim redigido: “O comportamento Policial-Militar dos “praças” espelha o seu procedimento *civil e policial-militar* sob o ponto de vista disciplinar” (grifo nosso).

Uma “parte disciplinar”, que é o relato de uma transgressão disciplinar cometida por militar estadual, que pode resultar em Processo Administrativo Disciplinar Militar – “PAD” – e em sanções disciplinares que conseqüentemente vão prejudicar a classificação do comportamento do policial. De acordo com esse regulamento, o comportamento policial-militar do “praça” é assim classificado:

Tabela 4

Comportamento policial-militar e determinantes legais

Comportamento	Determinantes
Excepcional	Quando no período de setenta e dois meses de efetivo serviço tenha sofrido até no máximo uma advertência
Ótimo	Quando no período de quarenta e oito meses tenha sofrido até no máximo uma repreensão ou o equivalente
Bom	Quando no período de vinte e quatro meses tenha sofrido até no máximo uma punição de detenção ou o equivalente
Insuficiente	Quando no período de doze meses tenha sofrido até no máximo uma punição de detenção com prejuízo do serviço ou o equivalente
Mau	Quando no período de doze meses tenha sofrido até duas punições de detenção com prejuízo do serviço ou o equivalente, e mais uma outra punição qualquer

Fonte: RDBM (adaptado).

Destacamos algumas falas dos interlocutores sobre esse tema:

Eu estou no comportamento bom. Também... tenho pouco tempo de Brigada e espero ficar assim, porque quero tentar uma transferência (Ermítildes, mulher, formada no final dos anos 2000).

Meu comportamento? Claro que caiu para mau. Estou aqui preso, 24 horas aqui dentro do quartel, e ainda vou ser parteado por outra coisa (Sitael, homem, formado no início dos anos 90).

As sanções disciplinares em ordem crescente de gravidade podem ser advertência, repreensão, detenção, prisão, licenciamento até exclusão da Corporação. A lista de transgressões disciplinares é composta por 115 ações repreensíveis leves, médias e graves. Destacam-se aqui aquelas que dizem respeito ao comportamento não necessariamente relacionado às atividades profissionais:

I - São consideradas transgressões de natureza leve:

[...];

4. Tornar parte em jogos proibidos ou jogar a dinheiro;

[...];

7. Conversar ou fazer ruídos em ocasião, lugar ou hora imprópria;

8. Fumar em lugar ou ocasião onde isso seja vedado ou quando se dirigir a superior;

[...];

II - São consideradas transgressões de natureza média:

[...];

19. Comparecer fardado a manifestações de caráter político;

[...];

22. Ofender a moral e os bons costumes por meio de atos, palavras ou gestos;

23. Portar-se sem compostura em lugar público;

24. Ser indiscreto em relação a assunto de caráter oficial cuja divulgação possa ser prejudicial à disciplina ou à boa ordem do serviço;

25. Espalhar boato ou notícia tendenciosa sobre ME ou a respeito da atividade policial-militar;

26. Frequentar lugares incompatíveis com o seu nível social e o decoro da classe;

[...];

36. Desrespeitar regras de trânsito, medidas gerais de ordem policial, judicial ou administrativa;

[...];

38. Andar armado, estando em trajés civis, sem o cuidado de ocultar a arma;

39. Concorrer para a discórdia ou desarmonia ou cultivar a inimizade entre camaradas;

- [...];
 III - São consideradas transgressões de natureza grave:
 [...];
 2. Faltar com a verdade;
 [...];
 7. Deixar de comunicar irregularidade que presenciar ou que tiver ciência;
 [...];
 33. Usar expressões jocosas ou pejorativas que atentem contra a raça, a religião, o credo ou a orientação sexual;
 [...];
 36. Participar da gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio;
 37. Fazer uso do posto ou da graduação para obter ou permitir que terceiros obtenham vantagens pecuniárias indevidas;
 38. Utilizar-se de sua condição de Militar Estadual para a prática de atos ilícitos ou que venham em desabono à imagem da Corporação;
 [...];
 43. Fazer uso do cargo ou função policial-militar para cometer assédio sexual;
 [...];
 46. Praticar usura sob qualquer de suas formas;
 [...];
 58. Exercer ou administrar, quando no serviço ativo, a função de segurança particular ou qualquer outra atividade profissional legalmente vedada ou incompatível com a profissão de Militar Estadual ou cause algum prejuízo ao serviço ou à imagem da Corporação;
 [...];
 60. Usar adereços ou similares não condizentes com os preceitos militares;
 61. Deixar de cumprir ordem regulamentar ou legal (RDBM, 2004).

Tais códigos de conduta aparecem nas práticas cotidianas tanto daqueles que “são brigadianos” quando daqueles que “trabalham na Brigada”, no primeiro caso mais como padrão de moralidade e no segundo mais como controle de comportamentos exigidos e cobrados pela profissão:

Ser brigadiano é seguir os regulamentos, ter conduta ilibada, não frequentar lugares que não são adequados à tua posição na comunidade, ter coleguismo, mas não ficar quieto quando vê teu colega fazendo alguma coisa errada (Pieres, homem, formado no final dos anos 2000).

Os regulamentos dizem até como a gente tem que se comportar em lugar público. Tu como professora tem uma lei que diz o que tu pode fazer se for a um baile, por exemplo? E para que a gente vai ser punido se fumar em local proibido se nem os paisanos são? Tem cada coisa... (Stalarius, homem, formado no final dos anos 2000).

É difícil fazer uma cisão clara entre as determinações das leis e a manifestação cotidiana de sua incorporação. Nos cursos de formação, de atualização e pelos “PAD”, constantemente os policiais são lembrados do rigorismo da norma. Nas práticas profissionais “punitivas e educativas” dos PADs, o temor de ser “parteado”, de receber uma “parte disciplinar” funciona como lembrança diária das condutas adequadas àqueles que “vestem a farda”.

Podemos afirmar que existe o reconhecimento de um roteiro público formal que define o que é “ser brigadiano”, ou seja, apresenta os valores da Corporação:

1. Honestidade e integridade em todas as atividades;
2. Probidade e Zelo no trato das coisas públicas;
3. Hierarquia e disciplina nas ações e operações;
4. Ética e virtude nas relações;
5. Dedicção ao Serviço Policial Militar;
6. Respeito irrestrito à Lei e à dignidade humana;
7. Justiça e imparcialidade na solução das demandas;
8. Profissionalismo e sensibilidade, tendo a força da família;
9. Integração às instituições e a comunidade;
10. Camaradagem e autoridade (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Nessa categoria “ser brigadiano”, tal roteiro está inscrito no corpo como a principal possibilidade de agir e estar no mundo. Para fins analíticos, nesse grupo teremos o predomínio de policiais com mais de 30 anos de idade, com formação mais voltada ao militarismo e uma representação de que são policiais “24 horas por dia”. Percebe-se que sua *hexis* corporal⁷⁷ é muito semelhante com ou sem a farda, seus projetos estão mais vinculados à família – um valor importante para a Corporação –, suas origens sociais estão mais próximas das camadas de baixa renda, rurais ou urbanas, de regiões Centrais e de Fronteira do Estado, região de

⁷⁷ Aqui, *hexis* corporal tem o sentido adotado por Bourdieu (1999) de *habitus* incorporado, ou seja, de uma concepção de mundo social incorporada que cria um estilo particular de cada grupo de se relacionar com o corpo.

quartéis e com poucas possibilidades de empregos pelo pequeno desenvolvimento da indústria e do comércio. Suas concentrações de capitais também são mais associadas aos aspectos simbólicos da profissão.

Segato (2006), ao discorrer sobre as relações de universalização dos Direitos Humanos e relativização da Antropologia, faz uma clara distinção entre lei, moral e ética. Define a lei como um sistema de normas promovido por um “ato deliberado e racional do contrato e da promulgação por parte do grupo que controla os mecanismos de ratificação das leis” (p. 220). A moral é vista como um sistema de normas baseado na tradição e no costume. Esses dois sistemas, como repertórios de normas, interagem numa mesma sociedade, não sem ambiguidades e inconsistências em ambos. Já a ética, que a autora denomina de impulso ou pulsão, seria um terceiro princípio para uma concepção de justiça, distante tanto da moral como da lei:

Refiro-me aqui ao impulso ou *desejo* que nos possibilita, habitemos aldeias ou metrópoles, contestarmos a lei e nos voltarmos reflexivamente sobre os códigos morais que nos regem para os estranharmos e os considerarmos inadequados e inaceitáveis (SEGATO, 2006, p. 222, grifo do autor).

Podemos compreender a reflexão ética como um espaço de *agency* do sujeito, em que, emaranhado em valores culturais tradicionais e aprendidos na profissão e nos regulamentos internos, elabora criativamente suas práticas culturais. Recorrendo à distinção de Geertz⁷⁸ sobre padrões para o comportamento e padrões de comportamento, a autora afirma que é nos padrões de comportamento, aqueles que não automatizam as condutas e que permitem ações a partir de uma reflexão

⁷⁸ Em Geertz (1989).

crítica sobre os moldes que nos levam a agir, que exercemos certa liberdade e autonomia:

Olha, eu sou brigadiano, brigadiano mesmo, de família de brigadiano, mas meu pai bebia e eu ia comprar bebida para ele quando era criança, senão apanhava [risos]. Na fronteira, cidade pequena, éramos conhecidos de todo mundo, eles me vendiam no bar, mesmo eu sendo criança. Por isso hoje não posso com bebida, se bebo me comporto mal e daí posso me incomodar aqui [na BM] (Nikelson, homem, formado no final dos anos 80).

Se eu for ver mesmo, já descumpri os regulamentos, mas são tantas coisas que não pode que às vezes a gente nem lembra (Vanderluz, mulher, formada na metade dos anos 2000).

Tem muita coisa importante nos regulamentos; se não for assim, os brigadas novos tem dificuldade de impor respeito, e respeito se impõe pelo exemplo, não achas? (Makiz, homem, formado no início dos anos 90).

Sobre a lei, a autora destaca a importância pedagógica do discurso normativo da lei: "É importante também perceber a importância pedagógica do discurso legal que, por sua simples circulação, é capaz de inaugurar novos estilos de moralidade e desenvolver sensibilidades éticas desconhecidas" (SEGATO, 2006, p. 219).

Lembramos que "ser brigadiano"⁷⁹ e "trabalhar na Brigada" são modelos analíticos construídos através da análise de diferentes formas de adesão a uma identidade profissional, diferentes níveis de adesão ao comportamento prescrito e origens sociais diferenciadas. A denominação das categorias faz parte da autoidentificação nativa utilizada no contato com "os de fora". Importante destacar que ainda existe a autoidentificação "ser policial militar", também incorporada no discurso da mídia que se refere aos soldados como policiais militares, enquanto às

⁷⁹ Alguns utilizam o termo "brigada" para se autodefinir: "eu sou brigada". Essa definição não está associada a uma identificação com a corporação como um todo, pois geralmente nesses casos utiliza-se o termo "família brigadiana". Parece ser mais uma alternativa para não adotar o termo brigadiano, tendo em vista que este algumas vezes pode ser pejorativo, como já comentado anteriormente.

demais graduações ou postos refere-se ao nível hierárquico. “Ser policial militar” não pode ser considerada uma terceira categoria analítica, pois nela se encontram tanto aqueles que vamos classificar aqui como “brigadianos” como aqueles que “trabalham na Brigada”. Assim, aquela é uma categoria mista que incluiria tanto um grupo quanto outro.

Há, sem dúvida, um corte geracional, com um número maior de “brigadianos” entre os “veteranos” com mais de 10 anos de Corporação. Isso não significa que entre os “novatos” não existam aqueles que “são brigadianos”, pois esses sentidos de pertencimento à profissão não são determinados exclusivamente pelo “tempo de serviço”. Estes geralmente apresentam uma adesão, no sentido de valorização e incorporamento do comportamento prescrito, que não representa um modelo hegemônico, e sim um tipo idealizado.

Concomitantemente, há outros roteiros públicos *êmicos* que atribuem diferentes significados ao roteiro formal, com papéis significativos na elaboração das identidades desses sujeitos. Nenhum dos roteiros é exclusivamente determinante dos estilos de vida. Existem possibilidades heterogêneas de viver sendo brigadiano, especialmente se outros sentidos de pertencimento estão compondo as identidades.

Na categoria “trabalhar na Brigada”, teremos o predomínio de um grupo de profissionais mais jovens, com escolaridade mais alta, mais questionadores da estrutura e dos valores da profissão, cuja possibilidade de “seguir carreira” raramente é vista como uma opção entre seus projetos de vida. Sua *hexis* corporal foi adestrada no curso de formação, e a farda é um índice simbólico sem o qual muitos não conseguem mantê-la. Suas origens sociais são mais próximas às camadas urbanas de baixa renda oriundas do próprio Vale do Taquari, do Vale do Rio Pardo e das regiões Centrais e de Fronteira.

O esquema apresentado abaixo procura dar conta, didaticamente, do modelo analítico adotado:



Diminui o número de soldados que aderem à identidade profissional prescrita 	Período de formação no curso de soldados	Identidade profissional	Sexo	Aumenta o número de mulheres na profissão 
	Final da década de 80	Brigadianos	Masculino	
	Anos 2000	Trabalham na Brigada	Feminino	

Figura 37: Esboço do modelo analítico construído em relação ao período de formação e sexo

Fonte: Autoria própria.

É possível percebermos que diminui o número de soldados que aderem à identidade profissional prescrita na medida em que eles se formam no curso de soldados, assim como aumenta o número de mulheres na Corporação com o passar dos anos. O número de mulheres que negociam com a identidade de “ser brigadiano” também diminui com o passar dos anos, tendo em vista que elas constroem seus espaços dentro da profissão sem precisar recorrer à identidade prescrita, eminentemente masculina⁸⁰. Apenas para fins de esclarecimentos dessa última afirmação, destaco como uma soldado com mais de 15 anos de profissão comparou seu ingresso com as colegas mais jovens:

Quando eu entrei, para ter respeito dos colegas, tive que fazer tudo que eles fazem... preciso te confessar que só depois que bati num vago é que eles começaram a me achar operacional e não reclamaram mais de ter que tirar serviço comigo. Hoje é diferente... os guris até acham bom tirar serviço com as mulheres porque passam para elas o preenchimento da documentação e tem muitas que aceitam isso, mesmo sendo veteranas dos colegas homens (Fenesi, mulher, formada no final dos anos 80).

Várias vezes, na preparação em quartel para as operações, presenciei a negociação das atividades em que as funções foram claramente definidas em função do sexo do profissional, cabendo às mulheres atividades consideradas mais leves, como dirigir a viatura ou preencher a documentação. Além disso, o número de mulheres nas atividades administrativas é maior do que nas atividades de policiamento ostensivo, lembrando que dado à falta de efetivo, estas também exercem atividades de policiamento em casos especiais.

A representação de que a mulher é “fraca” para o policiamento ostensivo é menos frequente do que na Academia, durante o curso de formação. Ao exercer as atividades de linha, os homens preferem ter uma colega a “tirar serviço” sozinhos,

⁸⁰ Para mais detalhes sobre a relação de gênero dentro das instituições militares, ver: Nummer (2005), Pruvost (2007) e Soares e Musumeci (2005).

embora reconheçam que precisam ter “um cuidado maior” com a segurança do colega se ele for mulher. Nesse sentido, a preocupação se assemelha muito às situações em que o colega é “novato”. No 22º BPM, é comum uma mulher “veterana” acompanhar colegas homens “novatos”, mas a lógica preeminente nesses casos é da mulher na função protetora e pedagógica, pois são casos de atividades de policiamento mais “tranquilas”, que provavelmente não envolverão situações de confronto físico. Aquelas que se consideram “operacionais” sentem-se orgulhosas quando seu trabalho é valorizado nesse sentido, mas é importante destacar que sempre estão acompanhadas de colegas homens e que estes reconhecem sua importância porque “precisamos das mulheres para revistar mulheres”, como se sua função no grupo se limitasse a aspectos legais supervisionados por colegas homens.

Longe de estabelecer uma tipologia de estilos de vida distintos, o objetivo deste capítulo é compreender como se elaboram práticas sociais e as formas como estas estão relacionadas a profissão. Para Chaney (1996), estabelecer tipologias de estilos de vida é uma tarefa improdutiva por duas razões: a primeira é que, na modernidade, assim que se consegue estabelecer tal tipologia, ela se torna obsoleta, e a segunda é que dessa forma é possível estabelecer tendências sociais, mas não a reflexão sobre o funcionamento de identidades em novos modos de associação social. Por isso, o autor utiliza as noções de lugares e estratégias para definir sua visão sobre os estilos de vida:

Sites, not because they are necessarily identifiable places in a physical environment, but because they are physical metaphors for the spaces that actors can appropriate or control. And strategies because, as we have seen, lifestyles are best understood as characteristic modes of social engagement, or narratives of identity, in which the actors concerned can embed the metaphors at hand. Sites and strategies then because lifestyles

are creative projects, they are forms of enactment in which actors make judgements in delineating an environment (CHANEY, 1996, p. 92).

4.1 “Para ser brigadiano tem que gostar”: a influência do modelo de comportamento prescrito nos estilos de vida entre aqueles que “são brigadianos”

“*Para ser brigadiano tem que gostar*” é uma expressão que não está associada à ideia de um dom para o exercício da profissão: “é algo intangível à intervenção, como uma espécie de natureza da qual se dispõe, mas não pode ser totalmente manipulada” (DAMO, 2008, p. 141), muito menos à capacidade do treinamento, ou seja, da formação no curso de soldados, para que o sujeito “apre(e)nda” o *métier*. Em termos nativos, as aptidões constitutivas desse “gostar de ser brigadiano” parecem ser construídas na lida do dia-a-dia, muito mais com as dificuldades e os ganhos simbólicos associados ao trabalho. O jargão que quase todos os interlocutores contaram ter ouvido dos “veteranos” quando eram “novatos”, “esquece tudo que tu aprendeu no curso”, reforça essa lógica:

Para ser brigadiano tem que gostar. Tem que gostar do militarismo, de atender as pessoas nas piores situações da vida delas, ter controle diante das ofensas que a gente ouve e manter a calma. É um trabalho estressante, ou porque tem muita ocorrência, ou porque às vezes não tem nada para fazer [risos] (Sitael, homem, formado no início dos anos 90).

Para ser brigadiano tem que gostar. Gostar de ajudar pessoas, porque quando elas te procuram, é por que precisam. Todos os trabalhos têm dias bons e ruins; claro que no nosso é considerado bom quando a gente consegue ajudar alguém que está em desgraça [risos], mas fora de brincadeira... brigadiano gosta de atender ocorrência, se o dia está muito

parado, parece que é mais cansativo (Makiz, homem, formado no final dos anos 90).

Para ser brigadiano tem que gostar. Tem algumas coisas que às vezes dá vontade de parar, a gente trabalha com o pior da sociedade, depois de todo serviço a justiça solta, sabe como é. Quando alguém vem agradecer ou elogiar, a gente tem que dizer: “não precisa agradecer, é nosso dever”, mas dá vontade de dizer: isso mesmo, tem que mais é que agradecer [risos]. Quem não gosta de ser elogiado? (Aidê, mulher, formada no final dos anos 2000).

Em termos analíticos, podemos explicar essa expressão pelos capitais sociais, herdados de origem familiar, e simbólicos, adquiridos diante da publicização e subsequente reconhecimento no município de sua condição de policial militar. Os interlocutores que se identificam com “ser brigadiano” têm parentes, geralmente da família nuclear, que são ou foram “praças”, ou tiveram uma passagem pelo Exército, através do serviço militar obrigatório, com desejo de seguir carreira, “engajar”⁸¹, mas não conseguiram ficar. Entre aqueles que vieram das regiões de fronteira do Estado, onde existem unidades do Exército, não é incomum o reconhecimento do trabalho militar como “sonho de infância”:

Sempre via o pessoal fardado na cidade mesmo, achava que eram pessoas importantes. Por isso, sempre tive amor pela farda, pelo que eu acho que ela representa: honra, dignidade, respeito. As pessoas da minha cidade respeitam muito quem está de farda. Aqui também respeitam, mas é diferente. Não sei te explicar por quê (Vanderluz, mulher, formada na metade dos anos 2000).

Essa interlocutora está se referindo à distinção entre a farda das forças Armadas e o que ela representa em cidade onde o número de militares é grande devido à presença dessas unidades e a farda da Brigada. Mesmo sendo força auxiliar do Exército, por ter um papel social eminentemente repressivo, o imaginário

⁸¹ Ser efetivado como servidor do Exército, na posição de soldado. Sobre as origens sociais dos homens que prestam serviço militar obrigatório e desejam “engajar”, ver Aquino (2004).

social associado a cada uma delas acaba sendo diferenciado para a população, mais acolhedor, afetuoso e cordial em relação às forças Armadas e mais inóspito, frio e apreensivo em relação à Brigada.

Todos os interlocutores ingressaram na BM entre os 18 e 24 anos, e a maioria já exercia atividade remunerada na cidade ou na agricultura familiar antes do ingresso. Em estudo anterior, Nummer (2005), destacou-se que aqueles oriundos de famílias em que os pais eram policiais militares percebem a escolha da profissão de policial militar como tendo uma influência familiar. Muitos afirmam “gostar da Brigada”; isso significa honra em usar a farda, “ajudar” as pessoas, a estabilidade e o companheirismo entre os colegas. Este companheirismo que agora aparece como algo positivado retoma ao ideal da “família brigadiana”, que aparece nas frases constantemente repetidas: *Nós somos como uma família. Fez para um é como se tivesse feito para todos. A Brigada é uma grande família. Pode chegar em qualquer lugar, se disser que é colega, todos os brigadas te ajudam.* Por ser um emprego público, a estabilidade aparece como segunda explicação, diferentemente do que ocorre com aqueles que não têm familiares ligados às organizações militares, em que esta aparece como primeira opção, já que para estes a estabilidade é reforçada com a baixa escolaridade: *Todo mundo reclama, o salário até poderia ser melhor mesmo, mas que emprego que exige só segundo grau paga isto que gente recebe?.*

As atividades de lazer entre esse grupo analítico se concentram muito na família, na igreja, nas compras no centro da cidade. Muitos recriminam colegas que frequentam locais de lazer, bares e alguns salões de baile considerados não apropriados para a profissão:

Ainda em quartel, quando Calie estava esperando para ser dispensado de seu turno de serviço, pedi para ele me levar ao baile que eles estavam combinando de ir naquela noite, era uma sexta-feira. Ele só me olhou de canto e respondeu: "Não". Eu insisti, dizendo que não conhecia aquele salão e que não ia ficar grudada nele a noite inteira, só queria uma carona. Ele me disse que ia ficar preocupado comigo se eu fosse com ele, que ia ficar me procurando toda hora e não ia se divertir. Disse que sabia me cuidar que ele não precisava se preocupar, que se eu precisasse dele eu mesma o procuraria. Diante de minha insistência, ele concordou, mas nesse instante Vespúcio entrou na sala e disse: "Onde tu vai levar ela?". Calie respondeu e recebeu uma repressiva: "Lá não é lugar nem para ti que é brigadiano, quanto mais para ela". Perguntei sobre por que não era lugar para mim e ambos me responderam que era um ambiente que "dava" muita briga e era frequentado por "todo tipo de gente", inclusive bandido, e silenciámos sobre o assunto (Diário de Campo, julho de 2009).

Os amigos geralmente não aparecem nas falas e, quando aparecem, são colegas de profissão, mas que raramente se visitam ou fazem atividades de lazer juntos. Viajar para visitar os parentes ou recebê-los em sua residência é o principal projeto para as férias. Em períodos de folga, muitos reforçam a ideia de que a programação é "descansar e ficar com a família". Nesse caso, os passeios no centro da cidade para as compras em famílias são comuns. Entre os casados, as festas preferidas são os jantares bailes; entre os solteiros, os bailes nos salões da região:

Nós só vamos em jantar baile, é mais familiar, dá até para levar as crianças (Angelus, mulher, formada no final dos anos 2000).

Eles vivem me convidando para ir lá naquele salão de baile, mas não acho que é lugar para a gente que é brigadiano, então vou neste daqui mesmo... O problema daquele lá é que dá muita briga, muita gente bêbada, as mulheres vão com umas roupas quase peladas (Menadel, homem, formado no início dos anos 2000).

Este grupo é o que mais frequenta as atividades de integração programadas por membros da Corporação e geralmente realizadas dentro da unidade, no "galpão". São jantares algumas vezes para os policiais, em outras abertos aos familiares, em que as apresentações dos colegas ou o aparelho de som tocam músicas do tradicionalismo gaúcho ou sertanejas românticas, canções que exaltam o amor às tradições do campo, da lida rural do gaúcho ou intrigas de amor.

É importante destacar que muitos desses interlocutores viveram as atividades rurais e mantêm algumas tradições, como o uso da pilcha⁸² ou partes dela, geralmente bombacha e alpargatas, durante seus períodos de folga. Entre as mulheres, não é incomum encontrar aquelas que afirmam ter participado de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), geralmente em grupos de dança ou acompanhando a família. Trechos do Diário de Campo mostram o estranhamento pelo fato de eu não cantar as músicas apresentadas por um grupo de “veteranos” em um jantar realizado no “galpão”:

Estava sentada ao lado de Aidê assistindo à apresentação de gaita e violão de dois veteranos quando ela me disse: "Não está cantando por quê?". Respondi que não conhecia a letra das músicas. Ela me disse: "Nunca foi a um CTG?". Respondi que não. Ela, curiosa, continuou a me questionar: "Não sabe dançar, então? Nunca usou um vestido de prenda? Como?". Diante de minhas negativas, acabou me dizendo: "Lá na minha terra, tu seria estrangeira [risos]. Um dia te levo para tu ver como é um baile tradicionalista, vai aprender as músicas e ver como são bonitas as letras, dá até vontade de chorar, um orgulho, sabe?" (Diário de Campo, setembro de 2009).

⁸² Pilcha é a designação para a roupa do tradicionalismo gaúcho. Nos homens, é composta por bombacha, camisa, lenço no pescoço, bota, chapéu de aba larga, entre outros adereços; nas mulheres, por vestido de prenda e seus assessórios.

Guri

César Passarinho⁸³

Das roupas velhas do pai queria que a mãe
fizesse
Uma mala de garupa e uma bombacha e me
desse
Queria boinas e alpargatas e um cachorro
companheiro
Pra me ajudar a botar as vacas no meu
petiço sogueiro
Hei de ter uma tabuada e o meu livro querer
ler
Vou aprender a fazer contas e algum bilhete
escrever
Pra que a filha do seu Bento saiba que ela é
meu bem querer
E se não for por escrito eu não me animo a
dizer (Bis)

Quero gaita de oito baixos pra ver o ronco
que sai
Botas feitiço do Alegrete e esporas do Ibirocaí
Lenço vermelho e guaiaca compradas lá no
Uruguai
Pra que digam quando eu passe sai igualzito
ao pai
E se Deus não achar muito tanta coisa que
eu pedi
Não deixe que eu me separe deste rancho
onde nasci
Nem me desperte tão cedo do meu sonho de
guri
E de lambuja permita que eu nunca saia
daqui (MACHADO; SILVA FILHO, 1993).

⁸³ As canções apresentadas neste capítulo têm vários intérpretes. Os aqui apresentados foram aqueles citados pelos interlocutores.

Ala pucha tchê

Os Farrapos

(Ala pucha, tchê, não se assustemo
Que no perigo a bala vem nós se
abaixemo
Ala pucha, tchê, não se assustemo
Que no perigo a bala vem nós se
abaixemo)
Se a bala vem por baixo, eu salto pra cima
Se a bala vem por cima, me atiro pra baixo
Se a bala vem no meio, eu rolo pra
qualquer lado
E saio dando pulo mais do que tatu
faqueado
Se me apontarem um revólver este
gaudério nem liga
Mas se puxarem uma faca, me dá um frio
na barriga
Não entro numa briga querendo me divertir
Dou um boi pra não entrar e uma tropa pra
não sair
Tratar bem não é ter medo, dizia um velho
ditado
Eu não nasci de susto, portanto não sou
assustado
Procuro me defender quando a coisa fica
feia
Não corro sem ver do quê, não tá morto
quem peleia
Respeito todo mundo, gosto de ser
respeitado
Me orgulham amizades, por onde tenho
passado
Faço amor, não faço guerra porque sou
homem de bem
Tenho amor por essa terra e o povo que
quero bem (SILVA, 1987).

Canto Alegretense

Os Serranos

Não me perguntes onde fica o Alegrete
Segue o rumo do teu próprio coração
Cruzarás pela estrada algum ginete
E ouvirás toque de gaita e violão
Prá quem chega de Rosário ao fim da
tarde
Ou quem vem de Uruguiana de manhã
Tem o sol como uma brasa que ainda arde
Mergulhado no Rio Ibirapuitã
Ouve o canto gauchesco e brasileiro
Desta terra que eu amei desde guri
Flor de tuna, camoatim de mel campeiro
Pedra moura das quebradas do Inhanduy
E na hora derradeira que eu mereça
Ver o sol alegretense entardecer
Como os potros vou virar minha cabeça
Para os pagos no momento de morrer
E nos olhos vou levar o encantamento
Desta terra que eu amei com devoção
Cada verso que eu componho é um
pagamento
De uma dívida de amor e gratidão
(FAGUNDES, 1994).

Telefone Mudo

Milionário e José Rico

Eu quero que risque meu nome da sua
agenda
Esqueça meu telefone, não me ligue mais
Porque já estou cansado de ser o remédio
Pra curar o seu tédio
Quando seus amores não lhe satisfazem

Cansei de ser o seu palhaço
Fazer o que sempre quis
Cansei de curar sua fossa
Quando você não se sentia feliz

Por isso é que decidi
O meu telefone cortar
Você vai discar várias vezes
Telefone mudo não pode chamar
(CARREIRO, 2006).

Boate Azul

Trio Parada Dura

Doente de amor procurei remédio na
vida noturna
Com a flor da noite em uma boate aqui
na zona sul
A dor do amor é com outro amor que a
gente cura
Vim curar a dor desse mal de amor na
boate azul
E quando a noite vai se agonizando no
clarão da aurora
Os integrantes da vida noturna se foram
dormir
E a dama da noite que estava comigo
também foi embora
Fecharam-se as portas, sozinho de
novo tive que sair
Sair de que jeito,
Se nem sei o rumo para onde vou
Muito vagamente me lembro que estou
Em uma boate aqui na zona sul
Eu bebi demais
E não consigo me lembrar sequer
Qual era o nome daquela mulher
A flor da noite na boate azul
(SIVIÉRO,1984).

O Menino Da Porteira

Sérgio Reis

Toda vez que eu viajava pela Estrada de Ouro Fino de longe eu avistava a figura de um menino que corria abrir a porteira e depois vinha me pedindo:

– Toque o berrante seu moço que é pra eu ficar ouvindo.

Quando a boiada passava e a poeira ia baixando,

eu jogava uma moeda e ele saía pulando:

– Obrigado boiadeiro, que Deus vai lhe acompanhando

pra aquele sertão afora meu berrante ia tocando.

Nos caminhos desta vida muito espinho eu encontrei, mas nenhum calou mais fundo do que isso que eu passei

Na minha viagem de volta qualquer coisa eu cisme

Vendo a porteira fechada o menino não avistei.

Apeei do meu cavalo num ranchinho à beira chão

Vi uma mulher chorando, quis saber qual a razão

– Boiadeiro veio tarde, veja a cruz no estradão!

Quem matou o meu filhinho foi um boi sem coração!

Lá pras bandas de Ouro Fino, levando gado selvagem, quando passo na porteira até vejo a sua imagem

Seu rangido tão triste mais parece uma mensagem

Daquele rosto trigueiro desejando-me boa viagem.

A cruzinha no estradão do pensamento não sai

Eu já fiz um juramento que não esqueço jamais

Nem que meu gado estoure, e eu precise ir atrás

Neste pedaço de chão berrante eu não toco mais (LUIZINHO; VIEIRA, 1996).

As músicas tradicionalistas gaúchas celebram o culto às tradições do gaúcho do campo ressemantizado pelo movimento tradicionalista gaúcho⁸⁴. Já as músicas sertanejas de primeira geração são características pelos temas de amor entre homem e mulher e também de saudade do campo, da vida rural, de outra forma de amor, do homem por sua terra natal. Essas canções fazem parte do gosto musical dos interlocutores, pois enfatizam valores morais amplamente reconhecidos: constituição de família, valorização do local de nascimento, coragem, dedicação, enfim, ressaltam uma identidade de pertencimento que a profissão apenas reforça ao valorizar a tradição, a relação com a história do Rio Grande do Sul, a dedicação e a coragem. É preciso lembrar que essa é a única profissão em que o juramento na formatura de soldados termina com a frase “mesmo com o risco da própria vida”.

O salário é utilizado para os gastos com a casa, o carro e/ou a moto, as viagens para visitar os parentes, os custos com a família atual e a pensão alimentícia dos filhos de casamentos anteriores. Todos os interlocutores exercem outras atividades remuneradas, os “bicos”, que legalmente são proibidos, mas amplamente conhecidos. Eles reconhecem que só os “bicos” não são suficientes para manter as despesas, mas mesmo aqueles cujas esposas ou maridos trabalham buscam complementação da renda em atividades de segurança privada em bailes ou estabelecimentos comerciais, como garçons de bailes, ou mesmo em empregos secundários, como instrutores dos Centros de Formação de Condutores, os CFCs, para habilitação de motoristas.

Os projetos de vida são a construção da casa própria, a aquisição ou a troca de carro, garantir para os filhos que desejarem que consigam fazer um curso superior. Questionados sobre os filhos desejarem seguir suas carreiras, a maioria

⁸⁴ Sobre o Movimento Tradicionalista Gaúcho, ver, por exemplo, Oliven (1991) e Maciel (1999).

responde que será uma escolha possível, mas que eles lhes garantirão possibilidades de trabalhar em outras atividades. Dessa forma, reaparece em suas falas que a escolha pela Brigada foi de alguma forma a opção que tiveram dentro do campo de possibilidades: seguir as atividades de baixa renda dos avós e dos pais – agricultores, ferroviários, pequenos comerciantes –, fazer carreira no Exército ou procurar outras atividades na cidade, de acordo com suas aptidões e escolaridade. São muito frequentes segundos e terceiros casamentos.

O casamento enquanto constituição de uma família é muito valorizado, e o primeiro geralmente acontece antes dos 25 anos. Os filhos também nascem cedo, como parte da constituição de uma família nuclear, e muitas vezes são vistos como um investimento social:

Eu e Aidê estávamos saindo do prédio onde moro e encontramos com seu colega Beltrano, que não trabalha mais em Lajeado e não sabia que ela estava grávida. Ele perguntou para quando era o bebê e acrescentou: "mais um brigadiano". Antes mesmo dela responder, ele disse: "Não! Tu vais dar estudo para este aí". Ela começou a rir e disse: "Claro. De brigadiano já basta a mãe". Os dois riram e ela respondeu que o bebê nasceria no final do ano (Diário de campo, junho de 2009).

A maioria dos interlocutores não deseja que os filhos sigam sua profissão. Alguns percebem que estão se esforçando para que os filhos adquiram um nível de escolaridade maior do que eles, considerado necessário para ascender socialmente. Perguntados se estão preocupados pelo fato de a profissão ser de risco, afirmam que isso não é o mais importante e reforçam que gostariam que os filhos tivessem profissões mais valorizadas socialmente e que façam faculdade.

Questionados sobre o que teriam feito de diferente se tivessem a oportunidade de mudar suas histórias de vida antes de ingressar na Brigada, são

unânicos em responder que teriam estudado mais. Nesse sentido, o capital escolar aparece como “a” alternativa, que foi deixada para trás, nas suas explicações, porque precisaram começar a trabalhar cedo e “se acomodaram”. Porém, muitos reconhecem que não teriam conseguido, se tivessem escolhido outro caminho, os ganhos sociais e o capital simbólico que adquiriram com a profissão:

As pessoas te respeitam por que tu é brigadiano, claro que antigamente mais, mas mesmo hoje elas te ajudam, principalmente os que conhecem nossa realidade, te oferecem um trabalho extra, um lugar para morar, facilitam para tu pagar tuas dívidas. No fundo elas sabem que podem confiar na gente, a maioria, eu disse a maioria [risos] é correto (Vespúcio, homem, formado no final dos anos 80).

A escolaridade desse grupo é variada. Os mais antigos não têm ensino médio e não pretendem cursar. Seu objetivo é a aposentadoria, mas também continuar trabalhando em atividades paralelas que já desenvolvem hoje nos “bicos”. Os que concluíram o ensino médio depois de ingressarem na BM almejam chegar a sargento, mas mantêm o desejo da aposentadoria e a continuidade do trabalho em outras atividades. Os jovens que ingressaram com ensino médio completo desejam casar, ter filhos, construir sua casa própria, adquirir um carro e talvez fazer faculdade.

Outra característica marcante já destacada é a *hexis* corporal, ou seja, mesmo sem a farda, entre os interlocutores desse grupo é comum a posição com os braços para trás ou apoiados no cinto das calças, como no “cinto de guarnição” quando fardados. Independentemente da situação social em que se encontram, mantêm uma postura ereta tanto de pé quanto sentados e usam frequentemente os jargões policiais para conversar com colegas ou pessoas que conhecem os códigos:

Hoje, na Sala de Operações, ouvi uma conversa telefônica de um de meus interlocutores com um colega de serviço: “Esqueci minha 68. Faz um QTC para mim? Traz no QTL amanhã e depois me faz um QSO que eu busco, QSL?”. Traduzindo: “Esqueci minha arma pessoal. Faz um favor para mim? Traz no quartel amanhã e depois me liga que eu busco, compreendeu (combinado)?” (Diário de campo, maio de 2008).

Para Bourdieu (1996b, p. 20), as gírias entram no que se designa negativamente como linguagem popular:

Forma distinta – aos próprios olhos de alguns dominantes – da linguagem “vulgar”, a gíria é o produto de uma busca de distinção, mas dominada e condenada; daí produzir efeitos paradoxais, que não podem ser compreendidos, encerrando-os na alternativa da resistência ou da submissão, que comanda a reflexão comum sobre a linguagem (ou a cultura) popular.

Segundo o autor, para escapar de uma visão dualista de resistência ou submissão, é importante compreender de que forma essa linguagem faz parte dos fatores determinantes do *habitus* desenvolvido. Assim, o que foi exposto até aqui nos faz pensar que adotar a linguagem convencional do trabalho no cotidiano, entre interlocutores que compartilham desse vocabulário, parece estar mais associado a uma representação de sintonia entre aqueles que dialogam, de proximidade, de compreensão mútua e, é claro, de distinção entre aqueles que não se permitem utilizar a linguagem “vulgar”.

Assim, podemos afirmar que muitas características dos estilos de vida desse grupo são reforçadas pela socialização da profissão, pois valores morais já incorporados são amplamente valorizados tanto no modelo prescritivo de comportamento quando na prática cotidiana de contato com os demais colegas de profissão e com os superiores hierárquicos.

4.2 “Tudo que tu acha que nunca aconteceu, aconteceu pelo menos umas três vezes na brigada”: profissão e estilo de vida entre aqueles que “trabalham na Brigada”

“Tudo que tu acha que nunca aconteceu, aconteceu pelo menos umas três vezes na Brigada” é uma expressão utilizada pelos interlocutores para criticar fatos ou fenômenos atípicos para uma instituição regida por valores considerados por eles como rigorosos, com uma série de restrições de comportamentos que deveriam garantir a inteireza de caráter de todos os seus membros. Esse grupo é bem mais crítico em relação às atitudes consideradas excessivas dentro dos parâmetros da disciplina e da hierarquia que regem a Corporação. Sempre que recebe alguma ordem ou punição considerada injusta, incoerente ou autoritária, busca conhecimento nos regulamentos para contrapô-la:

Acho um absurdo os oficiais fazerem a gente assistir aula de pé quando estamos com sono; considero isso abusivo na formação do policial. Pode até ter gente que acha bonito, mas acho desnecessário para ser policial (Jesabel, mulher, formada no final dos anos 2000).

Na categoria “trabalhar na Brigada”, temos um grupo de profissionais mais jovens, com escolaridade mais alta, mais questionadores da estrutura e dos valores da profissão; a possibilidade de “seguir carreira” raramente é vista como uma opção entre seus projetos de vida. Sua *hexis* corporal foi adestrada no curso de formação, e a farda é um índice simbólico sem o qual muitos não conseguem mantê-la. Suas origens sociais são mais próximas às camadas urbanas de baixa renda oriundas do

próprio Vale do Taquari, do Vale do Rio Pardo e também das regiões Centrais e de Fronteira do Rio Grande do Sul.

São poucos aqueles que têm algum parente em profissão militar. Todos afirmam que já tentaram outros concursos públicos, e muitos ainda tentam. A maioria dos homens não serviu o Exército, mas relatam que tinham uma ideia de como era o militarismo. As mulheres relatam que, ao ingressarem, tinham a intenção de trabalhar apenas na área administrativa, reforçando a lógica da dominação masculina muito presente ainda nas lógicas de di-visão social da Corporação (NUMMER, 2005).

As famílias de origem desses interlocutores exercem profissões de baixa renda, e todos contaram que a mãe “sempre trabalhou fora” para manter os rendimentos da família como manicure, faxineira, cuidadora de idosos acamados. Entre esses interlocutores, as famílias são menos extensas; geralmente o número de irmãos não passa de três, diferentemente dos interlocutores classificados no outro grupo, que provêm de famílias bem mais extensas.

Os que já ingressaram com ensino superior incompleto veem no trabalho na BM a possibilidade de pagar os estudos numa universidade particular e mudar de profissão. Tenho percebido que é muito pequeno o número de PMs que conseguem sair da Corporação depois de formados; isso tende a acontecer mais com mulheres que têm o apoio financeiro do marido para buscar outra colocação no mercado de trabalho. Nos casos que conheci, o marido era oficial da BM e o casal se conheceu no trabalho. Nesses casos, a relação marido oficial e esposa praça é delicada por que são frequentes os constrangimentos em eventos sociais da Corporação, em que geralmente os círculos hierárquicos não interagem diretamente, além das intrigas

sobre as vantagens que essa policial pode vir a ter em razão de ser esposa de um oficial.

Quando terminam a faculdade, a opção de sair da Corporação pesa no sentido da estabilidade profissional que o serviço público garante. Direito e Administração são os cursos mais procurados. Os que fazem Direito pensam em fazer o curso de “oficiais”, mas o tempo que levam para se formar pagando faculdade, faz com que a maioria se forme com idade ultrapassada para o ingresso no concurso. Os que fazem Administração ficam em dúvida entre perder a estabilidade do serviço público para trabalhar em uma empresa privada. Alguns dos que têm tais formações tentam fazer outros concursos públicos, mas geralmente desistem depois das primeiras tentativas. Os que fazem ensino superior em áreas da saúde almejam continuar na BM, mas atuando na sua área de formação, o que nem sempre é possível devido ao número de vagas disponíveis dentro da Corporação.

Os que almejam sair da Corporação criticam a forma como a instituição reconhece a hierarquia: os excessos cometidos por “oficiais”, a falta de liberdade de dizer o que se pensa e de não acatar ordens consideradas absurdas, a forma como são tratados por serem soldados:

Yrvyn passou por mim dentro do quartel, suado e com a camiseta da Brigada suja e furada no ombro, carregando uma mesa. Quando me viu, fez uma expressão de raiva e parecia esperar minha concordância. Eu sorri. Mais tarde, quando fui ver a reforma da sala do comandante do batalhão, ele me disse: "Estudar para fazer isso". Eu sorri novamente para ele e ouvi novamente uma frase corrente: "Não vou morrer soldado da Brigada" (Diário de Campo, agosto de 2009).

Há claramente uma divisão pela escolaridade entre os interlocutores estudados. Os que têm ensino médio e universitário tendem a considerar os com menos escolaridade como “burros” e “ignorantes”, embora nem sempre atrelem essa definição à baixa escolaridade; muitas vezes nem sabem a escolaridade do colega, mas sabem o “tempo de Brigada”, e por isso o consideram “veterano”. Quanto mais “veterano”, mais difícil de trabalhar com aquele colega. As acusações não se restringem a conhecimentos gerais e profissionais. Com frequência, os “veteranos” são considerados “preguiçosos”, “moitas”, “barrascos”, “mutreteiros”. Essas definições indicam a falta de cuidado com o fardamento e com a higiene pessoal, esquivar-se de preencher um documento e ordenar que o mais novo o faça, não descer da viatura para atender uma ocorrência, levar muito tempo em uma ocorrência para não atender outra, não atender o celular quando está de serviço, dormir em horário de serviço, utilizar o horário de serviço para resolver problemas pessoais, ser visto na companhia de pessoas publicamente reconhecidas por serem ligadas a atividades ilegais. Os mais novos, quando recebem tais acusações, ou também são chamados de “gurizões” e “guriasinhas” devido ao seu comportamento extrovertido e considerado irresponsável, ou seja, numa alusão à condescendência com seus atos por sua idade e falta de experiência, ou são criticados – “não quer nada com a Brigada” –, o que significa uma crença de que sua passagem pela profissão será transitória: “ou ele pede para sair ou saem com ele”.

As atividades de lazer envolvem os salões de bailes e os bares da região, que são frequentados com colegas de profissão, da mesma turma do curso de formação e com amigos ou conhecidos não vinculados à Corporação. A preferência é por locais e eventos em que as principais canções sejam do gênero sertanejo universitário.

“Sertanejo universitário” é um gênero musical que vem se desenvolvendo desde os anos 90 no Brasil. É considerado por críticos uma variação da música sertaneja tradicional, porém com ritmo mais agitado, com letras de fácil memorização que tratam de amor e relacionamentos, CDs geralmente gravados em *shows* com grande interação do público, utilizando percussão e guitarra. De acordo com Pereira (2008) e Oliveira (2009), o gênero recebe a denominação de universitário porque as canções fazem sucesso entre populações jovens, de camadas médias, que frequentam cursos universitários; inclusive alguns cantores são ex-universitários. Oliveira (2009), utilizando a lógica dos capitais de Bourdieu, ainda destaca que esse público poderia ser considerado com capital cultural numa posição média no conjunto da sociedade, ou seja, “[...] este público não possui o reconhecimento de setores intelectuais e de parte da crítica musical [...], mas também não está entre a faixa da população excluída do mercado de bens culturais” (p. 85). Para o autor, o contexto social de acesso da população marginalizada à mídia televisiva contribuiu para uma mudança no gênero musical sertanejo com a reconfiguração do público que irá consumi-lo:

Neste caso, pese também transformações estruturais na sociedade brasileira, com a inserção de uma população marginalizada no universo dos meios de comunicação, marcadamente a TV, que, nos anos 70 e 80, consegue se estender a um conjunto muito amplo da população brasileira. Ou seja, a ascensão de gêneros musicais como a música sertaneja e o pagode, até então relacionados a grupos sociais marginalizados no conjunto da sociedade, é uma das contrapartidas da entrada destes grupos no universo do consumo. Essa mudança do perfil sociológico do público da música sertaneja nos anos 90 refletiu-se também na própria nomenclatura do gênero, com a adoção de termos como *sertanejo-pop*, *sertanejo-country* ou, ainda, “sertanejo universitário” (p. 316-317).

Duplas como César Menotti e Fabiano, Victor e Léo, João Bosco e Vinícius, Jorge e Matheus, Fernando e Sorocaba, Hugo Pena e Gabriel, entre outros, cantam

músicas românticas que tratam de temas relacionados ao amor entre homem e mulher: traições, brigas, amor não correspondido, saudades, dor, decepção, dedicação, humilhação, etc.

Leilão

César Menotti e Fabiano

Estou à beira da loucura
Ninguém mais me segura
Tô fora da sua vida
Eu já fui!!!

Quero a minha liberdade
Posso até sentir saudades
Sei que custa dominar o coração
Mas meu amor não dá mais
Pra você tanto faz
Eu me entrego
Eu já fui!!!

Eu quero a felicidade
Saber na verdade
Quem gosta de mim

Eu vou fazer um leilão
Quem dá mais pelo meu coração
Me ajude voltar a viver
Eu prefiro que seja você

Eu vou fazer um leilão
Quem dá mais pelo meu coração
Me ajude voltar a viver
Estou aqui tão perto
Me arremate para você (LIMA, 2005)

Fada

Victor e Léo

Fada..., fada querida
Dona... da minha vida
Você se foi
Levou meu calor
Você se foi, mas não me levou

Lua, lua de encanto
Ouça pra quem eu canto
Ela levou minha magia
Mas ela é minha alegria

Vejo uma luz, uma estrela brilhar
Sinto um cheiro de perfume no ar
Vejo minha fada e sua vara de condão
Tocando meu coração

Refrão:
Madrugada de amor que não vai acabar
Se estou sonhando não quero mais acordar
Minha história linda, meu conto de amor

Algo aqui me diz que essa paixão não é em
vão
O meu sentimento é bem mais que uma
emoção
Eu espero o tempo que for
Minha fada do amor

Vejo uma luz, uma estrela brilhar
Sinto um cheiro de perfume no ar
Vejo minha fada e sua vara de condão
Tocando o meu coração (CHAVES, 2007)

Chora, me liga!

João Bosco e Vinícius

Não era pra você se apaixonar
Era só pra gente ficar,
Eu te avisei
Meu bem, eu te avisei
Você sabia que eu era assim
Paixão de uma noite
Que logo tem fim
Eu te falei
Meu bem, eu te falei
Não vai ser tão fácil assim
você me ter nas mãos
Logo você que era acostumada a brincar
com outro coração
Não venha me perguntar
Qual a melhor saída
Eu já sofri muito por amor
Agora eu vou curtir a vida
Chora, me liga
Implora o meu beijo de novo
Me pede socorro
Quem sabe eu vou te salvar
Chora, me liga
Implora pelo meu amor
Pede por favor
Quem sabe um dia eu volto a te procurar
(COELHO, 2009)

Paga pau⁸⁵

Fernando e Sorocaba

Ela é atriz, ela faz cena,
ela mete uma pressão
Se joga na minha frente
me engana não!

Feito cobra mal matada,
ela rebola eu passo mal,
Com o nariz empinado...
ela é tal!

Se eu mando um xaveco,
ela finge não ouvir,
Mas se eu grito : "Olha a
bruxa", vem discutir

Tua psicologia tá um tanto
quando errada,
Ou me aceita de uma vez
ou tá danada!

Você diz que não me ama, você diz que não
me quer
Mas ficar pagando pau,
qual é que é?

Todo dia seu teatro é
exatamente igual,
Você finge que me
odeia mais no fundo
paga pau! (SOROCABA, 2008)

⁸⁵ A gíria "pagando pau" significa se exhibir, se insinuar.

Mala pronta

Hugo Pena e Gabriel

Você passou da conta
E me tirou do sério
Você fez tudo errado e acabou o mistério
Hoje eu tirei a prova
Hoje eu saí pra rua
Hoje eu dividi a minha vida e a sua
Não dá mais, não valeu
Dessa vez, você me perdeu

Deixa a mala pronta
Arruma a sua roupa
Pode ir embora que eu arranjo outra
Eu tô falando sério, pode acreditar
Sabendo que eu tenho razão porque que eu
vou chorar
Deixa a mala pronta

Não dá mais, não valeu
Dessa vez, você me perdeu

Deixa a mala pronta
Arruma a sua roupa
Pode ir embora que eu arranjo outra
Eu tô falando sério, pode acreditar
Sabendo que eu tenho razão porque que eu
vou chorar
Deixa a mala pronta (PENA; AQUINO, 2008)

De tanto te querer

Jorge e Mateus

Larga tudo e vem correndo
Vem matar minha vontade
Já faz tempo que eu tô sofrendo
Mereço um pouco de felicidade

Larga tudo e vem correndo
Pra eu mergulhar no seu sorriso
Me arranca desse inferno
Me leva pro seu paraíso

Eu não desisto do que eu quero
Mas não me desespero, te espero
Na tarde quente ou madrugada fria
Na tristeza ou na alegria

Ficar sozinho não rola
Mas amor não se implora
Nem se joga fora
O amor a gente conquista e não há quem desista
Se o coração chora

Chora com vontade de te ver
Chora com saudade de você
Chora às vezes eu nem sei porque
Deve ser te tanto te querer
Iêê de tanto amar você

Eu não desisto do que eu quero
Mas não me desespero, te espero
Na tarde quente ou madrugada fria
Na tristeza ou na alegria

Ficar sozinho não rola
Mas amor não se implora
Nem se joga fora
O amor a gente conquista e não há quem desista
Se o coração chora

Ficar sozinho não rola
Mas amor não se implora
Nem se joga fora
O amor a gente conquista e não há quem desista
Se o coração chora

Chora com vontade de te ver
Chora com saudade de você
Chora às vezes eu nem sei por que
Deve ser te tanto te querer
Iêê de tanto amar você iêê. (JORGE E
MATEUS, 2007)

Como dito anteriormente, o salário desses interlocutores solteiros é gasto com as despesas de estudos, os gastos com alimentação, com a manutenção da moto ou do carro e com lazer; já entre os casados, as despesas se concentram no projeto de construção da casa e nas despesas familiares. Em relação aos solteiros, é bastante comum entre aqueles cujas famílias residem em outros municípios dividirem o aluguel de um apartamento, morarem em casas cedidas pela prefeitura ou em escolas que cedem uma sala ou até mesmo uma pequena residência ao lado de suas instalações para moradia de brigadianos, o que reduz seus custos profissionais com aluguel ou construção da residência; aqueles cujas famílias vivem na cidade ou em cidades próximas residem com a família.

Mesmo nesse grupo, encontramos aqueles que fazem bicos, mas são mais esporádicos e também são de segurança, garçom ou garçonete. Nesses casos, os bicos são justificados pelo projeto ao qual estão engajados no momento, não aparecendo como algo que será realizado permanentemente:

Não gosto de fazer bico, mas às vezes precisa. Estou devendo a matrícula da faculdade, tenho que juntar dinheiro (Ermitildes, mulher, formada no final dos anos 2000).

Vou fazer bico até terminar de construir a casa (Jasife, homem, formado na metade dos anos 2000).

Assim, podemos afirmar que muitas características dos estilos de vida desse grupo não são reforçadas pela socialização da profissão. Algumas precisam ser aprendidas para que se mantenham dentro de padrões preestabelecidos de comportamento para um soldado da Brigada.

4.3 “Amigo ou colega”: relações de trabalho e de amizade

Ao longo da carreira militar, o policial segue a conduta militar como uma espécie de bem que deve ser preservado e perseguido:

O zelo por uma conduta militar querida como "exemplar" e o esforço cotidiano realizado para seu aprimoramento servem como instrumentos de contraste entre os policiais militares. São acionados como uma importante referência simbólica para todos os integrantes, um requisito indispensável para a aquisição de prestígio junto aos superiores e para legitimar o emprego carismático e meritório da liderança (MUNIZ, 1999, p. 98-99).

O cotidiano vivenciado pelos policiais, o perigo e os riscos que enfrentam nos casos atendidos são compartilhados somente com o grupo, o que favorece o sentimento de cumplicidade e solidariedade. A disponibilidade para conviver com o perigo e o contato com situações inesperadas instigam a ideia de companheirismo entre os policiais:

Esses dispositivos afetivo-morais operam como recursos estratégicos que ajudam a administrar a tensão expressa, ora no tédio da espera por um episódio inesperado ou violento em uma ronda que, até então, seguia monótona e previsível, ora no estresse de experimentar, de forma ininterrupta, toda sorte possível de interações descontínuas e fugazes com os cidadãos (MUNIZ, 1999, p. 101).

Os quartéis transmitem aos policiais em formação a importância da solidariedade no trabalho policial com a concepção de unidade de Corporação (NUMMER, 2005). E, talvez, o elemento risco faz com que esse ensinamento seja colocado em prática. Para Muniz (1999, p. 102), “o processo de formação dos

'praças' e dos 'oficiais' enfatiza o sentimento de unidade inclusive no próprio adestramento militar”.

As relações de amizade são analisadas na literatura das ciências sociais sobre emoções. De acordo com Rezende (2002, p. 69), podemos dividir os enfoques em duas linhas principais: na primeira, “a amizade é alocada estritamente no domínio privado da vida social”; na segunda, “contextos históricos e culturais distintos vão realçar ou eclipsar esses termos [amizade e vida privada], que, por sua vez, se mostram entrelaçados com uma forma especificamente ocidental e moderna de pensar a pessoa e sua relação com os outros”. Aqui, a noção de amizade é discutida a partir do significado atribuído pelos interlocutores e é compreendida não como estado subjetivo, mas como prática de negociação de relações pessoais. Quem é amigo? Quem é colega? São distinções relativamente claras no grupo estudado, em ambas as categorias analíticas construídas: o amigo pode ou não ser colega, assim como o colega pode ou não ser amigo. Nessa distinção, entram em jogo as relações dos policiais com sujeitos que não fazem parte da Corporação. Destaca-se que o termo “paisano” geralmente não é atribuído aos amigos não policiais; o termo parece referir-se ao público em geral a quem eles reconhecem prestar serviço, ou seja, alguém não identificado por relações de amizade.

A afirmação corrente de que “o mal do brigada é o próprio brigada” refere-se ao fato de uma falta de companheirismo por conta de acusações formais ou na figura de boatos e de uma competitividade no que se refere a uma preferência pelos superiores hierárquicos e os benefícios que essas relações podem produzir em termos de melhoria das condições de serviço, seja na escala de serviços diários ou de férias, na autorização da troca de serviço com um colega, na indicação para uma função em que o sujeito poderá ganhar “diferença”, que é um acréscimo no salário

por estar ocupando função que exige graduação ou posto superior. Conforme analisado em estudo anterior (NUMMER, 2005), habilidades individuais, como conhecimentos em informática, em serviços gerais, em esportes, em tiro, podem servir como forma de se sobressair à hierarquia, quase sempre criando certo clima de revolta e acusações, que geram um sentimento bastante citado de injustiça, especialmente se as regras formais são burladas.

Assim, nem todos os colegas são amigos. É mais comum entre os “brigadianos” perceber uma rede de relacionamento de amizade e apoio mútuo entre colegas e entre os que “trabalham na Brigada”; os colegas são amigos especialmente nos primeiros anos de atuação na profissão e são sempre colegas de turma do curso de formação. É bastante comum entre estes últimos preservar as amizades anteriores ao ingresso na BM, até por que a maioria deles ainda reside no local onde nasceu, o que não ocorre com os mais “antigos”.

4.4 Circularidade de afetos

Sobre os relacionamentos afetivos, destaca-se que entre os casados, de ambos os grupos analíticos, apenas entre aqueles que “trabalham na Brigada” encontramos casos de esposas que possuem ou estão cursando o ensino superior, mas todas trabalham em salões de beleza, no comércio e na indústria. Entre os

solteiros, os que fazem faculdade geralmente namoram colegas de curso⁸⁶. Um deles me contou como percebia a relação com as mulheres colegas da universidade quando sabiam que ele era brigadiano:

Eu não escondo quando me perguntam sobre o meu trabalho [o fato de ser policial militar], mas daí tem aquelas que se aproximam de ti para tirar algum proveito e aquelas que nem chegam perto de ti. São poucas que realmente não se importam de tu ser brigadiano. No meu caso, aqui na região o que pesa mais é o preconceito de cor (Menadel, homem, formado no início dos anos 2000).

Eles reconhecem que existe o fetiche da farda e que esta atrai as mulheres, mas parecem classificá-las como “aquele tipinho de mulher que corre atrás de brigadiano”. Essas mulheres são desvalorizadas para um compromisso sério, e a explicação é que elas “circulam pelo Batalhão”, ou seja, já tiveram relacionamentos afetivos e/ou sexuais com colegas.

Esse interlocutor nos chama a atenção para uma questão importante que afeta os relacionamentos afetivos além da profissão, que é a cor da pele. Lajeado é uma cidade de colonização alemã, e os negros que vivem na cidade são predominantemente moradores dos bairros que apresentam altos índices de criminalidade, o que acaba reforçando o preconceito da população. Tal preconceito também existe dentro da própria Corporação, que não reconhece a cor negra como sendo passível de classificação de seus ME. O retrato dessa situação aparece na carteira funcional dos soldados negros, em que no item “cúrtis” aparece “pardo escuro”, e nos dados que me foram apresentados.

⁸⁶ São apenas dois casos em que casados fazem faculdade. O principal fator é econômico, pois todos estudam em universidades privadas, nas quais a mensalidade para cursar doze créditos (três disciplinas) pode chegar a R\$ 580,00.

Tabela 5

Efetivo ativo da BM, militares e civis, em janeiro de 2009, por cútis

Cútis	Quant.	%
Branca	19711	65,16
Sem Seleção	5758	19,03
Morena	2215	7,32
Parda	977	3,23
Parda Clara	897	2,97
Parda Escura	692	2,29
TOTAL	30250	

Fonte: Diehl (2009).

Sobre os casamentos, é comum acabarem em brigas e rompimentos definitivos, mesmo com filhos envolvidos. Alguns não têm contato com os filhos há bastante tempo, pois não querem encontrar a ex-esposa; alguns foram transferidos de cidade, e a distância e a constituição de uma nova família com filhos menores justificam para eles a perda de contato pessoal com a ex-esposa e filhos.

A circularidade de afetos pode ser associada à profissão devido às transferências, pela falta de compreensão das mulheres em relação às atividades que exigem escalas de serviço nem sempre previsíveis, além dos bicos, que ocupam grande parte do dia. O ciúme é um fator extremamente significativo para os rompimentos, dado a atenção que homens recebem pelo fato simbólico da farda e da profissão:

É difícil tu ter alguém que aceita e entende a tua profissão, claro que tem muitos que se aproveitam e aprontam, mas todo mundo acaba levando a fama. Eu não gosto quando dizem que brigadiano é tudo safado. Como tu ia se sentir se falassem que tudo que é antropólogo é safado e sem vergonha? É a mesma coisa (Menadel, homem, formado no início dos anos 2000).

Já as mulheres relatam que a farda as “masculiniza” e que dificilmente um homem se aproxima delas com interesses afetivos quando estão de serviço. Também dado à convivência intensa com colegas, os relacionamentos acabam se construindo entre eles, mas geralmente não envolvem níveis hierárquicos diferentes entre o casal:

Não quero mais namorar colega, é muita fofoca. Se tu namora dois ou três, eles ficam comentando entre eles e logo se espalha umas fofocas que te prejudicam em todos os sentidos: sentimentais e de trabalhos mesmo (Aidê, mulher, formada no final dos anos 2000).

Assim, tanto amigos, colegas e amores são classificados de acordo com os valores morais que regulam as visões de mundo dos agentes sobre honra e desonra, dignidade e indignidade, amizade e inimizade, pudor e despudor...

5 “QSL?”⁸⁷: CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ESTUDO

Este estudo não recorre às descrições longas e densas de fatos vividos no campo por uma questão de negociação com os interlocutores de que seria garantido o sigilo de suas identidades. Temas relacionados aos aspectos técnicos do trabalho de policiamento também não são retratados aqui como parte dessa negociação, especialmente aqueles dedicados ao trabalho da “PM2”, polícia investigativa que interfere diretamente no estilo de vida desses profissionais que estão 24h por dia com o celular ligado trocando informações com os colegas, inclusive em suas atividades de lazer. É preciso recordar que o método etnográfico fornece o contexto de descrição e as negociações em campo delimitam o que pode ou não ser dito. Em se tratando de uma instituição ainda bastante resistente no Rio Grande do Sul para pesquisas realizadas por não policiais, é fundamental que tal espaço seja construído aos poucos, respeitando as moralidades do grupo e evitando possíveis desconfortos que descrições ou críticas mais contundentes possam ocasionar.

A pesquisa de campo teve como foco de estudo um grupo de interlocutores que atuam em uma profissão em que qualquer ato considerado desabonador para a

⁸⁷ No código Q, na forma de pergunta: "*Pode acusar recebimento?*". Também utilizada na linguagem cotidiana dos interlocutores com o significado de: "*Compreendido*".

coletividade, para a Corporação, pode ser alvo de punição administrativa para o indivíduo, pois o grupo declara a unidade e a coesão como preceitos morais e até de preservação da segurança do “nós”, policiais, contra “eles”, aqueles que cometem crimes, pela atividade que exercem. Acreditamos que tais considerações são importantes para a explicitação da escolha intencional da configuração da descrição etnográfica adotada neste texto. Assim, foi possível perceber as necessidades de implicação do pesquisador, não apenas no encontro, mas também na escrita etnográfica.

Com este estudo, compreendemos como e quais as práticas de estilo de vida que a profissão de policial militar, no Rio Grande do Sul, constrói e/ou reconstrói entre os soldados da BM. Percebemos, através do método etnográfico, duas formas de identificação dos sujeitos com sua profissão, as quais apresentamos no modelo analítico “ser brigadiano” ou “trabalhar na Brigada”. A partir dessas relações, percebemos que no primeiro grupo temos policiais com maior adesão e menos críticos em relação ao modelo prescritivo de comportamento determinado para o profissional da BM. São originários de classes sociais de baixa renda de regiões do Estado onde se concentram os quartéis e onde há pouca oportunidade de empregos na indústria e no comércio para a escolaridade que apresentam; são oriundos de famílias extensas e possuem incorporados valores significativos da profissão, tendo em vista que a *hexis* corporal se mantém mesmo sem a farda. Procuram atividades de lazer mais voltadas para o convívio familiar, a igreja, os jantares bailes, saídas para compras e os eventos promovidos pelo Batalhão ou pelo CRPO. Muitos já tiveram casamentos anteriores e filhos cedo, antes dos 25 anos; aqueles que já os têm, investem na suas escolaridades, almejando que atinjam o ensino superior. Têm como projeto de vida, além dos estudos dos filhos, a construção da casa própria e a

aquisição e/ou troca de um carro que seja de um modelo o mais atual possível, dentro de suas condições financeiras. Mantêm amizades entre os colegas e frequentemente usam os códigos da profissão no linguajar cotidiano, dentro e fora do quartel, especialmente com pessoas que reconhecem compreendê-los. Utilizam-se das relações pessoais como táticas para garantir privilégios na profissão.

Já no segundo grupo, temos policiais com menor adesão e mais críticos em relação ao modelo prescritivo de comportamento determinado para o profissional da BM. Originários de classes sociais de baixa renda de diversas regiões do Estado, buscam na BM especialmente a segurança da estabilidade do emprego público e não possuem incorporados valores significativos da profissão, sendo que é a farda que os lembra da *hexis* corporal adquirida na profissão. Procuram atividades de lazer no convívio familiar, nos bailes e bares; muitos também têm filhos cedo, antes dos 25 anos, e têm como projeto de vida cursar ou terminar de cursar uma faculdade, sair do emprego na BM, a construção da casa própria e também a aquisição e/ou troca de um carro que seja de um modelo o mais atual possível, dentro de suas condições financeiras. Mantêm amizades entre os colegas, especialmente aqueles da mesma turma do curso de formação, além de manterem algumas amizades anteriores ao ingresso na BM, com civis. Não utilizam os códigos da profissão no linguajar cotidiano fora do quartel e também se utilizam das relações pessoais como táticas para garantir privilégios na profissão.

Outro questionamento inicial do estudo era este: quais os estilos de vida que podem ser considerados adquiridos e/ou reforçados pela socialização profissional? A resposta a essa questão fica clara quando percebemos que aqueles que “são brigadianos” têm origem social geralmente de classes rurais e urbanas de baixa renda, têm parentes militares, serviram o Exército e já trabalharam com a família.

Assim, esses interlocutores já trazem incorporados muitos valores que serão reforçados no curso de formação e no trabalho de policiamento, enquanto que os que "trabalham na Brigada" em sua maioria não carregam tais disposições sociais.

Quais e como os capitais, tais como relações sociais, títulos, aptidões, entre outros, produzem as distinções sociais internas, entre os membros do grupo, e externas, para os outros? Analisamos as potencialidades da *agency* tanto como resistência quanto como projeto e pudemos perceber que em ambos os casos a estrutura social delimita o campo de possibilidades para tais escolhas e tomadas de decisão. Tivemos a oportunidade de compreender que os estilos de vida são determinados por esse jogo de "liberdades" cerceadas pelas condições sociais dos agentes. Analisamos que diferentes formas de adesão a identidades profissionais dentro de uma mesma profissão podem ser determinantes na compreensão de como os sujeitos se percebem e como lidam com outros planos da realidade cultural que também o definem. Foi a partir dessa compreensão que percebemos que o capital mais valorizado tanto entre os que "são brigadianos" quanto entre os que "trabalham na Brigada" é o capital simbólico associado à profissão – ainda valorizada em alguns meios e que mantém seus porta-vozes para que seja reconhecidamente estimada – e aos privilégios que estes podem originar.

Consideramos que a profissão colabora na construção não de um estilo de vida determinado e determinante, mas de algumas formas de ser e estar no mundo. Recuperamos não a disputa pela hegemonia de uma identidade muito calcada na formalidade dos regulamentos formais dentro de um subcampo, mas sim a possibilidade de coexistência, se não pacífica, pelo menos admissível, e é possível ousar afirmar que às vezes valorizada pelo próprio grupo, especialmente entre os

“oficiais”, de *ethos* de visão de mundo diferenciados em relação ao próprio exercício profissional.

Trouxemos ao debate a possibilidade analítica dos estilos de vida como conceito que permite aos antropólogos compreender a complexidade da coexistência de multipertencimentos. Ao transportar este debate a um grupo profissional militar, inovamos ao reconhecer a não hegemonia de princípios regulatórios que criam sujeitos autômatos, apenas à mercê de códigos de conduta. Além disso, reforçamos a ideia de que a etnografia como método de pesquisa permite compreender os efeitos da construção de identidades profissionais⁸⁸.

Na produção dos modelos analíticos de “ser brigadiano” e “trabalhar na Brigada”, temos plena consciência de que procuramos mapear maneiras de ver e pensar o mundo que não são homogêneas nem estão estagnadas no tempo e no espaço.

Apontamos a possibilidade de que “ser brigadiano” pode constituir um *habitus*, pelas origens sociais, capitais sociais e simbólicos associados à profissão, pela forma de seguir um modelo prescritivo de comportamento considerado ideal pela Corporação, mas ao mesmo tempo de desviar-se desse modelo através da criatividade dos “contatos” como forma de suprimir possíveis opressões da hierarquia e da disciplina. Tal modelo de pertencimento vem sendo reduzido em termos de perfil de policiais militares: “trabalhar na Brigada” tem sido uma nova forma de identidade profissional que se constitui dentro da Corporação.

Ao descrever as diferenças de estilo de vida entre aqueles de se identificam como “ser brigadianos” e os que “trabalham na Brigada”, foi possível perceber que a

⁸⁸ Para a compreensão e a utilização do conceito de cultura profissional e a validade do método etnográfico nesta proposta, ver Caria (2008).

origem social, os capitais adquiridos com a profissão e os projetos de vida são elementos importantes para a compreensão dos sentidos de pertencimento à profissão de soldado PM. A categoria analítica de estilo de vida nos possibilitou compreender que a profissão constrói sentidos de pertencimento já latentes, ou seja, reforça valores já incorporados pela origem social e trajetória dos sujeitos, mas também pode reconstruir, no processo social do trabalho cotidiano, outros significados no campo de possibilidades que mapeia as alternativas desses agentes sociais.

Ao apresentar uma profissão composta por interlocutores de origem social de baixa renda, em que a forma de ascensão social está ligada mais aos capitais simbólicos e seus ganhos secundários do que à aquisição de outros capitais, destacamos características das chamadas classes populares: economia doméstica, centralidade de ajuda mútua na família, ênfase no capital escolar como possibilidade de ascensão social, valorização da estabilidade profissional que o emprego público pode proporcionar, atividades de lazer voltadas ao estilo de vida operário.

Ao reconhecer tal diversidade dentro de uma mesma profissão militar, esperamos ter contribuído para a desconstrução de uma ideia de que uma cultura hegemônica se impõe aos sujeitos de forma a transformá-los em seres autômatos e que a violência simbólica da estrutura desigual de poder na sociedade e nas relações de trabalho leva todos às mesmas escolhas dentro do já limitado campo de possibilidades.

Sabemos que a amplitude do objeto de estudo permitiria aprofundarmos cada um dos temas secundários que envolvem o estilo de vida juntamente com análises bibliográficas específicas da antropologia para cada um deles: parentesco,

sexualidade, trabalho, emoções, consumo, lazer; porém, o recorte de pesquisa adotado nos permitiu apenas uma aproximação de cada uma dessas temáticas.

Ser homem, ser mulher, ser casado, ser solteiro, ser procedente da região onde trabalha ou não, ter filhos ou não, consumir parte do salário na construção da casa ou nas mensalidades da faculdade, frequentar igrejas ou bailes, ser brigadiano ou trabalhar na Brigada são questões que nos possibilitaram o acesso aos significados e interpretações que os soldados da Brigada Militar dão ao seu mundo.

REFERÊNCIAS

22º BPM. Of nº 05/Cmt/2007. Assunto: Brasão de Unidade. LAJEADO, RS, 22 de maio de 2007.

ALCHIERI, J. C.; NUMMER, F. V. Avaliação de saúde geral entre profissionais de policiamento ostensivo de Lajeado – RS. **Unidade**. Porto Alegre: Associação para pesquisas policiais, n. 37, jan./mar. 1999.

ÁLVARES, Pêrsio Brasil. **Continências, honras e cerimonial**. Porto Alegre: Polost, 1998.

_____. **MTC**: Manual do Termo Circunstanciado da BM. Porto Alegre: Polost, 2003.

_____. **RDBM**: Regulamento Disciplinar da Brigada Militar. Porto Alegre: Polost, 2004.

_____; PINHEIRO, Vanderlei Martins. **MBPO**: Manual Básico de Policiamento Ostensivo. Porto Alegre: Polost, APESP, 1999.

ALVES, João de Deus. Dever. In: BAYERLE, Cláudio (Org.). **O outro lado da farda**: antologia de contistas brigadianos. Porto Alegre: Polost, 2004.

AMARAL, R. Estilos de vida urbanos. Os Urbanitas. **Revista digital**, 1998. Disponível em: <<http://www.aguaforte.com/antropologia/index.html>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

AMORIN, Francisco. Números do crime: raio X da Brigada mostra alvo de assaltantes no RS. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 24, 24 fev. 2010.

AQUINO, Edison L. B. de. **Serviço militar obrigatório**: os efeitos das origens sociais sobre os significados do ser recruta do Exército Brasileiro. 2004. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2004.

BAYERLE, Cláudio (Org.). **O outro lado da farda**: antologia de contistas brigadianos. Porto Alegre: Polost, 2004.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernidade reflexiva**: trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

BESSI FILHO, Oscar. **Corra que a Brigada vem aí**. Porto Alegre: Usina da Palavra, 2003.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999a.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999b.

_____. Gostos de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. **Le sens pratique**. Paris: Minut, 1980.

_____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Razões Práticas**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1996a.

_____. Você disse popular? **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: Anped, Autores Associados, n. 1, jan./abr. 1996b.

_____; WACQUANT, Lóic J. D. **Respuestas:** por una antropología reflexiva. México: Grijalbo, 1995.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. **Série Antropologia**, Brasília, UNB, v. 413, 2007.

CARIA, Telmo. O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões. **Análise Social**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLIII, n. 189, 2008.

CARREIRO, Peão. Intérprete: Milionário & José Rico. **Telefone Mudo**. In: Warner 30 Anos: Milionário & José Rico: [S.l.]: Warner, 2006.

CASTRO, Celso. **O espírito militar:** um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

_____; LEINER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares:** reflexões sobre pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHANEY, David. **Lifestyles**. Londres: Routledge, 1996.

CHAVES, Victor. Intérprete: Victor & Léo. **Fada**. In: Victor & Léo: ao vivo. [S.l.]: SonyBMG, 2007.

CLIFFORD, James. Sobre a Alegoria Etnográfica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). **A experiência etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COELHO, Euler. Intérprete: João Bosco e Vinícius. **Chora, me liga!** In: Curtição. [S.l.]: SonyBMG, 2009.

CORADINI, Odaci L. A formação e a inserção profissional dos professores de ciências sociais no Rio Grande do Sul. In: CANEDO, L. et al. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Unicamp, 2004.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e sociedade:** gestão de segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DAMO, Arlei. Dom, amor e dinheiro no futebol. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, 2008.

DANESI, João Aldo. **Uma vida, um sonho, uma instituição**. Porto Alegre: APESP, 1989.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.

DIEHL, Silvio Roberto. **Dados para pesquisa de Doutorado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fernandanummer@gmail.com> em 19 jan. 2009.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. Lisboa: Porto, 1997.

FAGUNDES, Antônio Augusto; FAGUNDES, Bagre. Intérprete: Os Serranos. **Canto Alegretense**. In: Os serranos: 25 anos de música para o Brasil. [S.l.]: Som Livre, 1994.

FERRI, Gino. **Os monges de Pinheirinhos**. Encantado, 1975.

FIRTH, Raymond. **Elements of social organization**. Londres: Watts, 1951.

FLORES, Moacyr. **Revolução Farroupilha**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

FRAGA, Cristina K. Peculiaridades do trabalho policial militar. **Revista Virtual Textos e Contextos**. Porto Alegre: PUCRS, Faculdade de Serviço Social, v. 5, n. 2, 2006.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, n.31, ano 11, jun. 1996.

GAMA, Fabiene. Etnografias, auto-representações, discursos e imagens: somando representações. In: GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott (Org.). **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, 2002.

GONÇALVES, Marco Antonio; HEAD, Scott. Confabulações da alteridade: imagens dos outros (e) de si mesmos. In: _____; _____ (Org.). **Devires imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública RS. **Brigada Militar**. Disponível em: <<http://www.brigadamilitar.rs.gov.br/institucional/brasoes.asp>>. Acesso em: 02 jun. 2008.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul. **Etnografía**: métodos de investigación. Barcelona: Paidós Ibérica, 1994.

JORGE E MATEUS. Intérprete: Jorge e Mateus. **De tanto te querer**. In: Jorge e Mateus ao vivo em Goiânia. [S.l.]: Universal Music Brasil, 2007.

JOSGRILBERG, Fábio B. **Cotidiano e invenção**: o espaço de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.

KRONE, Evander Eloí et al. Os Monges de Pinheirinho: uma história a ser contada. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 16., 2004, Porto Alegre. **Anais do XVI Salão de Iniciação Científica da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

LAHIRE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**. Campinas: UNICAMP, ano XXIII, n. 78, abr. 2002.

LAJEADO. **Prefeitura Municipal de Lajeado**. Disponível em: <<http://www.lajeado-rs.com.br>>. Acesso em: 08 set. 2008.

_____. **Prefeitura Municipal de Lajeado**. Disponível em: <http://www.lajeado-rs.com.br/internas.php?conteudo=fisgeo_hist.php>. Acesso em: 30 set. 2008.

LEINER, Piero de C. A pesquisa de campo com militares: algumas questões metodológicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 12. n. 34, 1997b.

_____. **Meia volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997a.

LIMA, Ivo. Intérprete: César Menotti e Fabiano. **Leilão**. In: Palavras de Amor: ao vivo. [S.l.]: Universal Music, 2005.

LUIZINHO; VIEIRA, Teddy. Intérprete: Sérgio Reis. **O menino da porteira**. In: Boiadeiro. [S.l.]: BMG Brasil, 1996.

MACHADO, João Batista; SILVA FILHO, Júlio Machado. Intérprete: César Passarinho. **Guri**. In: 18 Sucessos de César Passarinho. [S.l.]: Acit, 1993.

MACIEL, Maria Eunice. Tradição e Tradicionalismo no Rio Grande do Sul. **Humanas**, Porto Alegre, IFCH, UFRGS, v. 22, n. 1 e 2, 1999.

MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, jun. 2002.

MARIANTE, Hélio Moro. **Crônicas da Brigada Militar gaúcha**. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1972.

_____. **Sarilhos Milicianos**. Porto Alegre: APESP, 1990.

MARTINS, Valmir Farias. **O papel da cultura organizacional “Milícia de Bravos” na ocorrência do Assédio Moral** – um estudo na Polícia Militar da Bahia. 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MEDEIROS, Álvaro. **Ocorrências de Lajeado** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fernandanummer@gmail.com> em 15 mar. 2010.

MESQUITA NETO, Paulo. Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle. In: CARVALHO, José Murilo et al. (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA Edinilsa R. de. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 9, n. 1, 1993.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MUNIZ, Jaqueline. “**Ser policial e, sobretudo, uma razão de ser**”: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Sociologia, IUPERJ, 1999.

NEVES, Delma Pessanha. Resenha “Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização policial militar”. **Antropolítica**. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política. Universidade Federal Fluminense. Niterói: EdUFF, n. 19, 2º sem. 2005.

NOVAES, Sylvia Cauby. **Jogos de espelhos**: imagens da representação de si através dos outros. São Paulo: EDUSP, 1993.

NUMMER, Fernanda V. **Em QAP**: a experiência do curso de formação na construção de um saber ser soldado da Brigada Militar. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2001.

_____. **Ser polícia, ser militar**: o curso de formação na socialização do policial militar. Niterói: EDUFF, 2005.

_____; ARAÚJO, Danielle. **A vivificação de um ethos brigadiano**: o desfile de 20 de setembro. 2006. 20 fotografias, color., 0,7 m x 0,4 m.

_____; ESCOUTO, Nívia B.; ALCHIERI, João Carlos Avaliação de saúde geral entre profissionais de policiamento ostensivo de Lajeado - Rio Grande do Sul - Brasil. In: CONGRESO IBEROAMERICANO, 2.; CONGRESO VENEZOLANO DE EVALUACIÓN PSICOLÓGICA, 1., 1999, Caracas - Venezuela. **Anais II Congreso Iberoamericano e I Congreso Venezolano de Evaluación Psicológica**, 1999, p. 227-227.

_____; SOUZA, Clóvis S. Aprendendo um ofício: uma comparação entre um texto *ênico* e um antropológico sobre a experiência de tornar-se policial militar. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 5., 2003, Florianópolis - SC. **Resumos da V Reunião de Antropologia do Mercosul**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. p. 172-172.

OLIVEIRA, Allan de Paula. **Miguilim foi pra cidade ser cantor**: uma antropologia da música sertaneja. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

OLIVEN, Ruben. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_03.htm>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1980. Introdução. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ORTNER, Sherry B. Poder e projeto: reflexões sobre *agency*. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (Orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira da Antropologia – Goiânia. Blumenau: Nova Letra, 2007b.

_____. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul./dez. 2007c.

_____. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, M. P.; ECKERT, C.; FRY, P. H. (Orgs.). **Conferências e diálogos**: saberes e práticas antropológicas. 25ª Reunião Brasileira da Antropologia – Goiânia. Blumenau: Nova Letra, 2007a.

_____. **The fate of culture**. Berkeley: University of California Press, 1999.

PEDREGAL, Antonio Miguel Nogués. Reflexiones em torno al “nuevo enfoque práctico”. **Gazeta de Antropología**. Espanha, Universidade de Granada, n. 10, 1993. Disponível em: <http://www.ugr.es/~pwlac/G10_03AntonioMiguel_Nogues_Pedregal.html>. Acesso em: 18 mar. 2009.

PENA, Hugo; AQUINO, Flávio. Intérprete: Hugo Pena e Gabriel. **Mala pronta**. In: Hugo Pena e Gabriel ao vivo em Maringá. [S.l.]: Som Livre, 2008.

PEREIRA, Odirlei Dias. **No rádio e nas telas**: o rural da música sertaneja de sucesso e sua versão cinematográfica. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**: história e interpretação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PINHEIRO, Vanderlei Martins. **Versos de amor à Brigada Militar**. Porto Alegre: Vendramin, 1986.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, set./dez. 2005.

PRUVOST, Geneviève. **Profession**: policier. Sexe: féminin. Paris: MSH, 2007.

RAYMUNDO, Odegar Mendes. Sonho de infância. In: BAYERLE, Cláudio (Org.). **O outro lado da farda**: antologia de contistas brigadianos. Porto Alegre: Polost, 2004.

REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004.

RETAMOZO, José Hilário (Org.). **3ª Antologia de Poetas Brigadianos**. Porto Alegre: Polost; Presença, 1993.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2002.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. **Brigada Militar do Rio Grande do Sul**: um monumento de tradições. Porto Alegre: APESP, [19--].

_____. **Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: APESP, [19--]. v. I e II.

RIBEIRO, João Honório Terzeciaki. A carta. In: BAYERLE, Cláudio (Org.). **O outro lado da farda**: antologia de contistas brigadianos. Porto Alegre: Polost, 2004.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência: diferença e positividade**. Laboratório de Estudos das Violências. Universidade Federal de Santa Catarina. 1996. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~levis/visrj.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997.

_____. **Lei de Organização Básica da Brigada Militar**. Decreto Estadual nº 42.871, de 4 de fevereiro de 2004 (a ou b).

_____. **Projeto de Lei nº 06/99**. Dá nova redação à Lei 9.823, de 22 de janeiro de 1993 que dispõe sobre a cessão de passagens a policiais militares no sistema de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, Porto Alegre, 1999.

_____. **Regulamento de Movimentação do Servidor Policial-Militar da Brigada Militar**. Decreto nº 36.175, de 13 de setembro de 1995.

_____. **Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**. Decreto nº 43.245, de 19 de julho de 2004 (a ou b).

RODRIGUES, I. C. V. **Consumo ostentatório de jóias de ouro e estilo de vida**. 2003. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2003.

ROSA, Ederson Hélio A. da. **O consumo de produto alimentar agroecológico enquanto uma lógica de distinção social**. 2004. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2004.

RUDNICKI, Dani. **A formação social de oficiais da polícia militar: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SÁ, Leonardo D. de. **Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da polícia militar do Ceará**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003. (Coleção Antropologia da Política).

SANTOS, Ângelo Marcelo Curcio dos. Menino Jesus. In: BAYERLE, Cláudio (Org.). **O outro lado da farda**: antologia de contistas brigadianos. Porto Alegre: Polost, 2004.

SCHIEROLT, José Alfredo. **Estrela**: ontem e hoje. Lajeado, 2002.

_____. **Lajeado I**: Povoamento – Colonização – História Política. Lajeado: Prefeitura Municipal, 1992.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e Direitos Humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, n. 1, 2006.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A categoria “Estilo de vida” nas obras de Simmel e Bourdieu: uma aproximação sociológica. **Ideias**, Campinas: Unicamp, ano 7, v. 8, n. 1, 2000.

_____. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n. 20, maio/ago. 2002.

SILVA, Iedo. Intérprete: Os Farrapos. **Ala pucha tchê**. In: Pampa na Garupa. [S.l.]: Acit, 1987.

SILVA, Vagner Gonçalves. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Edusp, 2000.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada Militar**: aspectos da origem e evolução. Porto Alegre: Polost, 2006.

_____. **O ensino da Brigada Militar** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fernandanummer@gmail.com.br> em 04 set. 2008.

SIVIÉRO, Benedito Onofre. Intérprete: Trio Parada Dura. **Boate Azul**. In: Barco de Papel. [S.l.]: Cobacana, 1984.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres policiais**: presença feminina na polícia militar do RJ. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, jun. 2000.

SOROCABA. Intérprete: Fernando e Sorocaba. **Paga Pau**. In: Bala de Prata ao Vivo. [S.l.]: Universal Music, 2008.

TAVARES DOS REIS, Eliana. **A posição da Brigada Militar frente às problemáticas sociais contemporâneas**: concepções de violência, cidadania, direitos humanos e segurança pública entre a oficialidade gaúcha. Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe. Buenos Aires, Argentina. 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/1999/tavares.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2008.

UNIVATES. **Banco de Dados Regional da UNIVATES**. Disponível em: <<http://www.bdr.univates.br>>. Acesso em: 02 out. 2008.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. Estilo de vida urbano e modernidade. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 8, n. 16, 1995.

_____. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o *habitus*. **Educação & Linguagem**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, ano 10, n. 16, jul./dez. 2007.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: 34, 2000.

WOORTMANN, Klaus. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. **Série Antropologia**, Brasília, n. 20, 1978.

ZALUAR, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

1) Idade:

2) Local de nascimento:

3) Estado Civil:

4) Família:

5) Trajetória Escolar:

6) Profissão dos familiares:

a) pai:

b) mãe:

c) avô paterno:

d) avó paterna:

e) avô materno:

f) avó materna:

7) Locais onde morou e motivos das mudanças:

8) Atividades remuneradas antes da BM:

9) Exército:

10) Trajetória na BM:

a) motivos da escolha:

b) concurso:

c) curso:

d) tempo de serviço e unidades onde serviu:

e) motivos da vinda para o 22º BPM:

f) funções no 22º BPM:

11) Percepções sobre o trabalho na BM:

12) Outras atividades remuneradas:

13) Quando não está trabalhando na Brigada, o que está fazendo? (recordatório dos últimos dias, inclusive final de semana).

14) O teu ingresso na Brigada mudou a tua vida? Como? O que tu fazias antes de entrares na Brigada que agora não fazes mais?

15) Tens amigos fora da Brigada? Como tu achas que teus amigos que não são da Brigada te veem tu sendo da Brigada? Por quê?

16) Religião:

17) Perspectivas profissionais:

18) Se tivesses que recomeçar tua vida, o que farias de diferente?

**ANEXO A – Ofício do Comando Geral da Brigada Militar indeferindo o pedido
início do trabalho de campo em quartel**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
BRIGADA MILITAR
GABINETE DO COMANDANTE-GERAL
ASSESSORIA PARLAMENTAR**

Porto Alegre, RS, 19 de outubro de 2006.

Ofício n.º 043/GCG – Ass Par / 06
Ref Of. n.º 78 - PPGAS

Senhora Coordenadora.

Ao cumprimentar Vossa Senhoria e de ordem do Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral da Brigada Militar informo-lhe que no momento não há possibilidade de atendimento do pedido feito através de ofício número 078-PPGAS do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Atenciosas saudações,


Sérgio Pastl

Ten Cel *QOEM* – *Chefe de Gabinete do Comandante-Geral da BM*

**Ilustríssima Senhora
Professora Maria Eunice Maciel
Coordenadora do PPG em Antropologia Social da UFRGS.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Nesta Capital**

ANEXO B – Ofício de autorização para a realização do início do trabalho de campo em quartel



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR
CRPO VT

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA PARA PROJETO DE DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Autorizo, para fins de pesquisa em projeto de Doutorado em Antropologia Social, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que a professora FERNANDA VALLI NUMMER, realize entrevista e visitas a Unidades e frações deste Comando Regional de Polícia Ostensiva.


ANTONIO SCUSSEL
TEN-CEL - Cmt do CRPO VT

ANEXO C – Boletim de Ocorrência (Frente)

	Estado do Rio Grande do Sul Secretaria da Justiça e da Segurança Brigada Militar - Polícia Civil	NGO: N ^o	NGO RFR
BOLETIM DE OCORRÊNCIA: <input type="checkbox"/> Comunicação da Ocorrência Policial <input type="checkbox"/> Termo Circunstanciado			
1 - Dados Gerais: Código do Órgão: _____ Ano: _____ N ^o Interno: _____ N ^o CIOSP: _____ Comunicação: Data: _____ Hora: _____ Forma de Comunicação: _____			
2 - Dados Identificativos da Ocorrência: Fato: _____ C.T. <input type="checkbox"/> Fato Complementar: _____ C.T. <input type="checkbox"/> _____ C.T. <input type="checkbox"/> _____ C.T. <input type="checkbox"/> Complemento do Fato Principal: _____ Data: _____ Hora: _____ End: _____ N ^o _____ Compl: _____ Log: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Pto.Ref: _____			
3 - Participantes: Participante 1 - Tipo de participação: <input type="checkbox"/> Só Comunicante: <input type="checkbox"/> Vítima <input type="checkbox"/> Testemunha <input type="checkbox"/> Acusado Presente: <input type="checkbox"/> Condição física: _____ Local: _____ Documento - Tipo: _____ Número doc: _____ Emitente: _____ UF: _____ Nome: _____ Data Nasc: _____ Fil - Pai: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____ Sexo: <input type="checkbox"/> Cor: <input type="checkbox"/> Cor dos Olhos: <input type="checkbox"/> Estado Civil: <input type="checkbox"/> Escolaridade: _____ Endereço Residencial: _____ Compl: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Telefone: _____ UF: _____ Dados da profissão: Profissão: _____ Empresa: _____ End: _____ N ^o _____ Compl: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Telefone: _____ UF: _____ Dados CNH: _____ UF CNH: _____			
			
Participantes: Participante 2 - Tipo de participação: <input type="checkbox"/> Só Comunicante: <input type="checkbox"/> Vítima <input type="checkbox"/> Testemunha <input type="checkbox"/> Acusado Presente: <input type="checkbox"/> Condição física: _____ Local: _____ Documento - Tipo: _____ Número doc: _____ Emitente: _____ UF: _____ Nome: _____ Data Nasc: _____ Fil - Pai: _____ Mãe: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____ Sexo: <input type="checkbox"/> Cor: <input type="checkbox"/> Cor dos Olhos: <input type="checkbox"/> Estado Civil: <input type="checkbox"/> Escolaridade: _____ Endereço Residencial: _____ N ^o _____ Compl: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Telefone: _____ UF: _____ Dados da profissão: Profissão: _____ Empresa: _____ End: _____ N ^o _____ Compl: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Telefone: _____ UF: _____ Dados CNH: _____ UF CNH: _____			

ANEXO D – Boletim de Ocorrência (Verso)

4 - Relatório (Histórico):

Ordem das versões: Policial (Conductor/Comunicante), Vítimas, Testemunhas e Autor(es) do fato. Identificando cada uma.

5 - Inclusão de armas

Nº da arma	Marca	Espécie	Calibre	Infra-tambor

6 - Inclusão de veículos

Placa	Chassi	Marca	Modelo	Cor	Ano-Mod	Ano-Fabric

7 - Objetos colaterais e/ou apreendidos (inclusive documentos):

Quantidade:	Tipo	Descrição

8 - Manifestação da vítima:

Eu, _____, por este instrumento, manifesto o meu interesse:

- a) à luz do Art. 75 da Lei 9.099/95, de exercer o direito de representação contra o autor do fato.
 b) à luz do Art. 5.º e parágrafos, do CPP, de que se adotem as providências de Polícia Judiciária.
 c) Decidir posteriormente. Ass. Vítima (s): _____

9 - Termo de compromisso do(s) autor(es) do fato:


Neste ato, assumo, nos termos do Art. 69, parágrafo único, da Lei 9.099/95, o compromisso de comparecer no Fórum da Comarca de _____, na sala da Secretaria do Juizado Especial Criminal:

No dia _____, às _____ h, quando intimado pela Secretaria do JEC. Ass. autor (es): _____

10 - Dados identificativos do Policial e/ou Guarnição que atendeu a ocorrência:

	Nome	RG	Assinatura
Atendente:			
Digitador:			
Revisor:			

ANEXO E – Boletim de Atendimento (Frente)

 Estado do Rio Grande do Sul Secretaria de Segurança Pública Brigada Militar		BOLETIM DE ATENDIMENTO Dados Identificativos	
		BA Nº	Nº Op <input type="text"/>
Cód.Órgão <input type="text"/>	Nº BO <input type="text"/>	RG SME <input type="text"/>	
Prefixo Viatura <input type="text"/>	Data <input type="text"/>	Hora <input type="text"/>	
Fato Gerador <input type="text"/>	Fatos Decor. <input type="text"/>		
Comp. <input type="text"/>			
Km Inicial <input type="text"/>	Data Inicial <input type="text"/>	Hora Inicial <input type="text"/>	
Km Chegada <input type="text"/>	Data Chegada <input type="text"/>	Hora Chegada <input type="text"/>	
Km Chegada DP <input type="text"/>	Data Chegada DP <input type="text"/>	Hora Cheg. DP <input type="text"/>	
Km Saída DP <input type="text"/>	Data Saída DP <input type="text"/>	Hora Saída DP <input type="text"/>	
Km Final <input type="text"/>	Data Final <input type="text"/>	Hora Final <input type="text"/>	
Endereço <input type="text"/>			
Número <input type="text"/>	Compl. <input type="text"/>	Bairro <input type="text"/>	Cód. Log. <input type="text"/>
Município <input type="text"/>			Cód. Munic. <input type="text"/>
Forma de Comunicação <input type="checkbox"/> Processo <input type="checkbox"/> Efetivo Envolvido: Of <input type="checkbox"/> Sgt <input type="checkbox"/> Sd <input type="checkbox"/>			
AÇÃO POLICIAL			
Policiais com integridade física ofendida			
Matrícula <input type="text"/>	Tipo de Lesão <input type="checkbox"/>	Instrumento Utilizado <input type="checkbox"/>	
Matrícula <input type="text"/>	Tipo de Lesão <input type="checkbox"/>	Instrumento Utilizado <input type="checkbox"/>	
RECURSOS EMPREGADOS PELO POLICIAL			
Equipamento Proteção Individual			
<input type="checkbox"/> Colete <input type="checkbox"/> Escudo <input type="checkbox"/> Capacete <input type="checkbox"/> Bastão <input type="checkbox"/> Outro			
Armamento			
<input type="checkbox"/> Rev. 38 <input type="checkbox"/> Rev. 357 <input type="checkbox"/> Pst. 40 <input type="checkbox"/> Escopeta 12 mm <input type="checkbox"/> Fuzil <input type="checkbox"/> Sub-mtr <input type="checkbox"/> Outro			
Quantidade de Disparos Efetuados <input type="text"/> Motivo <input type="text"/>			
PARTICIPAÇÃO DE OUTRO ÓRGÃO OU INSTITUIÇÃO			
Órgão - Placa <input type="text"/>	Órgão - Placa <input type="text"/>	Órgão - Placa <input type="text"/>	Órgão - Placa <input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

ANEXO F – Boletim de Atendimento (Verso)

REGISTRO NOUTRO ÓRGÃO		
Nome Atendente	<input type="text"/>	
Cargo/Função	<input type="text"/>	Nº Registro <input type="text"/> Órgão <input type="text"/>
REGISTRO NO SISTEMA		
Nº Flagrante	<input type="text"/>	Nº Oc CIOSP <input type="text"/> BA Ap <input type="text"/>
Nº Mandado Prisão	<input type="text"/>	Comarca <input type="text"/>
Nº MBA	<input type="text"/>	Comarca <input type="text"/>
DOCUMENTOS PREENCHIDOS PELO PM NA OCORRÊNCIA		
BOT	<input type="text"/>	Auto-Infração Trânsito <input type="text"/> TTAA <input type="text"/>
Exame Clínico ou TPT-Responsável	<input type="text"/>	
PEA	<input type="text"/>	Auto Apreensão <input type="text"/> Auto Constatação <input type="text"/>
RECIBO DE ENTREGA DE OCORRÊNCIA		
Em <input type="text"/> , às <input type="text"/> h, recebi a(s) e/ou Material(ais) abaixo descrito(s):		
Nome Completo do Recebedor	<input type="text"/>	
Assinatura do Recebedor	<input type="text"/>	Órgão <input type="text"/>
Assinatura do Responsável pelo BA	<input type="text"/>	
Observações:	 	
LEGENDA		
Siglas	Tipo de Lesão	Órgão ou Instituição
TTAA - Termo Teste Aparelho A MBA - Mandado Busca e Apreensão BOT - Boletim Ocorrência de Trânsito	01 - Leve 02 - Grave 03 - Morte	01 - PC 02 - DC 03 - SUSEPE 04 - DML 05 - FA 06 - PF 07 - MP 08 - Bomb 09 - PJ 10 - Município
Instrumento Utilizado	Forma de Comunicação	Processo
01 - Arma de fogo 02 - Arma Branca 03 - Outro	01 - Rádio 04 - Outro 02 - Telefone 03 - Pessoal	01 - a pé 04 - Embarcado 02 - Montado 05 - Motorizado 03 - Aéreo 06 - Outro

ANEXO G – Assentamentos

(MODELO)	ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SSP – BRIGADA MILITAR CRPO - VT	Fls. 1
NOME: JOSÉ CARLOS S. PEREIRA	POSTO/GRD: Sd QPM1	
MATRÍCULA: 2222222222	ID FUNC: 111111111	

CERTIDÃO DE ASSENTAMENTOS			
ANO	MÊS	DIA	HISTÓRICO
2010	JULHO	02	BI 125 CRPO/VT - CAUTELA DE ARMAMENTO - O CHEFE DO P2 DO CRPO/VT COMUNICOU QUE FORAM PAGAS EM CAUTELA ARMA E MUNIÇÕES AO SERVIDOR EM TELA: TIPO REVOLVER, MARCA ROSSI, CALIBRE .38, N° SÉRIE AA 476809. (NBI 14/P-2/CRPO-VT/08).
	JULHO	11	BI 132 CRPO/VT - RELATÓRIO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO/ESPECIAL DO ME DO CRPO/VALE DO TAQUARI REP AO MÊS DE JUNHO/2008 - AUTORIZO O PAGAMENTO RELATIVO AO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO/ESPECIAL AO MILITAR ESTADUAL DO CRPO/VT, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/06/2008 A 30/06/2008, CONFORME SPI N° 054481-12.03/08-9 - TOTAL DE HE: 40.
	JULHO	15	BI 134 CRPO/VT - BOLETIM DE AVALIAÇÃO E MÉRITO N° 019 /SAMP/2008 - TRANSCRIÇÃO - RELAÇÃO DOS SARGENTOS DA BRIGADA MILITAR ORGANIZADA CONFORME A ORDEM DE ANTIGUIDADE: QUALIFICAÇÃO POLICIAL MILITAR - 1 (QPM-1) PRAÇAS DE POLICIA OSTENSIVA - 3° SARGENTOS QPM-1 1844 JOSÉ CARLOS S. PEREIRA 111111111 21/12/2006 (TRANSC. DO BAM N° 019/SAMP/2008, DE 13 DE JUNHO DE 2008).
	JULHO	16	BI 135 CRPO/VT - FÉRIAS DE PRAÇA - CONCESSÃO - COMUNICAÇÃO - EM 16 JUL 08, ENTRA EM GOZO DE 15 DIAS DE FÉRIAS REGULAMENTARES, RELATIVO AO 2° PERÍODO DO ANO DE 2008. EM CONSEQUENCIA: DEIXA A FUNÇÃO DE 2° SGT AUX 2°/2°/1°, PERMANECENDO CARGO VAGO. PICA DISPENSADO DE RESPONDER PELA FUNÇÃO DE 2° SGT CMT 2°/2°/1°. (NBI N° 218/LAJ/08, DE 09 JUL 08).
2010	JULHO	25	BI 142 CRPO/VT - TRANSFERENCIA INTERNA DE PRAÇA - TRANSFIRO, A CONTAR DE 16 JUL 08, O ME EM TELA: NO 2°/2°/1°/22°BPM. (NBI 236/LAJ/08).
			E COMO NADA MAIS CONSTA QUE LHE SEJA RELATIVO, EU _____ ÁLVARO DE MEDEIROS, MAJ QOEM, CHEFE DO P-1 DO CRPO/VT, MANDEI PASSAR A PRESENTE CERTIDÃO DE ASSENTAMENTOS QUE VAI POR MIM ASSINADA E TIMBRADA COM O SINETE EM USO NESTA UNIDADE. LAJEADO, RS, 25 DE JULHO DE 2010. _____ PAULO ROGÉRIO FARIAS MDEIROS - MAJ - QOEM RESP. P/COMDO DO CRPO DO VALE DO TAQUARI

(modelo)